

**Universidade Federal de Pernambuco**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Departamento de Ciências Sociais**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

**NEGOCIANDO IDENTIDADES**

**Os fatores políticos e a re-significação da identidade judaica**

**O caso da comunidade judaica de Pernambuco**

**Isabela Andrade de Lima**

**Prof. Dra. Tânia Neumann Kaufman**

**Orientadora**

**Recife**

**2004**

**Universidade Federal de Pernambuco**  
**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Departamento de Ciências Sociais**  
**Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

**NEGOCIANDO IDENTIDADES**

**Os fatores políticos e a re-significação da identidade judaica**

**O caso da comunidade judaica de Pernambuco**

**Isabela Andrade de Lima**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Neumann Kaufman.

**Recife**

**2004**

**Isabela Andrade de Lima**

**NEGOCIANDO IDENTIDADES**

**Os fatores políticos e a re-significação da identidade judaica**

**O caso da comunidade judaica de Pernambuco**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia

Aprovado em Março de 2004

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Helena Lewin  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Robrta Campos  
Universidade Federal de Pernambuco - Pernambuco

---

Profa. Dra. Tânia Neumann Kaufman  
Universidade Federal de Pernambuco – Pernambuco

*A Maria José de Andrade Ferreira (minha avó – in memoriam), que em toda sua luta mostrou-me o quanto a vida é importante.*

*A Severino Urbano Ferreira (meu avô), pela sua força e coragem ensinando-me que, apesar das dificuldades (e saudades), ainda vale a pena viver.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem ele nada teria acontecido.

A meus pais, José e Josefa, pois sua compreensão e preocupação foram fundamentais para a conclusão de mais esta etapa.

A Luciano Morais, pela sua dedicação e paciência que sempre expressa nos momentos mais difíceis de minha vida pessoal e acadêmica .

A minhas irmãs – Renata e Daniela –, meus cunhados – Cláudio e Josimar – pelos momentos de discussão e descontração. E a minha sobrinha – Gabriela – por sempre me lembrar que eu precisava “relaxar”.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, pela oportunidade em poder fazer parte do Programa. Estendo esses agradecimentos a todos os professores pelas contribuições teóricas e metodológicas, especialmente a Roberta Campos, pelo tempo disponibilizado para ler e discutir meus escritos e pelas opiniões tão significativas para o resultado desta pesquisa.

Aos funcionários do Programa - Ana, Regina, Mirian, Ademilda, e aos colegas de curso, pelos intensos momentos de debates e de descontração.

A CAPES pelo apoio financeiro concedido durante a duração da pesquisa.

A todos que fazem parte do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, especialmente a Beatriz Schwartz, Cláudia Gouveia, Elza Erlich, Raquel Kaufman e Riveca Scherb, pelo interesse que sempre dispensavam ao me auxiliar na busca de informações e documentação.

Ao Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano e a todos os funcionários do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco, especialmente a Marcília Gama, por ter disponibilizado tempo e atenção para me ajudar nas análises da documentação.

A Sandro e Cristina, que com seus “dotes” puderam auxiliar-me no computador. A Betânia, pelo trabalho de revisão. A Lidiane Silva, por ter cedido documentações de seu acervo particular dando uma contribuição imensa para esta pesquisa.

Meu agradecimento especial é para Tânia Kaufman, que como orientadora contribuiu para o meu amadurecimento intelectual, como amiga agradeço pela sua eterna atenção e disposição em querer sempre contribuir para meu aprimoramento pessoal e intelectual. Agradeço a ela principalmente por ter me aceito como uma de suas “pupilas”.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para realização de mais esta etapa em minha vida.

## RESUMO

Neste trabalho são tratadas questões relativas a re-significação de identidade na comunidade judaica do Recife, nas décadas de 1930-1940 e suas relações com alguns fatores de caráter político, vigentes na época enfocada.

Interessou, sobretudo, saber de que forma os judeus, diante da atuação da polícia e do Estado, conseguiram desenvolver estratégias para não se assimilarem e garantirem a manutenção de suas fronteiras identitárias.

A abordagem teórico-metodológica seguiu os passos de uma aproximação entre a Antropologia e a História, destacando-se os conceitos de imigração, relações interétnicas e identidade. O objeto foi visto de forma contextual, relacional, construtivista e situacional favorecendo uma análise das décadas de 1930-1940 e as influências e formas assumidas no redimensionamento da identidade judaica.

A pesquisa de campo foi feita no acervo do ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO – JORDÃO EMERENCIANO / APEJE; no anexo da DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE PERNAMBUCO – DOPS/PE e no ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO DE PERNAMBUCO.

A partir da análise dos documentos e o uso da memória como recurso metodológico, foi possível reconstituir um passado não tão distante, encontrando-se respostas para as indagações propostas. Com os resultados da pesquisa ficou evidente a natureza das relações entre os fatores políticos, e a adequação de comportamento dos judeus às exigências políticas da época. Com essas mudanças foi possível a consolidação do processo de integração dessas pessoas na sociedade pernambucana sem perder a essência da identidade judaica.

Estratégias como: manipulação da estigmatização, manifestações de protesto e negociações com a esfera do poder público, fizeram parte dos mecanismos que permitiram a construção da identidade do brasileiro-judeu.

**PALAVRAS CHAVES:** imigração judaica, identidade judaica, estratégia identitárias.



## ABSTRACT

In this work the identities resignification questions in Recife's jewish communities, in the decades 1930-1940 and their relations with some political matter factors, still on the focused epoch.

It concerned, overall, knowing what way, jews towards state and police actions attained to develop strategies not to assimilate and guarantee the maintenance of their identity borders.

The theoretical-methodological appraisal followed the ways of an approach to Anthropology and History, focusing on immigration concepts and identity interethnic relationships. The matter has been seen in a contextual, relating, constructing and situation way making possible an analysis of the 1930-1940 decades and the influences as well as ways taken into redimensionalising jewish identity.

The field research was made at the heritage of the Pernambuco's states public lycee (Jordão Emerciano) – APEJE annex to Pernambuco's socio-political order police station DOPS/PE and at the Pernambuco's jewish historical lycee.

From document analysis and use of memory as a methodological resort, it has been possible to reenact a not too distant past finding answers to the proposed wonderings. With the research results it' got clear the nature of relations between political factors, and jews behavior fitting to political demands of the time. With these changes it was possible the integration process consolidation of these people in Pernambuco's society without losing the jewish identity essence.

Strategies such as stigmatization manipulation, protest manifests and negotiation with public power environment made part of mechanism which have permitted the building of the brazilian-jewish identity.

**KEYWORDS:** jewish immigration, jewish identity, identity strategies.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> – “Os Atores” [193-] – AHJPE.....	Capa
<b>Fotografia 2</b> – “Chegada ao Porto do Recife” [Entre 1918 e 1920] – AHJPE.....	29
<b>Fotografia 3</b> – “Vinda de L. Y. para o Recife no navio Zelândia” [30/06/1933] – AHJPE.....	31
<b>Fotografia 4</b> – “Klientelshik” [19--] – AHJPE.....	32
<b>Fotografia 5</b> – “Time de Futebol” [19--] – AHJPE.....	33
<b>Fotografia 6</b> – “Festa de Carnaval” [1935] – AHJPE.....	33
<b>Fotografia 7</b> – “Fachada do Centro” [19--] – AHJPE.....	40
<b>Fotografia 8</b> – “Estatuto do Centro” [09/10/1932] – AHJPE.....	40
<b>Fotografia 9</b> – “Reunião no Centro” [19--] – AHJPE.....	41
<b>Fotografia 10</b> – “Banco” [193-] – AHJPE.....	43
<b>Fotografia 11</b> – “Teatro” [193-] – AHJPE.....	47
<b>Fotografia 12</b> – “Selo Salvemos...” [1939] .....	56
<b>Fotografia 13</b> – “Pic-nic” [19--] – AHJPE.....	83
<b>Fotografia 14</b> – “Comício Integralista em frente a Igreja [de Santa Cruz, Recife?]” [19--] – Lidiane Silva.....	86
<b>Fotografia 15</b> – “Desfile Integralista [Rua da Imperatriz?]” [19--] – Lidiane Silva.....	86
<b>Fotografia 16</b> – “Passeio dos integrantes da AIB [Rua da cidade do Recife]” [19--] – Lidiane Silva.....	86
<b>Fotografia 17</b> – “Evento comemorativo do levante do Gueto de Varsóvia” [1942?] – AHJPE.....	101
<b>Fotografia 18</b> – “Bar Mitzva” [1934] – AHJPE.....	105
<b>Fotografia 19</b> – “Comemoração do Seder de Pessah no Centro Cultural Israelita de Pernambuco” – [19--] – AHJPE.....	112
<b>Fotografia 20</b> – “Colégio Hebreu Ídish Brasileiro” [1935] – AHJPE.....	115

## LISTA DE DOCUMENTOS

<b>Documento 1</b> – “Estatuto do Banco” [1935] – APEJE-DOPS/PE.....	42
<b>Documento 2</b> – “Telegrama” [03/06/1942] – APEJE-DOPS/PE.....	58
<b>Documento 3</b> – “Comunicação” [07/07/1942] – APEJE-DOPS/PE.....	58
<b>Documento 4</b> – “Rádio nº 108” [07/07/1942] – APEJE-DOPS/PE.....	58
<b>Documento 5</b> – “Apátrida” [19--] – APEJE-DOPS/PE.....	59
<b>Documento 6</b> – “Alemão (judeu)” [Entre 17 e 18/04/1943] – APEJE-DOPS/PE.....	59
<b>Documento 7</b> – “Origem Judaica” [Entre 19 a 20/01/1943] – APEJE-DOPS/PE.....	60
<b>Documento 8</b> – “Pernambucanos” [19--] – APEJE-DOPS/PE.....	62
<b>Documento 9</b> – “Ação Integralista Brasileira” [19--] – APEJE-DOPS/PE.....	64
<b>Documento 10</b> – “O que é comunismo em face do integralismo” [19--] – APEJE-DOPS/PE.....	64
<b>Documento 11</b> – “Movimento do dia 16 a 17/05/1944” [Entre 16 e 17/05/1944] – APEJE-DOPS/PE.....	68
<b>Documento 12</b> – “Sindicância de H.B. [102/03/1944] – APEJE-DOPS/PE.....	70
<b>Documento 13</b> – “Sindicância de S.P.G.” [Entre 9 e 10/05/1943] – APEJE-DOPS/PE...	72
<b>Documento 14</b> – “Portaria nº 338” [25/04/1940] – APEJE-DOPS/PE.....	80
<b>Documento 15</b> – “Portaria nº 291” [26/10/1942] – APEJE-DOPS/PE.....	80
<b>Documento 16</b> – “Entrada de passageiros estrangeiros” [26/10/1942] – APEJE-DOPS/PE.....	81
<b>Documento 17</b> – “Movimento do dia 6 a 7/07/1942” [Entre 6 e 7/07/1945] – APEJE-DOPS/PE.....	81
<b>Documento 18</b> – “Instituições Estrangeiras” [19--] – APEJE-DOPS/PE.....	81
<b>Documento 19</b> – “Panfleto da Wizo” [1935] – APEJE-DOPS/PE.....	82
<b>Documento 20</b> – “O casal Z –R.T.” [30/07/1944] – APEJE-DOPS/PE.....	91
<b>Documento 21</b> – “Sindicância aos judeus” [Entre 6 e 7/09/1944] – APEJE-DOPS/PE...	91
<b>Documento 22</b> – “Solicitação do Círculo Israelita de Pernambuco” [24/09/1944] – APEJE-DOPS/PE] .....	94
<b>Documento 23</b> – “Solicitação para assembléia - 1” [09/03/1936] – APEJE-DOPS/PE....	95
<b>Documento 24</b> – “Solicitação para assembléia - 2” [23/02/1943] – APEJE-DOPS/PE....	95
<b>Documento 25</b> – “Relatório sobre conferência no Centro Israelita” [17/01/1941] – APEJE-DOPS/PE.....	99

<b>Documento 26</b> – “Relatório sobre assembléia no Banco Israelita” [20/03/1936] – APEJE-DOPS/PE.....	99
<b>Documento 27</b> – “Recórter de Jornal” [1933?] – APEJE-DOPS/PE.....	100
<b>Documento 28</b> – “Campanha contra os judeus” [1948?] – APEJE-DOPS/PE.....	101
<b>Documento 29</b> – “Convite de casamento” [14/03/1935] – AHJPE.....	105
<b>Documento 30</b> – “Relief Comitê – Convite para o Purim” [1936] – APEJE-DOPS/PE...	111

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**APEJE** – Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano

**DOPS/PE** – Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**AHJPE** – Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco

**AIB** – Ação Integralista Brasileira

**DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda

**DEOPS** – Departamento de Ordem Política e Social

**CIP** – Centro Israelita de Pernambuco

**CIC** – Conselho de Imigração e Colonização

# SUMÁRIO

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vi
Abstract.....	viii
Lista de fotografias.....	x
Lista de documentos.....	xi
Lista de abreviaturas.....	xiii
Introdução.....	1
Parte I: Primeiros Passos.....	8
1. Abordagem teórico-metodológica.....	9
1.1. Dimensão conceitual da pesquisa.....	12
1.1.1. O conceito de imigração.....	12
1.1.2. O conceito de relação interétnica.....	14
1.1.3. O conceito de identidade.....	16
1.2. Dimensão metodológica da pesquisa.....	19
1.2.1. Unidades de observação.....	19
1.2.2. Critérios para seleção do material.....	20
1.2.3. Da memória como recurso metodológico.....	22
Parte II: Os atores.....	25
2. A Europa entre o passado e o presente.....	26
3. Brasil: uma nova terra prometida.....	29
4. O processo imigratório e as mudanças na identidade.....	33
5. Espaços étnicos e o novo dimensionamento da identidade.....	38
Parte III: O cenário.....	50
6. A estrutura política.....	51
7. Exo-definição: a criação da imagem do judeu.....	53
7.1. A origem judaica sob a lógica da desconfiança.....	56
7.2. O mito dos “Protocolos dos Sábios de Sião”.....	60
7.3. Um duplo estigma: judeu-comunista.....	63

	xiii
7.4. Judeu-alemão e a acusação da infiltração nazista em Pernambuco.....	67
7.5. O estigma de ser mulher e judia.....	68
8. Restrição, controle, censura, vigilância e repressão a serviço do Estado.....	72
8.1. Elaborando políticas imigratórias restritivas: os Decretos-lei e as Circulares Secretas.....	73
8.2. Campanha de Nacionalização no cotidiano do grupo.....	77
8.3. A Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS/PE e os judeus.....	79
9. Um ambiente judaico em Pernambuco.....	83
Parte IV: A interação.....	88
10. Impacto dos fatores políticos para o grupo.....	90
11. Adequando comportamento: garantia da integração.....	93
12. Manipulando a estigmatização.....	96
13. Manifestando protestos.....	100
14. Cultura e a articulação dos processos de resistência: tornando-se um brasileiro-judeu.....	102
Considerações Finais.....	119
Referências.....	122
Glossário.....	128



## INTRODUÇÃO

O interesse em estudar os judeus em Pernambuco surgiu em 1999 ao participar de uma pesquisa no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – APEJE/PE, no acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS/PE. Este trabalho objetivou inventariar este acervo durante o período de 1937 a 1945 – a Era Vargas - e através de uma metodologia de análise de discurso, procurou desconstruir o discurso policial para identificar: as repercussões das teorias racistas e eugênicas presentes no discurso da imprensa racista sobre o cidadão sob suspeita; o imaginário que permeava estes discursos; o perfil do cidadão sob vigilância e as relações existentes entre racismo e cidadão sob suspeita<sup>1</sup>.

No decorrer da pesquisa foi reservada uma atenção especial para as medidas de controle, censura e vigilância empreendidas pelo Estado varguista e pelos investigadores que compunham a DOPS/PE, dirigidas a comunidade judaica em Pernambuco, fato que deu origem ao trabalho de conclusão do curso de História, no final do ano de 2000.

Terminada a pesquisa, o tema foi retomado, incorporando-se, desta feita, estabelecer alguns contatos com pessoas da atual comunidade judaica pernambucana. Percebeu-se então que os judeus de Pernambuco mesmo diante de todo um controle, vigilância e restrição durante a Era Vargas, conseguiram desenvolver laços de solidariedade até hoje presentes nas 400 famílias que aqui residem.

Para entender esse “universo judaico” foi preciso redirecionar o “olhar”, não mais de fora para dentro, mas de dentro para fora, ou seja, não mais entender como o Estado varguista

---

<sup>1</sup> - Projeto de Pesquisa intitulado: “*DOPS: Censura e Racismo*”, orientado pela Prof. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, onde participei como Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/UFRPE, durante o período de agosto de 1999 à agosto de 2000.

atuava em relação aos judeus, interessava entender como os judeus diante deste cenário, conseguiram desenvolver estratégias para não se assimilarem e garantir a manutenção de suas fronteiras identitárias.

Foi necessário também um outro modo de “ouvir” os documentos, não mais procurando entender o discurso oficial, do Estado nem da polícia, mas o discurso dos interlocutores – os judeus. Esses elementos permitiram desvendar um cotidiano e formas de pensar de uma cultura tão antiga, mas visível no tempo e no espaço contemporâneo.

A presença dos judeus no Brasil pode ser vista em diversos campos: na construção de movimentos políticos, ideológicos, na vida econômica, social, científica e cultural do país. Apesar de ser considerado um grupo pequeno – atualmente não chega a ser 0,1% da população brasileira -, sua visibilidade na sociedade é muito maior que seu número. Entretanto, mesmo com esta influência, os dados sobre a comunidade judaica vêm sendo reconstruídos aos poucos. Uma das possíveis explicações é atribuída ao fato de que, durante muito tempo, as análises sobre a configuração da identidade étnica e cultural brasileira tiveram como base o estudo sobre mito das três raças fundadoras: o negro, o índio e o branco europeu<sup>2</sup>.

Tofel (2001:36-37) assinala que essa ausência de estudos antropológicos sobre o judaísmo gerou um “problema judaico” na Antropologia, que durante algum tempo abandonou esse objeto, relegando-o a pesquisas em outras áreas como a História, Teologia, etc. Esta situação se justifica, entre outras coisas, primeiro, pelo fato dos antropólogos judeus interessarem-se pelo “outro” (não-judeu) e segundo pelo receio dos investigadores não judeus em pesquisarem os judeus e/ou judaísmo e serem intitulados de anti-semitas.

---

<sup>2</sup> - Sobre isso ver os trabalhos de: FREYRE, Gilberto. (1992). *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 28ª Ed. Rio de Janeiro, Recorde, e RIBEIRO, Darcy. (1993). *Os Brasileiros: teorias do Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes.

Entretanto, atualmente, novas pesquisas tem demonstrado o quanto a influência de outras correntes migratórias “branca” e “não-branca”<sup>3</sup> tem contribuído para pensarmos a cultura brasileira através de sua pluralidade e heterogeneidade.

### *A cultura judaica na literatura*

Observando-se as tendências dos estudos sobre a cultura judaica em Pernambuco, nota-se que, em grande parte, tratam a imigração judaica para o Brasil com destaque para a análise da construção da imagem do judeu<sup>4</sup>.

Entretanto, os processos sócio-culturais de formação e transformação da comunidade judaica em Pernambuco, recentemente vem sendo trabalhados por antropólogos da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. As pesquisas desenvolvidas demonstram que a presença judaica na vida econômica e social produziu artefatos culturais e materiais importantes que se encontram dispersos no tempo e no espaço cultural da cidade<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> - Utilizamos aqui a noção de migração “não-branca” para designar os grupos não provenientes da Europa. De acordo com Jeffrey Lesser, durante boa parte do século XX a categoria “branca” era utilizada para designar os imigrantes vindos da Europa, esta, era considerada não enquanto um espaço geográfico, mas como uma construção social que incluía a concepção de cor e religião. Diante disso, as migrações árabes, chinesas, japonesas serão considerada como não brancas, assim como as migrações judaicas, estas, mesmo que provenientes da Europa eram consideradas como parte de um grupo não europeu, portanto, não branco. Sobre este assunto ver: LESSER, Jeffrey (2001). *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo, Editora UNESP.

<sup>4</sup> - Nessa temática destaca-se a Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas da Universidade Federal de Pernambuco defendida por LEWIS, Susan. (1997). *O Anti-semitismo em Pernambuco no Estado Novo: 1937-1945*. e a obra de ALMEIDA, Maria das Graças Andarade Ataíde de (2001). *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP. Ambas analisam a construção da imagem estereotipada dos judeus em Pernambuco, bem como a vigilância e o controle exercido pelo Estado pernambucano à esses indivíduos.

<sup>5</sup> - Dentre estes estudos destaca-se o trabalho de KAUFMAN, Tânia Neumann. (2001). *Passos Perdidos – História Recuperada: a presença judaica em Pernambuco*. Recife, Edição do Autor. E as dissertações de Mestrado em Antropologia da UFPE, defendidas em 2003 por: LUCENA, Isabella Moreira de. *Resiliência, Judaísmo e cultura organizacional. Inter-relações e reflexões* e UMBELINO, Aleksandra Lavor. *O Shabat e a conservação do judaísmo*. Além das várias pesquisas desenvolvidas pelo Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco – AHJPE, que tentam reconstruir os passos dos judeus em Pernambuco.

Nesta pesquisa, buscou-se uma contribuição para uma etnologia judaica, introduzindo um debate que focaliza alguns fatores políticos presentes nas décadas de 1930 e 1940, e suas relações com a re-significação da identidade do imigrante judeu que vinha se estabelecendo em Pernambuco desde o início do século XX.

Importa saber a natureza dos fatores que influenciaram o re-dimensionamento da identidade do judeu em Pernambuco, transformando o judeu-brasileiro em brasileiro-judeu. Esta nova categorização envolve concomitantemente a interação social dos imigrantes na sociedade brasileira e a manutenção da identidade étnica judaica, estruturando elementos que dialogam com a tradição e a mudança. Neste sentido, tratar da identidade deste imigrante, revela a ambivalência entre o pertencimento a um grupo étnico e ser parte integrante da sociedade adotiva.

No caso dessa pesquisa foi focalizado principalmente a “construção e divulgação da imagem do imigrante judeu”, a “atuação da campanha nacionalista” implementada pelo governo varguista, os “Decretos-lei e Circulares Secretas” restringindo a entrada de imigrantes no país, as “medidas de controle, censura e vigilância” exercidas pela polícia política de Pernambuco e suas relações com o novo dimensionamento da identidade do grupo em foco.

### *Um perfil da comunidade judaica do Recife*

Segundo os dados obtidos no Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco – AHJPE, as primeiras famílias judaicas chegaram ao Recife durante o ano de 1910, antes do início da

Primeira Guerra Mundial (1914-1919), eram predominantemente *ashkenazitas*<sup>6</sup>, vinham principalmente da Bessarábia - antiga região situada no Leste Europeu - motivadas pelas condições que estavam sendo submetidas na Europa, como os *pogroms*<sup>7</sup>, a discriminação e a perseguição sofridas nos *shtetelech*<sup>8</sup> e a *rekrutchina*<sup>9</sup>.

Fugindo ou sendo expulsos de seus países de origem, esses imigrantes chegaram em busca de sobrevivência. Essa situação é que diferencia a migração judaica de outras que vieram em busca de melhores condições de ascensão econômica.

Ao chegarem em Pernambuco, os imigrantes procuraram se integrar na sociedade de uma forma que fosse possível manter suas fronteiras identitárias. Entretanto, ao entrar em contato com a sociedade receptora, o judaísmo sofreu rupturas, conhecidas como “secularização do judaísmo religião” e “sacralização do judaísmo cultura”, fazendo com que a identidade judaica pernambucana fosse estabelecida através do deslocamento do núcleo religioso para o núcleo étnico-cultural do judaísmo. (KAUFMAN, 2000:4)

No final da década de 1920 pode-se afirmar que já existia uma vida judaica relativamente institucionalizada no Brasil. Em Pernambuco, a comunidade encontrava-se estabelecida através de toda uma organização social e econômica. Entretanto, foi neste período que iniciaram os movimentos nacionalistas no Brasil, atingindo os grupos imigratórios em todo o país, inclusive os judeus que tiveram sua imagem associada a estigmas

---

<sup>6</sup> - Denomina-se de *ashkenazitas* os judeus provenientes do Leste Europeu, diferentes dos *sefaraditas*, judeus provenientes da região ibérica, de onde vieram a maior parte dos judeus no período colonial.

<sup>7</sup> - Os *Pogroms* eram massacre organizados na Rússia, com o apoio do governo czarista, contra judeus, bairros judeus ou cidades e aldeias. Visavam forçar os judeus das pequenas cidades a emigrarem, transformando-os em bodes expiatórios face à insatisfação com a situação política e econômica na Rússia. Esses movimentos foram inspirados por sentimentos antijudaicos de origem econômica e pelo anti-semitismo cristão.

<sup>8</sup> - *Shtetelech* é o plural de *shtetel* que eram pequenas cidades na Europa com ambiente tipicamente judaico.

<sup>9</sup> - *Rekrutchina* era um tipo de recrutamento forçado implantado na Rússia czarista, que obrigava crianças judias a servirem no serviço militar, com o propósito de fragmentar os vínculos familiares e comunitários. Muitos judeus jovens fugiram da Rússia para não se incorporarem à esses serviços.

como deicidas, anomalias social e racial, comunistas, anarquistas, capitalistas financeiros e dominadores do mundo.

Com isso, durante as décadas de 1930 e 1940 o governo brasileiro implementou várias Circulares Secretas para impedir a entrada de judeus no país, intensificando também o controle e a vigilância a esse grupo.

Diante desse contexto, os questionamentos que nortearam esta pesquisa tentaram identificar:

- ◆ Se existem relações entre os fatores políticos ocorridos durante o período Vargas e o novo dimensionamento da identidade do imigrante judeu que estava se estabelecendo em Pernambuco.
- ◆ Se esse novo dimensionamento da identidade do imigrante judeu garantiu tanto seu enquadramento na sociedade pernambucana, como favoreceu a resistência cultural, importante para a manutenção da identidade judaica.
- ◆ Se a manutenção da identidade judaica foi garantida através do estabelecimento de estratégias de negociação de identidade.

Com isso, esta pesquisa analisou:

- Os fatores políticos que contribuíram para a mudança de comportamento político-cultural do judeu.
- As implicações que essas mudanças tiveram para a identidade do grupo e do indivíduo judeu.
- A natureza das estratégias de negociação para re-significação da identidade étnica judaica.

Este trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, apresenta-se o quadro de referência teórico-metodológica do tema. Na segunda parte, descreve-se o perfil dos imigrantes. A terceira parte, analisa contexto político das décadas de 1930 e 1940, procurando entender as práticas políticas desenvolvidas contra os imigrantes judeus. Na quarta parte, são reunidos os elementos para a demonstração dos resultados da pesquisa, visando identificar como os judeus conseguiram desenvolver estratégias para preservação de sua identidade.

## **PARTE I**

### **Primeiros Passos**



## 1. Abordagem teórico-metodológica

Para analisar as questões anteriormente colocadas, foi importante uma abordagem interdisciplinar de aproximação entre a Antropologia e a História. O permanente diálogo entre essas áreas do conhecimento que acompanha toda esta pesquisa fez-se necessário para entender como os judeus interagiram com as medidas de vigilância, controle e restrições impostas pelo governo, a ponto de haver uma re-definição, re-significação do que é ser judeu no Brasil com a finalidade de garantir tanto a possível inserção do indivíduo na sociedade pernambucana como a sobrevivência da identidade étnica judaica na definição das fronteiras.

Mesmo sabendo que tanto a Antropologia como a História possuem suas especificidades na condução de suas pesquisas, a proposta de uma análise interdisciplinar foi oportuna para que o encontro entre as duas se tornasse mais rico que o isolamento.

Travar este debate muitas vezes coloca o pesquisador diante das fronteiras entre as duas disciplinas, com o risco de não se perceber a fluidez que acompanha as delimitações desses territórios. Mas, uma análise da identidade que se propõe compreender os processos sócio-culturais de formação e transformação de um determinado grupo, não pode contentar-se com uma abordagem sincrônica, deve ser feita também em um plano diacrônico. (CUCHE,1999:201-202)

Como a história está presente em toda e qualquer sociedade, o que marca a diferença é a forma como cada cultura estabelece sua relação com a temporalidade, pois algumas sociedades apresentam-se a partir da história e outras não. Diante disso, ao abandonar a diacronia pela sincronia, a noção de tempo pela noção de espaço, o passado pelo presente, o

antropólogo abandona a parte fundamental na percepção das especificidades culturais: a própria temporalidade das culturas. (SCHWARCZ, 2000:15)

Essa aproximação entre a Antropologia e a História não é algo novo na disciplina, o antropólogo Marshall Sahlins (1990), ao estudar as mudanças estruturais nas ilhas havaianas defendia a inserção da história no estudo sobre as diferenças culturais de um grupo para entender como a cultura é historicamente produzida e alterada na ação. Claude Levi-Strauss (1975:41), propõe uma solidariedade entre as duas disciplinas, visto que, para ele, “*elas nada podem uma sem a outra*”.

Na prática outros antropólogos utilizam-se das aproximações entre as duas disciplinas em seus trabalhos de campo. João Pacheco de Oliveira Filho (2003 *apud* SCOOT, 2003:27-47) em estudo sobre a problemática dos “índios misturados” propõe um encontro entre a Antropologia e a História. Já a antropóloga Giralda Seyferth (1999) ao estudar a formação da identidade étnica teuto-brasileira em Santa Catarina lança mão da aproximação entre a história e a antropologia na condução de suas pesquisas.

A necessidade de dialogar com a História possibilitou descobrir um sistema de significados, recuperar e entender a maneira pela qual os judeus, num determinado tempo, interpretavam seu espaço, e assim, redefiniram sua identidade. Fazendo perguntas novas aos “velhos” documentos, descobriu-se, através de uma descrição densa (GEERTZ, 1978:17), um sistema de significados de uma cultura “diferente” da nossa.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2000:55), a questão da diferença é sempre presente onde quer que identidades étnicas se defronte. Para Robert Rowland (1997:14-15), a compreensão dessa diferença é a chave da antropologia e a missão do antropólogo:

*“A missão do antropólogo para quando se desloca a uma outra cultura não consiste apenas em penetrar nessa cultura e compreendê-la por dentro como se fosse um nativo. A sua missão só se poderá dar por terminada quando ele tiver saído da*

*cultura estudada e apresentado os resultados da sua aprendizagem cultural em termos que sejam compreensíveis aos seus colegas de profissão. A missão do antropólogo consiste quer na aprendizagem de uma outra cultura, quer na tradução dessa cultura, tornando-a acessível à comunidade científica. O antropólogo não pode limitar-se a absorver a cultura estudada. Ele tem de a traduzir”.*

Então, se a missão do antropólogo é compreender a diferença e conseguir traduzir a cultura estudada, esta missão se realiza seja através de pesquisas em arquivos ou através de pesquisas de campo, seja viajando no tempo ou viajando no espaço, nesse sentido, a dicotomia entre passado e presente, entre “estar lá” e “estar aqui”, não desautoriza o trabalho do pesquisador.

Clifford Geertz (1978), mostra que todo discurso aborda uma realidade construída socialmente e a análise do intelectual sobre este discurso não deixa de ser, por sua vez, uma interpretação de segunda ou terceira mão, portanto, o fato de o pesquisador “estar lá” ou “estar aqui” não desautoriza seu trabalho, pois interagindo ou não com a fala do nativo, ele não expõe os dados em si, mas uma visão sobre eles.

É assim que esta pesquisa visou romper a dicotomia existente entre tempo e espaço, entre diacronia e sincronia, visto que se procurou um tempo que não era abstrato e a-social, mas um tempo cheio de significados, em que se possa “estar lá”, mesmo “estando aqui”.

Nesse sentido foi possível sim, mesmo estando aqui, entender o contexto político das décadas de 1930 e 1940, com o objetivo de alcançar o ponto de vista dos imigrantes judeus. Mas, para que isto acontecesse foi necessário um complexo exercício de alteridade, haja visto que o pesquisador é alguém que pertence a uma cultura diversa em relação ao seu objeto de estudo e, por essa razão, precisou ultrapassar as barreiras existentes, seja no tempo ou no espaço, num esforço incessante de entender o outro.

## 1.1. Dimensão conceitual da pesquisa

Entender a influência dos fatores políticos para a configuração da identidade do imigrante judeu encaminhou as discussões para os conceitos de “imigração”, “relação interétnica” e “identidade”.

### 1.1.1. O Conceito de Imigração

Partiu-se do atual debate sobre imigração e as tendências explicativas dos fatores que revelam a permanência ou a revitalização dos laços étnicos. Essa discussão levou a compreensão de como os imigrantes judeus, frente à uma sociedade de acolhimento, conseguiram construir uma identidade baseada tanto na interação social do grupo na sociedade pernambucana, quanto na manutenção de sua identidade étnica judaica.

Durante o início do século XX, quando os imigrantes já estavam estabelecidos em Pernambuco, trataram de organizar espaços para manter, preservar e até mesmo re-significar sua identidade. Dentre estes espaços destacou-se a criação de entidades religiosas, culturais, sociais, esportivas, juvenis, de ajuda mútua, além da escola, do cemitério e da imprensa judaica.

A criação dessas instituições demonstrou que o processo de incorporação dos imigrantes<sup>10</sup>, longe de levá-los à assimilação, gerou artifícios para que criassem espaços com

---

<sup>10</sup> - A questão da incorporação dos imigrantes foi amplamente discutida pelos estudos das relações cíclicas postulado pela Escola de Chicago no início do século XX e pelo processo de transculturação do étnico postulado pelas teorias funcionalistas durante a década de 1950, porém ambos enxergavam a assimilação como um processo pelo qual todos os imigrantes estariam submetidos. Na década de 1970 o modelo de assimilação apaga-se diante do modelo de “pluralismo cultural”, que valoriza uma imagem da sociedade como um composto de grupos que preservam sua própria identidade cultural. Sobre isso ver. POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. (1998). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, p. 65-69.

o objetivo de manter sua identidade étnica. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998:70), os grupos de imigrantes quando se deparam com a “sociedade de acolhimento”, concebida como uma totalidade cultural integrada, tratam de criar espaços que servem de mobilização coletiva para as distinções étnicas.

Estes espaços são os lugares onde a memória coletiva está ligada e deles recebe o suporte e os meios de conservação (AUGÉ, 1994). Por trás deles existe uma garantia de uma espécie de vínculo étnico, suas ações simbólicas remetem à uma relação de continuidade com um passado que, mesmo reconstruído ou inventado, nunca é inválido (HOBSBAWN 1997:9) .

No caso dos imigrantes judeus, a ação simbólica dessas instituições era justamente garantir essa continuidade com um passado, além de serem espaços que serviam de mobilização coletiva para manter uma solidariedade difusa e persistente, recurso explorado para enfrentar um meio ambiente social hostil e incerto.

Entretanto, enquanto os judeus utilizavam essas instituições como símbolos de fontes de mobilização para manter sua identidade étnica, eles também estavam inseridos dentro de um contexto onde se estabeleciam outras interações étnicas. Nesse sentido, estava em jogo também a construção de uma “identidade hifenizada”, ou seja, a identidade do brasileiro-judeu.

Diante disso, o modelo do “novo pluralismo” presente nas teorias contemporâneas de imigração, que valoriza uma imagem da sociedade não mais como um composto de grupos homogêneos, mas como um composto de grupos que preservam sua própria identidade étnica (POUTIGNAT e STREIFF-FENART,1998:73), permitiu identificar como se processou a transformação dos imigrantes judeus pernambucanos em brasileiro-judeus, ou seja, a passagem dos imigrantes para uma nova categoria que, embora absorvendo elementos da sociedade de acolhimento, conseguiu manter suas distinções étnicas. .

A construção dessa identidade hifenizada (brasileiro-judeu) faz-se importante para entender que o hífen que torna o indivíduo um brasileiro-judeu, não o transformou em meio brasileiro, nem meio judeu, mas representou a própria essência do judaísmo no Brasil.

### **1.1.2. O Conceito de Relação Interétnica**

O conceito de relação interétnica também foi importante para identificar o processo de construção e re-significação da identidade dos imigrantes judeus em Pernambuco. Coelho (1981:11), enfatiza que o estudo das relações interétnicas vem sendo feito pela Antropologia desde a sua afirmação como ciência para identificar as diferentes formas de vida em processo de contato umas com as outras.

Os estudos sobre as relações interétnicas ganharam novas conotações em 1969 com a publicação da obra “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” de Fredrik Barth, cujo objetivo é analisar os fatores da persistência dos grupos étnicos, principalmente quando estes se encontram envolvidos em relações de conflitos com outros grupos. Barth está interessado em demonstrar que os grupos persistem ao longo do tempo, e o que permite dar conta de sua existência e persistência no tempo é a existência das fronteiras étnicas.

Através da abordagem barthiana identificou-se até que ponto as relações de contato desenvolvidas entre os imigrantes judeus com a sociedade de acolhimento trouxe implicações para a re-significação da identidade judaica pernambucana.

Nesse sentido, quando o imigrante judeu absorveu elementos da sociedade de acolhimento - aprendizagem da língua, por exemplo - não significou um enfraquecimento da identidade étnica, pois, o processo de aculturação, por exemplo, mesmo sendo o processo

central da transformação das identidades étnicas, não leva os grupos à assimilação, pelo contrário, tem como efeito aumentar a consciência e a significação da etnicidade. (PORTES, 1984 *apud* POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998:72)

A dificuldade da língua é sempre a primeira barreira enfrentada pelos imigrantes. O bilingüismo, ou a competição entre a língua de origem e a nova, definem a construção da identidade do imigrante como um novo brasileiro ou como um estrangeiro que vive e trabalha na nova terra, o desejo de ser bilíngüe apresenta-se para este imigrante como meio de tornar-se brasileiro e ascender socialmente. (OLIVEIRA, L.L., 2001:12-13).

Essa discussão sobre a manutenção das fronteiras identitárias mesmo que numa situação de interação social permitiu visualizar porque os imigrantes judeus, mesmo aprendendo a língua da sociedade de acolhimento convocando professores não-judeus para o ensino formal, desenvolveram maneiras de manter suas fronteiras identitárias no momento em que construíram as escolas judaicas. A primeira delas iniciou suas atividades em torno de 1918 conhecida como *Ídiche Schul*.

Acompanhando uma das afirmações de Rattner (1977:17) de que por mais que se modifique o estilo de vida dos judeus, absorvendo e integrando padrões de comportamento e valores da sociedade ambiente, constata-se a emergência e o desenvolvimento de novas formas de convívio social no seio da comunidade judaica. Portanto, a integração e a aculturação dos judeus longe de levá-los à assimilação, garantiu a sobrevivência de sua identidade étnica. É essa a essência do judaísmo, que, na concepção de Baron (1974), sempre se desenvolve em contato, reação e apropriação das influências do meio ambiente gentil.

Assim, mesmo os imigrantes judeus tendo que forçadamente, por conta das pressões políticas das décadas de 1930/40, mudar seus padrões de comportamento, essas mudanças não

chegaram a promover a destruição de suas fronteiras identitárias, elas até “contribuíram” para o novo dimensionamento da identidade judaica.

### **1.1.3. O Conceito de Identidade**

Tratar da construção da identidade do imigrante judeu em Pernambuco implicou defini-la a partir de sua heterogeneidade, visto que nenhum indivíduo está fechado *a priori* em uma identidade unidimensional (CUCHE, 1999:192). O caráter multidimensional da identidade judaica dificulta sua definição, tendo em vista que ela repousa sobre múltiplas bases de identificação. Os indivíduos podem identificar-se na qualidade de judeu a partir de diferentes categorias ou componentes religiosos, étnicos, culturais, históricos, etc.

Diante da complexidade acerca de se definir o que é ou quem é judeu, discutir sobre uma suposta essência da identidade judaica não foi o centro de análise desta pesquisa, que pretendeu, a partir das considerações de que a identidade judaica é multidimensional, entender como os imigrantes ao longo de todo o processo de inserção na sociedade pernambucana, construíram suas fronteiras identitárias.

Entende-se que a identidade não é algo dado, que se possa verificar, mas uma condição forjada a partir de determinados elementos históricos e culturais, cabendo ao antropólogo verificar como ela é construída e em que contexto é evocada. (NOVAIS, 1998:21)

Nesse sentido, pretendeu-se trabalhar com a problemática da identidade a partir da perspectiva da antropologia contemporânea, abordando o objeto de maneira contextual, relacional, construtivista e situacional (ARGIER, 2001:9).



A análise do contexto das décadas de 1930/40 permitiu identificar a produção e utilização de marcas e rótulos étnicos, ou seja, os meios pelos quais uma determinada sociedade identificou os *outsiders*. A abordagem relacional, contextual e situacionista fez-se necessária para perceber como o contexto das décadas de 1930/40 influenciou para o re-dimensionamento da identidade do imigrante judeu. Já a abordagem dinâmica e construtivista permitiu entender como os judeus re-significaram sua identidade.

Ao discutir o fenômeno da identidade, considerou-se também as discussões sobre estratégias identitárias, ou seja, o processo pelo qual a etnicidade se ofereceu aos atores como um meio de construção, manipulação e de modificação da realidade. Ao examinar as estratégias identitárias utilizadas pelos judeus foram de suma importância os estudos de Erving Goffman (1985;1988) sobre a manipulação e dissimulação da estigmatização. Este autor chama atenção ainda sobre as representações de papéis como estratégias utilizadas pelos atores no cotidiano:

*“Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as conseqüências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser”* (GOFFMAN, 1985:25).

Essa teoria da representação serviu de subsídio para entender as negociações/diálogos estabelecidos entre os judeus e as instituições políticas como forma de garantir tanto o enquadramento do judeu na sociedade pernambucana, quanto o processo de re-significação da identidade judaica a partir do descolamento do núcleo religioso para o núcleo cultural

Para complementar essas discussões, foi importante identificar todo o conteúdo cultural existente na identidade judaica, pois foi no campo da cultura que os imigrantes judeus articularam processos de resistência frente aos projetos políticos das décadas de 1930/40, os

quais previam a assimilação de todos os imigrantes como condição para a construção da identidade nacional brasileira. Segundo Novais (1989:25):

*“É no campo da cultura que as sociedades conseguem articular seus processos de resistência à sociedade envolvente. É o capital simbólico cultural que possibilita fazer frente à dominação e aos elementos que lhes são impostos pela sociedade dominante e que são continuamente reinterpretado por elas. A partir das considerações que envolvem a esfera cultural é que se pode entender que as diferenças entre as sociedades não são suprimidas, mas reformuladas”.*

Essas discussões foram importantes para esta pesquisa, visto que, a interação social dos imigrantes judeus em Pernambuco sem a perda dos referenciais étnicos, só foi garantida a partir da utilização de algumas estratégias de manipulação, modificação da realidade e negociação entre as instituições judaicas com a esfera do poder público. Essas negociações implicaram numa absorção de elementos da sociedade de acolhimento – a mudança -, ao mesmo tempo em que garantiu a persistência das fronteiras étnicas – a tradição.

Diante disso, os fatores políticos ocorridos durante as décadas de 1930/40, apresentaram-se como elementos que contribuíram para uma nova identidade judaica que dialoga com elementos de tradição e de ruptura. Um diálogo que permite que o grupo sobreviva na própria mudança, num movimento que explica sua continuidade pela renovação (KAUFMAN, 2000:195).

Esses elementos de tradição e ruptura, contidos na dinâmica da identidade, marcaram também a construção da identidade do imigrante judeu em Pernambuco, visto que os elementos de mudança não negaram a manutenção das diferenças identitárias, isto porque, toda a tradição precisa da ruptura para se manter viva (BORNHEIM, 1997:15).

## **1.2. Dimensão metodológica da pesquisa**

### **1.2.1. Unidades de observação**

Como esta pesquisa tem a pretensão interdisciplinar, investindo num constante diálogo entre a Antropologia e a História, a pesquisa de campo foi realizada nos acervos do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – APEJE, no anexo da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS/PE e no Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco – AHJPE.

A Delegacia de Ordem Política e Social - DOPS, criada em 23 de dezembro de 1935 pela Lei nº 71 foi extinta em 13 de março de 1991. Através do Decreto nº 14.887 de 12 de março de 1991, o acervo de arquivos secretos da DOPS/PE foi transferido para o Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – APEJE/PE.

Atualmente o acervo possui em sua totalidade 134 metros lineares de documentos, onde constam 23.500 prontuários individuais e 27.500 prontuários funcionais - pastas de sindicâncias realizadas pelos investigadores desta Delegacia à diversas entidades.

Para esta pesquisa, foi utilizado apenas o acervo de prontuários funcionais, tendo em vista as restrições existentes para o acesso ao acervo de prontuários individuais.

De acordo com o artigo 4º do Decreto nº 4.073 de 03 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, todas as pessoas tem direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, contidas nos documentos, exceto àquelas informações particulares em que o sigilo é imprescindível à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das

peessoas. De acordo com o artigo 23, estes documentos são classificados como “sigilosos”, seu acesso é restrito por um prazo máximo de 100 (cem) anos, a contar da data de sua produção.

Já o Decreto 4.553 de 27 de dezembro de 2002, regulamenta a Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria e o acesso aos documentos públicos e sigilosos, restringindo o acesso aos documentos cuja divulgação comprometa a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas e àqueles integrantes de processos judiciais que tenham tramitado em segredo de justiça. Deixando claro ainda que a reprodução de documentos que contenham informações e imagens de terceiros só poderão ser reproduzidos mediante autorização prévia do titular ou herdeiros.

Com isso, a pesquisa ao acervo de prontuários funcionais da DOPS/PE é permitida através da assinatura de um Termo de Compromisso para que não sejam divulgados os nomes, imagens e fatos que identifiquem as pessoas pesquisadas.

O Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco – AHJPE funciona no prédio da Sinagoga *Kahal Zur Israel*. Foi fundado em 1992 com o objetivo de desenvolver pesquisas inerentes ao resgate da história da presença judaica no século XX. Seu acervo consta de uma série de entrevistas realizadas com imigrantes que formaram a atual comunidade e com membros da geração de judeus nascidos em Pernambuco, além de documentos iconográficos e escritos.

### **1.2.2. Critérios para seleção do material**

Para esta pesquisa, a seleção de prontuários funcionais do acervo da DOPS/PE, obedeceu aos critérios de período – 1930 a 1945 - e de temática. Das instituições judaicas

foram utilizados o Centro Cultural Israelita de Pernambuco, Banco Popular Israelita de Pernambuco, Sociedade Beneficente das Damas Israelitas, Sinagoga Abraão *Schepack*, Organização Sionista Unificada do Brasil, Invasão Judaica, Templo Israelita Hebreu Brasileiro e Campanha Contra os Judeus. Outros prontuários como Polônia, Palestina, Conselho de Imigração e Colonização, Integralismo e Nazismo, Telegramas e Ofícios expedidos, foram também úteis para compreensão do assunto pesquisado.

Decidiu-se também atualizar a ortografia dos trechos transcritos dos documentos para tornar a leitura mais clara, embora, as diferenças apresentadas pela língua portuguesa nos dias atuais não impeçam o perfeito entendimento do que se escrevia nas décadas de 1930 e 1940.

Com relação à inserção neste campo, foram de suma importância os contatos estabelecidos com os funcionários do Arquivo, sobretudo com Marcília Gama, chefe da divisão, que ensinou a importância da sensibilidade do pesquisador quanto ao uso da informação contida nos documentos pesquisados. Entretanto, “olhar” e “ouvir” a documentação presente no acervo da DOPS/PE não foi tarefa fácil, tendo em vista o estado de conservação do Arquivo.

No acervo do AHJPE foram analisados os documentos escritos, orais e iconográficos, cuja seleção obedeceu ao critério do tema e período. Das entrevistas, já gravadas e transcritas por pesquisadores que fazem parte do Arquivo, foram selecionadas quinze, sendo que nove delas com imigrantes judeus e seis com a primeira geração de judeus nascida no Brasil. Das fotografias foram utilizadas vinte, resguardando a identificação dos indivíduos.

Nesta pesquisa, a divulgação dos documentos transcritos dos prontuários funcionais da DOPS/PE e das fotografias selecionadas no AHJPE, preservou a identificação de todos os indivíduos, mesmo utilizado de forma ilustrativa, sem a pretensão de denegrir à imagem de pessoas. Diante disso, dos nomes de indivíduos presentes nos documentos somente as iniciais

serão expostas, no caso das fotografias as imagens dos rostos foram manipuladas por computador para que não seja possível o reconhecimento.

Analisar os documentos presentes nestes acervos possibilitou reconstruir um passado que não mais existe e entender o universo de uma cultura tão “diferente” para o pesquisador. Mas, para entender esse universo judaico foi importante também estabelecer alguns contatos com a atual comunidade judaica de Recife. A maior parte desses contatos foi desenvolvida com judeus selecionados através de uma listagem da comunidade.

Para a inserção no campo foram necessárias ainda a realização de alguns cursos sobre a cultura judaica e da observação participante através de eventos patrocinados pelo Centro Israelita de Pernambuco. Essas inserções no campo se davam para tentar desvendar a “teia de significados” (GEERTZ, 1978:17) e interpretar um universo, um cotidiano e formas de pensar de uma cultura tão distante no tempo e no espaço.

### **1.2.3. Da memória como recurso metodológico**

Desvendar a teia de significados presentes numa cultura distante no tempo e no espaço significa tentar reconstruir um passado com a ajuda de dados emprestados do presente, pois o presente sempre está inserido nas reconstruções do passado. O tempo e o espaço ao qual esta pesquisa se reporta não é um tempo a-histórico, é um tempo cheio de significado que para ser reconstruído fez-se necessário utilizar a memória como um recurso metodológico, visto que as entrevistas realizadas com os imigrantes e com os filhos de imigrantes que são utilizadas nesta pesquisa se baseiam nas memórias individuais de cada entrevistado. Mas, cada depoimento, cada memória individual se cruza para formar uma memória coletiva.

Entender a discussão sobre a relação entre memória individual e memória coletiva implica trazer os questionamentos levantados por Halbwach (1990). Para este autor, a memória individual está ligada à memória coletiva, pois tudo o que lembramos está intimamente relacionado com a lembrança do grupo com o qual nos relacionamos. A ligação com um grupo de referência é essencial para que as lembranças permaneçam em nossa memória e para que elas adquiram algum significado.

Nesse sentido, a memória como um recurso metodológico apresenta-se como essencial para identificar a reconstrução da identidade judaica, já que a identidade depende tanto do que é lembrado quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra.

Entretanto, sabemos que trabalhar com memória requer grandes cautelas. A primeira, diz respeito ao passado com o qual estamos sempre lidando. É preciso sempre estar ciente de que ele é reconstruído a partir das concepções do presente, portanto ele jamais poderá ser resgatado tal e qual.

Bergson (1999) distingue dois tipos de memória onde o passado se armazena: a imagem-lembrança que é a memória por excelência, a conservação do registro e a memória-hábito, que encena o passado, mas que é assentada no presente. A primeira, imagem-lembrança é justamente a memória que nunca vai ser recuperada, pois ela diz respeito ao fato no ato em que o mesmo aconteceu; a segunda, a memória-hábito, refere-se as lembranças resignificadas a partir do presente. É sobre esta que o pesquisador deve se debruçar para reconstruir um passado, um tempo e um espaço que não mais existe.

Outra questão diz respeito à relação entre memória e corpo. Para Bergson (1999), o corpo armazena a ação do passado, é onde o passado expira numa ação. Desta forma, quando muitas vezes lembramos de algo o corpo “fala” através de sorrisos, choros, vozes trêmulas, etc. Nesta pesquisa, esta relação existente entre memória e corpo jamais poderá ser

reconstituída, haja vista que as entrevistas selecionadas são registros históricos já gravados e transcritos por pesquisadores do AHJPE.

A terceira precaução que envolve o estudo da memória diz respeito ao esquecimento. Halbwach (1990:49), chama atenção para a dificuldade que se tem em evocar lembranças individuais, pois o nosso passado “*compreende duas espécies de elementos: aqueles que nos é possível evocar quando queremos; e aqueles que, ao contrário não atendem ao nosso apelo*”.

O primeiro diz respeito justamente àquelas lembranças que estão mais ligadas à memória do grupo ao qual se está inserido, são as lembranças que estão para “todo o mundo”, já o segundo elemento diz respeito justamente à memória que não pertence aos outros, são as “nossas memórias”. Estas, são as lembranças mais difíceis de evocar, pois, “*constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios*”. (Halbwach, 1990:49).

Mas, o fato de alguém “esquecer”, não significa que algo foi excluído da memória, deixou de existir na lembrança, isto porque, muitas vezes, o silêncio que opera quando se esquece significa algo que não se quer dizer. Então é preciso interpretar o que Orlandi (1997) chama de “sentido do silêncio” para entender o significado do não-dito.

Esta discussão foi importante para esta pesquisa, pois a própria problemática com a qual estamos lidando incita os informantes a se calarem. Trabalhar com memória já não é fácil, sobretudo quando pesquisando indivíduos ou grupos que sofreram perseguições, censura e vigilância, ao longo de toda a história, como os judeus. Silenciar transforma-se muitas vezes em uma estratégia para se autopreservar.



## **PARTE II**

### **Os Atores**

Os próximos capítulos examinam como e sob quais aspectos a identidade judaica foi configurada em Pernambuco.

O capítulo seguinte traça um perfil dos imigrantes judeus, identificando de onde, como e porque vieram para Pernambuco. Em seguida, procura-se examinar o processo de aculturação que atingiu esses imigrantes para compreender como esse grupo construiu suas fronteiras identitárias. Essas, foram expressas a partir da construção de alguns espaços étnicos.

O capítulo que trata da organização das associações, imprensa, escolas, sinagogas, sociedades de assistência e entidades sociais, culturais e esportivas, demonstra que a institucionalização de uma vida judaica em Pernambuco foi re-significada a partir da identificação com o elemento étnico-cultural do judaísmo.

## **2. A Europa entre o passado e o presente**

Os primeiros judeus que chegaram em Pernambuco no final do século XIX e início do século XX eram predominantemente de origem *ashkenazi*, vindos da Europa Oriental, das regiões como Bessarábia, Lituânia, Ucrânia, Polônia e Rússia.

As imigrantes I.V., nascida em 1909 e R.B, nascida em 1912, lembram-se que o *shtetel*<sup>11</sup> de Sukurene na Bessarábia, era uma cidade pequena, com um ambiente tipicamente

---

<sup>11</sup>- Palavra de origem ídishe, cujo plural é *shtetelech*, ambas significam aldeia ou pequenas cidades na Europa com ambiente tipicamente judaico.

judaico. A comunidade liderada por um *Rev*<sup>12</sup> procurava sempre manter as tradições, guardavam o *shabat*<sup>13</sup>, as festas de *Pessah*<sup>14</sup>, *Rosh Hashaná*<sup>15</sup>, e o jejum de *Yom Kipur*<sup>16</sup>.

M.L. nascido em 1912 na Polônia, numa cidade conhecida por Chelem, recorda que:

*“O Shill<sup>17</sup> de Chelem era muito famoso, foi construído em 1500. A comunidade era muito grande e muito antiga, conhecida no mundo inteiro [...] Tinha muitas Sinagogas, cada bairro tinha uma Sinagoga. Uma cidade bem judaica, exatamente [...] Tinha uma espécie de pronto socorro, tinha três cinemas e se era sábado a gente ia para o cinema, tinha uma floresta e todo mundo ia para a floresta passear”.*  
(Entrevista realizada em 07/02/1998 - AHJPE)

Mas, as condições de vida a que os judeus estavam submetidos na Europa forçava-os a encontrar na imigração uma forma de sobrevivência. M.L. lembra que na Polônia havia discriminação e perseguição dos não judeus: *“apedrejavam, jogavam pedras, quando sabia que era judia [a família]”*. Das lembranças sobre a infância relata que: *“não tem lembranças muito boa não”*, quando interrogado se tinha medo, diz que:

*“Medo não tinha não, havia limites, não vivia com medo porque depois de 1920-25 melhorou muito, não tinha perseguição muita não. Mas o judeu não tinha direito a isso ou aquilo, o judeu não podia cultivar, não tinha o direito de ter terra, não podia cultivar nada”.*

Questionado sobre o direito de frequentar a Universidade, ele lembra: *“não tinha direito e quando podia estudar ficava no cantinho lá no fim”*.

Já R.B., relata que seu pai G.P. saiu de Sukurene em 1911, antes mesmo de seu nascimento, e conta-nos sobre as discriminações sofridas pela família:

*“Perseguições sofremos sim, muito. Eram os pogroms... e vinham os ‘cossacos’, ‘mujihs’, que eram pessoas da aldeia, não judeus, contra os judeus. E assim, eles quebravam as casas, destruíam as coisas, as lojas, roubavam e matavam, só porque*

<sup>12</sup> - Mais conhecido como *Rabino*. A palavra *Rev* ou *Rabino*, é utilizada para designar a pessoa que recebe ordenação formal para atuar nas questões do ritual judaico, é também um especialista nas questões de leis religiosas judaicas.

<sup>13</sup> - *Shabat* significa sábado. É um ritual judaico que representa o dia de descanso. Sobre a prática desse ritual ver a pág. 109-110.

<sup>14</sup> - *Pessah* é o ritual de comemoração da Páscoa Judaica. Sobre a prática desse ritual ver a pág. 111.

<sup>15</sup> - Em hebraico, *Rosh Hashaná* significa “Cabeça do Ano”. É o período em que os judeus comemoram o ano-novo. Sobre a prática desse ritual ver a pág. 113.

<sup>16</sup> - *Yom Kipur* significa dia do julgamento ou dia do perdão. Sobre a prática desse ritual ver a pág. 113.

<sup>17</sup> - Em ídishe significa sinagoga, mas, neste contexto refere-se a cidade.

*era judeus, não havia nenhuma outra razão para isso.”* (Entrevista realizada em 21/03/1995 - AHJPE)

A insegurança na Europa era visível, com guerras travadas internamente, *pogroms* e recrutamento forçado dos judeus ao serviço militar, sobretudo na Rússia, que em 1815 anexou a Lituânia e a Polônia – até então o principal centro mundial do judaísmo no mundo – iniciando uma política para controlar a incorporação das populações judaicas, culminando com o estabelecimento das “áreas de estabelecimento” que incluía as restrições aos direitos civis e a implantação de um sistema militar, um recrutamento forçado – a *rekrutchina* – que obrigava crianças judias a servirem ao exército. (KAUFMAN, 2000:43)

O recrutamento forçado dos judeus ao serviço militar russo ainda era visível no período czarista, onde eram humilhados, maltratados, envergonhados e espancados. Com a Revolução Russa em 1917, muitos tiveram que sair para não serem mortos. D.B., filho de imigrantes russos, conta sobre a saída de seus pais e avós:

*“Meus pais e avós eram lavradores. Nasceram em Sukurene, Bessarábia. Com a Revolução Comunista na Rússia, quando assassinaram o Czar eles invadiram esta cidade que ficava na fronteira e saquearam todas as fazendas e residências. E os habitantes, não só judeus, mas todos, foram obrigados a fugir. Assim, a família de meus pais, os meus tios foram obrigados a emigrar. Meu pai é que contava isso, eu já nasci no Brasil. [...] o avô morreu do coração e a avó os comunistas mataram. Os comunistas pediam jóias e dinheiro. Quem reagisse eles matavam. Isso não foi nos pogroms. Foi na Revolução Comunista. Não foi nada contra judeus. Foi na Revolução Comunista. Eles tomavam as fazendas. Quem reagisse eles matavam. Meus avós eram donos de terras”.* (Entrevista realizada em 07/02/1998- AHJPE)

Fugindo ou sendo expulsos de seus países de origem, o Brasil transformava-se numa “terra prometida” para esses imigrantes. I.P, imigrante nascido na Ucrânia lembra que seu pai chegou ao Brasil em 1913:

*“A profissão dele era Rebe, professor de religião, não tinha nenhuma noção de comércio mas um vizinho nosso tinha chegado há pouco tempo do Brasil e veio com colete, com botões dourados, dizendo que aqui no Brasil se apanha dinheiro com a pá de tanto que se ganha aqui com facilidade. Ele sabia da responsabilidade que tinha cinco filhos para criar, resolveu vender um relógio de ouro, vendeu mais alguns objetos e o dinheiro que ele conseguiu juntar só dava para chegar no primeiro porto de Recife, que era o mais barato.”*



Fotografia 2: “Chegada ao Porto do Recife”. [Entre 1918 e 1920]. 1 fotografia, mono. 0,9 cm x 14 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

### 3. Brasil: uma nova terra prometida

Entre 1920 e 1930, depois dos Estados Unidos e Argentina, o Brasil tornou-se o terceiro país da América a receber mais judeus. Inicialmente, os imigrantes tinham a pretensão de aportarem na América do Norte, mais precisamente nos Estados Unidos, conforme informou I.S., cujo pai saíram da Rússia durante a Revolução Russa:

*“A procura de todos era para a América e o número de vagas era pequeno. Cada vez que chegava um navio se dizia aos inscritos. Já [surgiu] uma oportunidade, mas só se for para a Guiana, para o Brasil ou para a Argentina. Depois que eles [seus pais] esperaram algum tempo e não havia chance de ir para a América, eles souberam que os pais de meu pai tinham ido para a Argentina e tinham chegado ao Rio de Janeiro.*”

*Então eles aceitaram vir para o Brasil. O navio deles veio para o Recife*”. (Entrevista realizada em 07/02/1998 - AHJPE)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o número de desembarque de imigrantes judeus nos portos brasileiros quase dobrou e, em 1920, quase duplicou. Depois que os Estados Unidos promulgaram, em 1921, a Lei das Origens Nacionais - um sistema de cotas que restringiu a entrada de imigrantes e serviu de modelo para que outros países, como o Canadá e a Argentina, adotassem - a imigração do Leste Europeu para o Brasil entre 1924 e 1934, aumentou em quase dez vezes com a entrada de mais de noventa e três mil pessoas. (LESSER, 1995: 43-46)

A escolha do Brasil dava-se por duas razões, primeiro por já existir um parente ou amigo próximo já estabelecido no país; segundo, porque antes de 1937 haviam poucas restrições à entrada de imigrantes, visto que, no fim do século XIX havia sido instituída uma política de imigração objetivando povoar e colonizar os vazios demográficos, substituir a mão-de-obra escrava e negra e “branquear” a sociedade.

A chegada dos judeus em Pernambuco foi motivada por existir um parente ou amigo que eventualmente iria oferecer ajuda ao recém-chegado. Primeiro vinham os homens, que após algum tempo estabelecidos mandavam buscar da Europa suas famílias. C.S., imigrante nascida em Sukurene, conta que, em 1909 seus irmãos L.C de 18 anos e J.C de 16 anos chegaram ao Brasil porque não queriam servir ao exército russo. Cinco anos depois, em 1914, veio seu pai:

*“Mamãe ficou e papai deixou a gente com mamãe. Eu tinha cinco anos. Então ele veio para o Brasil para alugar uma casa, estabelecer, botar tudo direitinho para buscar a gente. Mas, justamente, logo que ele saiu, quando ele só passou a fronteira, estourou a Guerra. Aí ele não podia, nem mandar dinheiro, nem telegramas, nem nada.*

*Isso foi até 1919. De 1914 até 1919.*

*Nós tínhamos duas casas bem grande e tinha um tio que era muito rico e ajudou a gente. Tinha mercadoria, que papai tinha sócio para essas mercadorias e vendiam e ajudavam a gente com o dinheiro que ganhavam. Mas, em época de guerra, passamos mal. Mas, depois mamãe vendeu a loja. Parou a Guerra. E o primeiro navio que sabíamos que ia sair da Itália nós fomos. [primeiro] para Bucareste, depois para*

*Constantinopla, depois para a Itália. De trem, de navio, de todos os jeitos que tinha para chegar ao Brasil.*

*Viajamos bem uns dois meses e meio. Os navios não tinham ainda tudo o que se precisava por causa da guerra. E assim demorava mais ainda.*

*E mais uma coisa, nós não chegamos direto para o Recife [...].*

*Navios estrangeiros não podiam entrar aqui no Porto do Recife. Nós viemos num navio italiano. O porto não tinha profundidade para os navios. Então fomos para o Rio de Janeiro. E papai mandou dinheiro por um amigo dele. E, ele exigiu que a gente se vestisse do melhor conforme no Brasil se usa. Descansamos 15 dias lá e depois viemos em um navio nacional para o Recife.” (Entrevista realizada em 01/10/1990 - AHJPE)*



**Fotografia 3:** “Vinda de L.Y. para o Recife no navio Zelândia”. [30/06/1933]. 1 fotografia, mono. 19 cm x 14 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

Os imigrantes judeus já estabelecidos em Pernambuco davam acolhida aos recém-chegados da Europa, oferecendo-lhes moradia, alimentação, etc. R.B., imigrante da Bessarábia, lembra que seu pai chegou ao Brasil em 1911, para trabalhar com um irmão em São Paulo, logo depois chegou ao Recife para trabalhar com um amigo. Depois de estabelecido, dedicou-se a ajudar os imigrantes:

*“A casa de meu pai, lá na Rua Leão Coroado tinha um sótão, enorme. E toda família que chegava, eles recebiam as famílias, botava lá no sótão, dava comida a eles e ajudava para eles se estabelecerem. Quando eles viam que eles já estavam ganhando, aí eles: ‘você tem que sair porque tem uma outra pessoa’. E durante muito tempo*

*meu pai ajudou a muitos emigrantes [...] ajudava porque eles chegavam com uma mão na frente e outra atrás, sem dinheiro, sem nada.*” (Entrevista realizada em 21/03/1995 - AHJPE)

De acordo com Jeffrey Lesser (1995:67-68), os imigrantes judeus raramente tinham capital para comprar uma loja ou fábrica no momento de sua chegada, mas, eles eram freqüentemente auxiliados por um “*laispar kasses*”, que eram empresas de crédito fornecedoras de recursos iniciais para comprar mercadorias ou abrir uma pequena loja ou fábrica. Os judeus donos de lojas e fábricas vendiam no varejo mercadorias e utensílios domésticos a crédito para os recém-chegados.

A maioria iniciou suas atividades como *klientelshik* – mascate no *ídishe* falado no Brasil – pois era uma ocupação que não exigia investimento de um grande capital inicial. Um mascate experiente ajudava o recém-chegado a ganhar dinheiro, ao mesmo tempo em que ensinava-lhe frases em português e o discurso de vendedor.



Fotografia 4: “*Klientelshik*”. [19--]. 1 fotografia, mono. 0,9 cm x 14 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.



Com o decorrer dos anos, os judeus de Pernambuco, passaram de uma “economia errante” – os *klientelshik* - para as casas comerciais na Rua da Imperatriz, Rua da Matriz, Rua do Hospício, Rua do Aragão, Praça Maciel Pinheiro e Cais José Mariano. O bairro da Boa Vista tornou-se área de residência, de instalações comunitárias e de casas comerciais. (KAUFMAN, 2000:147)

M.L., guarda em sua memória relatos que permitem reconstruir o ambiente em que os judeus exerciam suas profissões:

*“Chegava de tarde as quatro horas ficava cheio de gente na Praça Maciel Pinheiro, o camarada vinha falar com alguém, já sabia, vá na Praça Maciel Pinheiro, que vai encontrar os judeus, o ponto era lá. Os Bortmans, Naslavsky, tinham as lojas na Rua da Imperatriz, na Rua do Aragão. Veja só, antigamente o comércio, quase todo de judeus na Rua da Imperatriz. Eu me lembro que chegava Yom Kipur era tudo fechado. Tinha a loja dos Meller, tinha a Malharia Imperatriz, a livraria de Berenstein [...] O comércio da Rua da Imperatriz era quase todo judeu.”* (Entrevista realizada em 03/10/1996 - AHJPE)

Entretanto, toda dinâmica que acompanha o processo de imigração, traz para o grupo alguns elementos de ruptura.

#### **4. O processo imigratório e as mudanças na identidade**

Kaufman (2000), ao estudar as alterações sofridas pela comunidade judaica em Pernambuco, observou que as implicações psicossociais do processo de imigração gerou uma tendência à desintegração das estruturas preexistentes do grupo, fazendo com que os imigrantes ficassem permeáveis à absorção de novos elementos, provocando, assim, uma mudança no *continuum* do mundo judaico.

Um dos primeiros elementos que marca a desestruturação do grupo é o aprendizado da língua. M.L., imigrante polonês, chegou em Pernambuco no ano de 1930 com 18 anos e lembra-se da dificuldade que tinha em aprender a língua:

*“Olhe, não queira saber como é difícil quando a gente não sabe a língua: eu via menino pequeno falar, fiquei com inveja, veja, esse menino tão pequeno já sabe falar português e eu não falo. [...] No princípio tudo é sempre difícil, a língua é que era difícil, mas depois, devagarinho, a gente começa a se acostumar, como aprender, começa a ter relacionamento e começa a melhorar as coisas [...] Primeiro tivemos um professor, mas passou uns dois meses somente, mas sabe, o professor melhor é o tempo, a prática é o melhor professor que existe e a convivência com eles, a gente começa a aprender”.* (Entrevista realizada em 03/01/1996 – AHJPE)

Superada a primeira barreira: a dificuldade da língua, os imigrantes iniciaram sua integração na sociedade receptora absorvendo elementos para que não se sentissem mais como estrangeiros.

A imigração judaica diferente de outras, era permanente. Expulsos ou fugidos de seus países em decorrência das condições de vida à que estavam submetidos, os judeus, ao emigrarem não tinham a intenção de retornar à seu país de origem, o Brasil apresentava-se então como uma nova pátria, e, para isso, o processo de aculturação era inevitável.

A inserção econômica do imigrante judeu na sociedade pernambucana através do *klientelshik* foi um dos fatores que contribuiu para a absorção de novos elementos. Segundo Kaufman (2000:144-145), a própria dinâmica da natureza do trabalho do comércio ambulante, foi distanciando-os das práticas judaicas, dando início a um processo de internalização de novos hábitos e costumes.

Esse processo resultou em um “abrasileiramento” do imigrante judeu, manifestado através da criação de entidades esportivas como o Clube de Futebol Israelita, criado em torno de 1930, ou festejando datas tipicamente brasileiras, como o carnaval.

A imigrante A.H. lembra que a primeira coisa que estranhou ao chegar da Bessarábia foi o carnaval: “*Achei aquilo uma loucura. Achei que aquele povo todo era doido, não era normal.*” (Entrevista realizada em 09/09/1191 – AHJPE)



Fotografia 5: “*Time de Futebol*”. [19--]. 1 fotografia, mono. 17 cm x 12 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

M.L. lembra com saudosismo o carnaval realizado no Centro Cultural Israelita de Pernambuco:

*“Aquele tempo gostoso, tinha aquele Centro na Rua da Glória, oh! Que coisa boa! A gente fazia aqueles bailes dia de sábado, a comida toda feita em casa pelas mulheres. Eu conheci ela [referindo-se à sua esposa] na Rua da Glória, no Carnaval! Foi tão gostoso naquele tempo. [...] Eu me lembro exatamente quando nós chegamos aqui, tinha festa, tinha carnaval. Que para mim era uma novidade, todo mundo dançando. Na rua também, lindo antigamente, com carros, confeti, serpentinas, aquelas fantasias lindas. Era lindo, muito bonito.”* (Entrevista realizada em 03/01/1996 – AHJPE)



Fotografia 6: “Festa de Carnaval”. [1935?]. 1 fotografia, mono. 17 cm x 12,5 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

Essa absorção de novos elementos da sociedade de acolhimento provocou uma alteração no *continuum* da identidade judaica. Isso foi possível pela influência de dois fatores, primeiro, devido à própria dinâmica que acompanha todo processo imigratório, fazendo com que todo imigrante fique permeável a receber novos hábitos e costumes para se adaptar ao meio no qual está sendo inserido; segundo, pelo ambiente encontrado na sociedade brasileira.

Na Europa Oriental e no Leste Europeu, os judeus viviam nos *shtetel* que eram verdadeiros guetos, com poucas relações com os *goim* (não judeus) e nunca participando de atividades que não fosse judaica. No Brasil, e em Pernambuco, o relacionamento com os não-judeus facilitou uma integração positiva dos imigrantes, como recorda I.A:

*“A relação sempre foi de amizade, pelo menos comigo eu nunca senti da parte de outras pessoas da comunidade nenhum constrangimento em relação a minha pessoa e fora da comunidade a mesma coisa”*. (Entrevista realizada em 11/04/1996 – AHJPE)

A existência de uma atmosfera judaica em Pernambuco, não encontrada na Europa, facilitou a internalização de novos elementos na identidade do imigrante judeu.

Para alguns autores, como Bernardo Sorj (1997 *apud* SORJ, Bila, 1997) e Naura Reis (1970), essa absorção dos judeus na sociedade brasileira trouxe a constante erosão das

fronteiras diferenciadoras e das tradições próprias do judaísmo, resultando numa perda de originalidade da tradição judaica.

Para Bernardo Sorj (1997 *apud* SORJ, Bila, 1997:23), a cultura brasileira cultiva o esquecimento, o presente é vivido na esperança do surgimento de dias melhores. Esta situação exprime um “fatalismo otimista”, ou seja, “*um excelente antídoto para a depressão que alimenta a irresponsabilidade social e a aceitação do status quo*”.

Já a cultura judaica sustenta-se na lembrança, o presente é o espaço de preparação e sua insatisfação revela-se na vontade de mudança. Nesse contexto, “*o judaísmo brasileiro, do ponto de vista da criação e cristalização de expressões culturais próprias, instituições e reflexão intelectual, é de uma pobreza atroz*” (SORJ, Bernardo *apud* SORJ, Bila, 1997:21).

E esta pobreza é o preço que se paga pelo sucesso da integração do judeu na sociedade brasileira. Assim sendo, conclui o autor:

*“embora claramente exista uma identidade nacional judaico-brasileira, isto é, judeus que se identificam com a cultura nacional e possuem uma forma judia de ser brasileiro e uma forma brasileira de ser judeu, ela não consegue cristalizar maiores expressões culturais ou institucionais de sentido coletivo”.*(SORJ, Bernardo *apud* SORJ, Bila, 1997:22)

Já Naura Reis (1970), ao discutir sobre os aspectos da comunidade judaica no Recife, partiu do pressuposto de que o confinamento ou o isolamento é o ponto de partida para que um grupo consiga desenvolver sua concepção étnica e religiosa. Desta maneira, as migrações judaicas nos séculos XIX e XX tiveram, para a autora, um fim completo de mudança, impossibilitando, assim, a realização cultural e social judaica.

Entretanto, Fredrik Barth (1969), nos mostra que não é isolando um grupo que vai se garantir suas fronteiras identitárias. A etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, pelo contrário, é a partir da intensificação das interações sociais e da comunicação cultural que os grupos estabelecem suas fronteiras, pois, as identidades étnicas só se

mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos nós *versus* eles.

Então, mesmo que absorvendo elementos da sociedade de acolhimento, os imigrantes judeus desenvolveram maneiras bem distintas de manterem sua identidade étnica, conforme afirma Eva Blay (1997 *apud* SORJ, Bila, 1997:47):

*“diferente de alguns processos imigratórios em que as relações étnicas se dissolvem através do tempo e do contato com outras culturas, a judaica tende a restaurar-se nas sociedades em que se inserem”.*

De acordo com Portes (1984 *apud* POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998:72), a aculturação - aquisição das competências cognitivas e dos valores modernos – continua sendo o processo central da transformação das identidades étnicas, mas, longe de levar à assimilação, ela tem como efeito aumentar a consciência e a significação da etnicidade.

Portanto, as mudanças no conjunto do comportamento dos imigrantes judeus que estavam se estabelecendo em Pernambuco não podem ser interpretadas como perda de uma identidade étnica, pelo contrário, elas além de fazerem parte de todo o processo histórico de continuidade, demonstram uma forma de expressar a permanência da história e da cultura judaica.

Uma das maneiras encontradas pelos judeus para exprimir essa relação de continuidade com um passado, foi manifestada através da criação de associações, imprensa, escolas, sinagogas, sociedades de assistência e entidades sociais, culturais e esportivas.

## 5. Espaços étnicos e o novo dimensionamento da identidade

Os judeus ao longo de toda história construíram uma rede de instituições para garantir a sobrevivência física, cultural e religiosa. (BLAY, *apud* SORJ, Bila, 1997:36).

Em Pernambuco, instituições como o Centro Cultural Israelita de Pernambuco, a Cooperativa do Banco Popular Israelita de Pernambuco, as Sinagogas, o Colégio *Ídishe Schul*, etc., foram espaços criados com a finalidade de manter uma espécie de vínculo étnico, cuja ação simbólica remete ao pertencimento à uma origem comum e continuidade com um passado.

Os rituais religiosos da comunidade eram realizados nas Sinagogas. O *Shill Scholem Fainbaum* ou *Shill Scholem Oknitzer*, iniciou suas atividades em torno de 1906, situada na Rua Martins Júnior nº. 29 no bairro da Boa Vista, funcionou até meados de 1926 dando origem a Synagoga Israelita da Boa Vista, fundada em 20 de julho de 1936, atualmente, Sinagoga Israelita do Recife. Existiam ainda a Sinagoga dos Sefaradim na Rua da Matriz nº 84, Boa Vista, que funcionou de 1930 a 1940 e a *Shill Chaim Leib*, mais conhecida como Sinagoga dos Kelner, situada na Rua Leão Coroado, cujas atividades foi entre 1940 e 1965.

I.A. conta que seu pai, um imigrante nascido em Tolnich, povoado russo, chegou ao Brasil por volta de 1911-12, sendo um dos primeiros fundadores da Synagoga Israelita da Boa Vista:

*“local onde havia todas as comemorações religiosas [...] Rosh Hashaná e Yom Kipur lá, tudo na Sinagoga, direitinho, com respeito, e fazendo tudo que era recomendado e feito dentro dos ritos religiosos”*. (Entrevista realizada em 11/01/1996 - AHJPE)

Naquele tempo não havia líderes religiosos, algumas pessoas da própria comunidade tomavam conta da Sinagoga. A vida religiosa era realizada e comemorada também nas

residências, através do *Seder de Pessach* e do *Shabat*, e no comércio, com o fechamento das lojas durante as comemorações do *Rosh Hashaná* e *Yom Kipur*, quando “*tudo que era casa de judeu, israelita, não ficava uma só aberta*”. (Declaração de I.P. Entrevista realizada em 11/01/1996 - AHJPE)

Havia também instituições que promoviam encontros comunitários, como o Círculo Israelita de Pernambuco, o Centro Israelita de Pernambuco e o Centro Cultural Israelita de Pernambuco.

O Círculo Israelita de Pernambuco funcionou na Rua Dom Bosco nº 687, no bairro da Boa Vista, de 26 de agosto de 1937 até 1948. Entre suas finalidades, destacava-se: “*promover festas, cultos religiosos, conferências e diversões para seus associados*” (Prontuário nº 447 – APEJE-DOPS/PE).

Já o Centro Israelita de Pernambuco, fundado em 10 de junho de 1918, era uma sociedade beneficente que funcionava na Rua da Glória nº 215, com a finalidade de:

“*Construir cemitério para oferecer jazigos perpétuos aos seus associados, ao morrerem, custeando todas as despesas com o sepultamento, bem como auxiliar as famílias dos sócios falecidos, quando pobres*”. (Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)





**Fotografia 7:** “Fachada do Centro”. [19--]. 1 fotografia mono. 11,5 cm x 19,5 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

**Fotografia 8:** “Estatuto do Centro”. [9/10/1932]. 1 fotografia. color. 7,5cm x 10 cm

Para se tornarem sócios, as pessoas teriam que professar a religião judaica, sem distinção de sexo ou nacionalidade e contribuir com o pagamento de uma quantia mensalmente. Em 1932, tinha um patrimônio social composto de:

*“Um cemitério localizado no bairro desta cidade, denominado ‘Barro’, junto ao cemitério católico, fechado por um muro de tijolo com entrada por um portão de ferro; duas construções, uma para moradia do vigia e dos guardas e outra servindo de necrotério, de acordo com as leis desta Municipalidade; uma bomba d’água, instalação elétrica, uma lanterna a gás e mais diversos utensílios para o cemitério”.*  
(Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)

Na Rua da Imperatriz nº 246-2, funcionou o Centro Cultural Israelita de Pernambuco, cuja finalidade era:

*“Proporcionar aos sócios os meios de conhecer a literatura israelita, brasileira e outras, por meio de biblioteca, jornais, noites literárias, etc.; comemorar datas nacionais, israelitas e brasileiras; proporcionar diversos divertimentos aos sócios, como bailes, recreios, e pequenos esportes, como ping-pong, xadrez e outros”.*  
(Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)



Fotografia 9: “Reunião no Centro”. [193-]. 1 fotografia, mono. 29,5 cm x 21,5 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

Logo depois, passou a funcionar no mesmo local do Centro Israelita de Pernambuco, ou seja, também na Rua da Glória. Em 1941, o Centro Cultural contava com um total de 274 sócios e possuía um patrimônio social composto de:

*“Um rádio e uma picape de marca odeon; um piano [marca] zeitter, 8 mesas, 2 bureau, 1 mesa de ping-pong, rede e raquetes, 1 armação para cenário, 1 quadro negro para avisos, 6 estantes de livros com 800 livros em português e 785 em ídishe e 60 cadeiras de junco”.* (Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)

Funcionava diariamente entre 14:00 e 17:00 horas, para realização de ginástica ou jogos esportivos, e à noite das 18:30 às 23:00 horas, com exceção dos dias em que eram realizados bailes ou recreios dançantes, em que o horário era prolongado. Todas as segundas-feiras, das 20:30 às 22:00 existiam as sessões de diretoria e aos sábados, um recreio dançante, das 20:00 às 23:00 horas. Além dessas atividades havia também conferências e *pic-nics* para seus sócios. (Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)

No prédio da Rua da Glória também funcionou a Sociedade dos Estudantes Israelita de Pernambuco e o Colégio *Ídiche Schul*, que iniciou suas atividades em torno de 1918.

Entidades de ajuda mútua também foram criadas. A Cooperativa do Banco Popular Israelita de Pernambuco, por exemplo, uma entidade criada em 1931, funcionou na praça Maciel Pinheiro, 48 – 1º andar, tendo como objetivo:

*“Proporcionar crédito aos seus sócios, por meio de mutualidade e da economia, mediante juros razoáveis, auxiliando em particular o pequeno trabalho, seja de ordem agrícola ou profissional, seja de ordem industrial ou comercial”.* (Prontuário nº 27.687 – APEJE-DOPS/PE)



Documento 1: “Estatuto do Banco”. [1935]. Prontuário nº 27.687 – APEJE-DOPS/PE.

I.A. relata conta que seu pai, um imigrante russo um dos fundadores do Banco:

*“Meu pai foi o da Cooperativa de Crédito, porque os judeus que vinham para aqui [...]. Ocorre que eles precisavam de algum dinheiro. Então resolveu-se criar-se um Banco. Banco era só o nome. Era mais uma Cooperativa. Banco Popular Israelita de Pernambuco. Em garoto eu trabalhei lá de auxiliar, de graça. Esse banco emprestava pequenos valores. Quando eu tinha 17 anos o empréstimo médio era de duzentos ou trezentos mil réis. Pagava-se por semana as prestações. O prestamista tomava o dinheiro, comprava mercadoria, ia vender à prestação e todo dia ia e vendia em pedacinhos. No fim da semana comparecia ao Banco e pagava a semana dele. Quando acabava ele levantava dinheiro de novo. Não tinha dono. Todos eram associados e tinham cotas e no fim do exercício todos recebiam partes iguais. Este é um mandamento bíblico. Nós somos obrigados a emprestar a quem necessita para não permitir que ele caia.”* (Entrevista realizada em 11/01/1996 - AHJPE)



Fotografia 10: “Banco”. [193-]. 1 fotografia, mono. 22,5 cm x 16,5 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

Segundo a nossa informante B., o Banco funcionava da seguinte maneira:

*“Pessoas que passavam por situação difícil, iam lá para pegar empréstimo, então havia uma comissão que analisava a situação daquela pessoa que foi pedir, se ela realmente estava precisando e tal. E que tipo de pessoa era com relação ao seu comportamento, comportamento social, [ou seja], como é que era o comportamento dela, e se emprestava o dinheiro. O que dava crédito à essa pessoa era o fato dela pagar as parcelas em dia, então se precisasse novamente, isso já credenciava. E como é que eles conseguiam esse dinheiro para essa tal cooperativa? Judeus abastados, emprestavam esse dinheiro. Esse dinheiro era repassado pra aqueles que precisavam que quando era devolvido voltava para o bolso de quem emprestou. Isso chamava-se Guemilut Chassadim, é que tem relação com prática de boas ações”. (Entrevista realizada em 20/12/03)*

Esta solidariedade praticada pela Cooperativa do Banco Popular Israelita de Pernambuco, é um dos preceitos do judaísmo, a *Tzedack*, a prática da caridade com justiça. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998), as práticas destas solidariedades não são um aspecto inerente da essência do grupo ou do indivíduo, mas recursos que são explorados com a finalidade de enfrentar um meio ambiente social hostil ou incerto. A diferença é que, no caso do judaísmo este é um preceito sacralizado.

A criação destas instituições demonstrou como os imigrantes judeus organizaram espaços para manter sua identidade étnica. Mas essa identidade judaica foi re-significada a partir da identificação com o elemento cultural do judaísmo.

De acordo com Kaufman (2000:2), a integração do imigrante judeu na sociedade pernambucana trouxe como resultado uma alteração em sua identidade, configurada pelo deslocamento do núcleo religioso para o cultural, um processo denominado por “secularização do judaísmo religião” e “sacralização do judaísmo cultura”.

A ênfase na dimensão cultural do judaísmo está relacionada ao perfil dos imigrantes. O fato de predominar nessa migração judeus provenientes do Leste Europeu e Europa Oriental, local em que a grande maioria era constituída por alfaiates, mascates, etc., que vivam enclausurados em guetos e mantendo-se isolados do resto do mundo, tornava-os diferentes dos judeus da Europa Ocidental e Central. Estes, mesmo em número menor, faziam parte da burguesia, eram banqueiros, grandes comerciantes.

Para Löwy (1989), o surto do capitalismo na Europa Ocidental e Central, criou um espaço favorável para o desabrochar de uma classe média judaica com a aspiração de assimilar-se, aculturar-se e integrar-se. Até certo ponto, essa assimilação foi bem sucedida, pois existiu uma segurança econômica e a garantia de igualdade de direitos cívicos.

Porém, esta igualdade preconizada escondia contradições. Se por um lado era outorgado à todos os judeus a cidadania política e jurídica, por outro lado, a concessão de privilégios continuava a existir, sendo mantida através do Estado que precisava de auxílio financeiro dos judeus para manter a máquina estatal.

Para Arendt (2001:34), os judeus eram superprivilegiados por receberem proteção especial do governo quanto à igualdade política e de direito, mas eram também

subprivilegiados quanto à igualdade social, esta, não existia, pois, do ponto de vista social o judeu continuava sendo um “pária”.

Mesmo assim, os judeus da Europa Ocidental e Central sentiam-se totalmente identificados com a cultura dos países onde viviam, expressando uma reação às mudanças e acreditando, inclusive, que o anti-semitismo passaria e que seriam equiparados aos demais cidadãos. Até mesmo a intelectualidade judaica, que encontrava-se numa condição contraditória, pois, profundamente assimilada, mas, largamente marginalizada, ligada à cultura nacional e totalmente desenraizada, procurava, salvar do esquecimento a cultura religiosa judaica do passado.

Já na Europa Oriental, aparece a figura do judeu revolucionário que se ligava aos movimentos operários, caracterizando-se pela aceitação de novas concepções políticas, ideológicas e sociais, como consequência do atraso e fracasso das revoluções burguesas nesses continentes.

Na concepção de Löwy (1989), a opressão e a composição social da população judaica nessas regiões, a formação do anti-semitismo e sua violência e o caráter muito mais diretamente pária, levou uma multidão imensa e variada de intelectuais judeus a serem atraídos pelas utopias revolucionárias. Seus pensamentos não continham – ao contrário dos judeus da Europa Ocidental e Central – a menor referência à religião nem o menor traço visível de uma dimensão messiânica/religiosa.

Os judeus da Europa Oriental e do Leste Europeu - grupo que imigrou, em massa, para o Brasil, no final do século XIX e início do século XX - diferem, portanto, do judeu da Europa Central e Ocidental, pela recusa da religião judaica. Sua visão de mundo é sempre racionalista, secularizada e materialista. Pelas afirmações de Kaufman (2000:44):

*“Foi entre eles que se deu, de forma significativa, o rompimento com a consciência religiosa. Os trabalhadores judeus dessa parte da Europa e da Polônia, ao contrário da ortodoxia religiosa, sentiam maior atração pelos elementos não religiosos da cultura ídiche, presentes na literatura e no teatro, ao mesmo tempo em que acolhiam as mudanças políticas que ocorriam na sociedade.”*

Nesse sentido, o perfil dos imigrantes influenciou para que os judeus de Pernambuco apresentassem uma tendência a identificarem-se com a dimensão cultural do judaísmo.

Segundo o depoimento de I.P.:

*“a vida cultural cresceu muito em Recife durante 1932 e 33, fazendo com que a comunidade israelita de Recife fosse conhecida até no sul como ativa, cultural, sempre festejando, sempre comemorando as datas nacionais”.*

Entre as atividades culturais desenvolvidas pelos judeus, destaca-se a criação do teatro *ídishe*, o Círculo de Leitura *I. L. Peretz* e a Sociedade Israelita *Chaim Iitlovsky*, todos iniciaram suas atividades em torno de 1930.

O depoimento de A. H., imigrante da Bessarábia nascida em 1906 e que chegou ao Brasil com 20 anos de idade, em dezembro de 1926, traz grandes informações sobre a importância e o desenvolvimento das atividades culturais judaicas:

*“O grupo [de teatro] foi formado um pouco antes de 1930, antes da guerra. Os imigrantes, todos, eram gente muito simples, mas logo procuraram fazer um teatro, uma biblioteca, pegar um livro, formar um centro cultural. [os imigrantes] Chegaram do shtetel que não tinha nem ginásio, mas teatro tinha. Porque povo judeu gosta de teatro. Sempre gostou. E, assim se formou o grupo com as pessoas daqui. Depois vieram dois artistas, Itchel Datz e Ester Perelman. [...] Naquele tempo, a gente só apresentava o que era atual, se procurava mostrar o que acontecia, de [19]30 até 58. Em 58, foi o último espetáculo com a peça de Abrão. ‘O Remorso de um Traidor’. [...] As peças eram sempre de temas judaicos, autores judeus e em língua ídiche. Naquele tempo, todos falavam ídiche e todos iam para o teatro, toda a colônia ia, tanto velho como moço.”* (Entrevista realizada em 09/09/1991 - AHJPE)

Para Kaufman (2000:156), o teatro *ídishe* mostrou-se

*“Profundamente necessário para a reafirmação de uma identidade ameaçada pelo contraste com a sociedade europeia. Acreditava-se que ao envolver as pessoas em ações de interpretação do passado, por meio de temas discutidos em diferentes instâncias da vida cultural, cada um veria suas próprias imagens refletidas no espetáculo. Assim, encontravam na sua própria história os elementos para uma leitura do passado, no âmbito de um trabalho destinado a resguardar as fronteiras sócio-culturais do grupo.”*



Fotografia 11: “Teatro”. [193-]. 1 fotografia, mono. 15,5 cm x 11,5 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

O Círculo de Leitura I.L. Peretz, era formado por um grupo de pessoas que se reunia todas as quintas-feiras para discutir sobre atividades culturais. Segundo I.P., as atividades do Círculo de Leitura organizavam-se da seguinte forma:

*“Não havia naquela época pessoas na Faculdade, eram todos imigrantes e, no entanto, as discussões eram fabulosas, havia toda quinta-feira reunião na Rua da Imperatriz [local onde funcionava o Centro Israelita de Pernambuco] à noite fazia o que se chamava kestelech [caixa] que ficava no centro da mesa, como se fosse uma urna. E, antes da reunião cada um botava algum assunto para discutir dentro dessa urna e depois a mesa era sempre composta de 12 ou 15 jovens de 20 a 25 anos e que discutiam assuntos fantásticos sempre sobre literatura, música, arte e as noites tinham até mais de meia-noite discussões”.*

Essas e outras atividades culturais eram sempre organizadas pelos integrantes da comunidade. Segundo A.H.:

*“Todas as sexta-feira fazíamos um programa ou musical ou conversa. Porque sábado não se podia fazer porque tinha cobrança do klientelshik, então se fazia na sexta-feira. Muitas moças naquele tempo estudavam piano. Outros declamavam. Benny Volkof tocava violino. E sempre tinha-se um programa e vinha gente”.*

Para esta imigrante, “no momento em que se deixa de fazer poesia, literatura, teatro, e se não tem nada disso, não tem cultura judaica”. (Entrevista realizada em 09/09/1991 - AHJPE)



Esse re-dimensionamento da identidade do imigrante judeu em Pernambuco é a razão pela qual até hoje a comunidade judaica pernambucana se identifica com o conteúdo étnico cultural do judaísmo. Muito embora, existam movimentos que buscam resgatar a vida religiosa judaica, como o antigo Grupo Renascer e a Sinagoga do *Beith Chabad*, adepta ao judaísmo ortodoxo. Mas, somente com uma pesquisa mais aprofundada é que se pode demonstrar como esse movimento de “retorno” ao judaísmo religião está se consolidando nos judeus de Pernambuco.

Mas, a identidade não é um dado único - pois ela nunca se define apenas através da transmissão da essência e das qualidades de um grupo – ela é muito mais uma construção dinâmica, e enquanto tal, é elaborada a partir das interações sociais nos quais os grupos se acham em contato com outros grupos. É nesse sentido que o contexto no qual os indivíduos ou os grupos estão inseridos apresenta-se como essencial para entender o processo de construção e persistência de uma identidade.

No caso dos imigrantes judeus em Pernambuco, faz-se importante identificar os outros elementos que também exerceram uma influência para o re-dimensionamento da identidade judaica, tais como o contexto das décadas de 1930/40 e os fatores políticos decorrentes desse período.



**PARTE III**  
**O CENÁRIO**

Essa parte mostra uma análise do contexto no qual a identidade do imigrante judeu foi construída, pois, os processos de construção das identidades devem ser procurados nas condições estruturais aos quais os grupos se acham colocados. (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998:79)

Um dos capítulos, examina a construção e a utilização da imagem do judeu pelos intelectuais e elites políticas das décadas de 1930 e 1940, identificando os rótulos atribuídos à esse grupo, tais como: dominadores do mundo, comunistas, nazistas. etc.

Em seguida, analisa-se os fatores políticos decorrentes desse período, como a restrição, o controle, a censura, a vigilância e a repressão instituída pelo Estado Vargas aos judeus e institucionalizada através da atuação da campanha de nacionalização, dos decretos leis e circulares secretas e da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS/PE.

O último capítulo aborda o panorama social objetivando demonstrar que, embora existisse um cenário político que estigmatizava o imigrante judeu identificando-o como uma “ameaça”, as manifestações antijudaicas na sociedade brasileira, e conseqüentemente na sociedade pernambucana, não cristalizaram-se como um fenômeno de massa devido a “atmosfera judaica” existente nessa sociedade.

## **6. A estrutura política**

No Brasil, embora existisse um ambiente que facilitava a criação de uma vida judaica, o papel dos imigrantes na constituição étnica brasileira sempre foi alvo de discussão por parte dos intelectuais e das elites políticas nos séculos XIX e XX. Durante o século XX,

incorporou-se no discurso uma retórica expressa nas teorias do branqueamento como solução para melhorar a mestiçagem.

*“A seleção de imigrantes obedeceu principalmente à demanda pelo branqueamento. A possibilidade de miscigenação e a disponibilidade à assimilação são variáveis fundamentais na definição de quais imigrantes são desejáveis”.* (OLIVEIRA, L.L., 2001:10).

O imigrante era uma figura que sobressaía como o elemento ordenador da sociedade. Acreditava-se que sua presença iria melhorar a composição étnica e racial brasileira. Por outro lado, esse mesmo imigrante revela-se também como um agente potencial da desordem, pois sua condição acopla à de estrangeiro (BALANDIER, 1997:110). Isto significa ser identificado como o estranho, o diferente, a alteridade, portadores de outras culturas, enfim, o “outro”.

A construção da imagem do estrangeiro trouxe consigo símbolos que permitem identificar os *insiders* e os *outsiders*. Jeffrey Lesser, na obra “*A negociação da identidade nacional*”, discute sobre a imigração não-européia no Brasil, destacando a chinesa, a árabe e a japonesa, trazendo à tona o discurso das elites políticas e intelectuais brasileiros sobre o impacto causado diante dessa imigração, em que mesclavam-se referenciais racistas e eugênicos, pois esses grupos eram categorizados como um tipo de mão-de-obra que não era nem preta nem branca.

O autor identifica que, os discursos contrários à vinda desses imigrantes traziam como retórica a alegação de que a “mistura” com o elemento não-branco poderia prejudicar a identidade nacional brasileira bem como o futuro econômico do país. (LESSER, 2001)

Outros autores dedicaram-se ainda a estudar como foi criada a imagem do estrangeiro pelas elites políticas e por intelectuais brasileiros. Lúcia Lippi Oliveira, na obra “*O Brasil dos Imigrantes*”, tratou da problemática da integração dos grupos europeus para o Brasil. A autora observa que a inserção dos espanhóis, italianos e portugueses sofreu altas e baixas,

dependendo do contexto histórico no qual eram inseridos ora eram aceitáveis, ora não.  
(OLIVEIRA, L.L., 2001)

A construção da imagem do imigrante judeu, equilibrou-se também na linha divisória entre o aceitável e o inaceitável. Essas condições dependiam em grande parte do ambiente histórico no qual ele estava inserido.

## **7. Exo-definição: a criação da imagem do judeu**

Quando se pretende trabalhar com o estudo da etnicidade existem algumas questões-chave para se identificar. Uma delas é a problemática da atribuição categorial, pela qual os atores identificam-se e são identificados pelos outros, pois,

*“A identidade étnica nunca se define de maneira puramente endógena pela transmissão da essência e das qualidades étnicas por meio do membership, mas que ela é sempre e inevitavelmente um produto de atos significativos de outros grupos”*  
(DRUMMOND, 1981 *apud* POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998:142).

Nesse sentido, deve-se verificar as relações dialéticas existentes entre as definições endógenas e exógenas da pertença étnica.

Entende-se por definição endógena a transmissão da essência e de qualidades pelos membros do grupo ao qual o indivíduo faz parte. A definição exógena compreende todos os processos de etiquetagem e rotulações pelos quais um grupo se vê atribuir do exterior uma identidade étnica, definindo também uma situação em que uma identidade é atribuída à coletividade sem que esta tenha o direito de se definir.

Entretanto, as definições endógenas e exógenas não podem ser analisadas separadas, mesmo opostas elas estão intimamente ligadas, visto que um grupo étnico

*“não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros o categorizam e na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição”* (POUTIGNAT e STREIFF-FENART, 1998:143).

Nesse sentido, cabe agora identificar a definição exógena atribuída aos imigrantes judeus para entender o motivo deles (os judeus) haverem sido classificados como uma ameaça pela intelectualidade e elite política brasileira durante o século XIX e XX, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, momentos em que surgiram políticas restritivas à entrada desse grupo no país fazendo com que a vigilância e o controle a esses indivíduos fossem maior do que a outros grupos étnicos.<sup>18</sup>

O contexto brasileiro, após a década de 1920, foi marcado pelo aumento dos núcleos urbanos, greves operárias, dificuldades econômicas enfrentadas depois da Primeira Guerra Mundial, etc. Com isso, os imigrantes passavam a ser vistos como concorrentes na disputa por educação, emprego e posição social.

Nesse mesmo momento, os judeus ganhavam uma maior visibilidade devido aos sucessos econômicos e sociais alcançados. A presença desse grupo incomodou os nativistas que esperavam que estes imigrantes salvassem a economia agrícola do Brasil e europeizassem a cultura brasileira, coisa que não aconteceu, tendo em vista que os eles estabeleceram e iniciaram suas atividades econômicas nos centros urbanos. Além disso:

*“os judeus apresentavam um desafio particular para os nativistas interessados no branqueamento do Brasil, por meio da imigração européia; eram considerados racialmente diferentes ao mesmo tempo que traiçoeiros, pois fisicamente podiam se*

<sup>18</sup> - Não cabe à esta pesquisa discutir sobre racismo, anti-semitismo, tampouco sobre o perfil anti-semita ou não do Estado Vargasista, tendo em vista que essas problemáticas foram amplamente discutidas por: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (1995). *O Anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo, Brasiliense; LESSER, Jeffrey. (1995). *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro, Imago. MAIO, Marcos Chor. (1999) Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica nos anos 30. In. PANDOLFI, Dulce (org.) (1999). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 229-256.

*passar por parte da maioria. Ainda pior, os judeus pareciam insultar os nativistas ao não fazerem uso de sua aparência branca e optar por manter sua cultura, vestindo-se e cultuando sua fé de forma diferente.” (LESSER, 1995: 100)*

Assim, iniciou-se um debate sobre a restrição à entrada desse grupo no país. Os nativistas acusava-os tanto de capitalistas gananciosos como comunistas demoníacos. Tucci Carneiro (1995), autora que dedicou um estudo sobre a construção da imagem dos judeus durante o período Vargas, traz à tona o papel da imprensa, dos intelectuais e dos políticos brasileiros como propagadores da imagem negativa sobre os judeus, mostrando o quanto as idéias racistas, já disseminadas por toda a Europa, foram absorvidas pela intelectualidade brasileira.

Os trabalhos desenvolvidos por Susan Lewis (1997) e Maria das Graças A. A. de Almeida (2001), verificaram a influência do ideário anti-semita nos jornais pernambucanos. O jornal “Folha da Manhã”, criado por Agamenon Magalhães duas semanas antes de tomar posse como interventor, é tido por Almeida (2001:163-235) como o “*reprodutor da infâmia*”, pois, diariamente circulava publicações de caráter anti-semita, sobretudo na coluna “*o dia*”.

O imigrante polonês, M.L. quando interrogado sobre os conteúdos anti-semitas publicados na imprensa Pernambucana, diz que: “*saía muita coisa no mal sentido*” (Entrevista realizada em 03/01/1996 – AHJPE). I.S., filho de imigrantes russos lembra que o Jornal Pequeno e a Folha da Manhã eram jornais “*temidos pela comunidade*” (Entrevista realizada em 14/02/1998 – AHJPE). D.B. filho de imigrantes da Bessarábia, ao relatar sobre o anti-semitismo na imprensa, diz que:

*“Saía muita coisa nos jornais. Na Folha da Tarde de Agamenon Magalhães. Isso eu digo. Saía. Não posso falar porque tem gente viva ainda. A Folha da Manhã que saía de tarde, pertencia ao Governador Agamenon Magalhães. Tinha dois articulistas que diariamente atacavam os judeus e defendiam os nazistas. Não posso dizer os nomes deles. Mas se você procurar os jornais tem. As matérias diziam que o nazismo devia dominar. Que os judeus eram banqueiros, eram pessoa que não deviam viver.”* (Entrevista realizada em 07/02/1998 – AHJPE)



No governo de Agamenon Magalhães em Pernambuco existiu diplomatas que adotaram uma postura antijudaica, a exemplo do Secretário da Fazenda e também diretor da Revista Fronteiras, Manoel Lubambo, que no final de fevereiro de 1939 foi procurado pelo estudante I.P.S. interessado em colaborar com a campanha nacionalista promovida pela Revista Fronteiras, consultando-o para a confecção e impressão de cinco mil selos de combate ao judaísmo com os seguintes dizeres:

*“SALVEMOS O BRASIL DA INVASÃO JUDAICA: por causa do Judaísmo Internacional o Brasil não tem: petróleo, trigo, borracha, estando sempre ameaçado na sua economia.”*



Fotografia 12: “Selo Salvemos...”. [1939]. 1 Fotografia. color. 10 cm x 15 cm.

Ao tomar conhecimento do projeto, Lubambo, respondeu-lhe:

*“que não via inconveniência na divulgação dos selos e que achava que combater o judaísmo era colaborar com o Estado Novo”.* (Prontuário nº 3680 – APEJE-DOPS/PE)

## **7.1. A origem judaica sob a lógica da desconfiança**

Para examinar o motivo dos judeus terem sua imagem associada a uma ameaça, fazendo com que esse grupo fosse vigiado e controlado exclusivamente por ser judeu; fez-se importante perceber a diferenciação dos vários tipos de pensamento anti-semita.

Segundo Hannah Arendt (1978), durante a Antiguidade até o século XIX, o ódio aos judeus estava apoiado no antagonismo entre duas crenças: catolicismo e judaísmo, era expresso pela religião através de postura mais teológica, e apoiado na idéia de limpeza de sangue e impureza. Esse tipo de anti-semitismo é conhecido com tradicional. No século XIX e início do XX, tem-se o surgimento do anti-semitismo moderno, onde o ódio aos judeus foi apoiado nas teorias científicas que enxergavam os judeus enquanto uma anomalia racial e social, esse grupo passou a ser discriminado também enquanto um povo.

*“tanto no anti-semitismo tradicional como no moderno, o judeu é identificado como um estrangeiro, incapaz de se adaptar e se integrar nos países onde se instala. Ele é apresentado sempre como um indivíduo hostil à civilização, explorador dos mais fracos, desrespeitador da fé cristã, imoral, anti-social, depredador e de espírito revolucionário: uma anomalia social e racial. O judeu, do ponto de vista econômico, é visto sempre como um homem rico e poderoso, detentor do capital”* (CARNEIRO, 1995:40-41).

Portanto, o fato de ser de origem judaica contava como critério para que o indivíduo fosse enquadrado dentro da lógica da desconfiança. No dia 03 de junho de 1942, por exemplo, o Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins, recebeu um telegrama urgente e reservado do Delegado da Primeira Seção de Diretoria do Expediente e Contabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, solicitando informações sobre a entrada do *israelita* H.G. No dia 07 de julho do mesmo ano, um investigador comunicou ao Delegado Fábio Correia que não encontrou o *israelita*:

*“todos os estabelecimentos de hospedagem, mesmo os mais modestos da cidade foram percorridos e examinadas todas as listas de passageiros, desembarcados no porto do Recife, de Janeiro até esta data”.*

No mesmo dia o Delegado enviou ao Rio de Janeiro um telegrama informando que nada constava nos departamentos competentes da Secretaria de Pernambuco que comprovasse a passagem do *israelita* H.G. (Prontuário nº 29695 – APEJE-DOPS/PE)



Documento 2: “Telegrama”. [3/06/1942].  
Prontuário nº 29.695 – APEJE-DOPS/PE.



Documento 3: “Comunicação”. [7/07/1942].  
Prontuário nº 29.695 – APEJE-DOP/PE.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – PERNAMBUCO  
Delegacia de Ordem Política e Social

Recife, 7 de julho de 1942

Rádio n. 108  
Dr. Delegado de Estrangeiros  
Rio de Janeiro

Resposta vossa telegrama n. 3459 de junho ultimo e  
informo-vos nada consta departamentos competentes esta Secre-  
taria comprova passagem este Estado, Israelita M G.

pt -

Saudações

Fabio Corrêa  
Delegado Ordem Política e Social respondendo  
expediente Secretaria Segurança Pública

Documento 4: “Rádio n. 108”. [07/07/1942]. Prontuário nº 29.695 – APEJE-DOPS/PE.

Em todas as comunicações a palavra *israelita* antecedia o nome de H.G. Para Wiazovski (2001:31): “qualquer documento que fizesse referência ao perfil judaico do prontuariado, fosse um relatório ou uma simples nota, contava como elemento comprometedor, interferindo na condução do processo”. Identificar um indivíduo como judeu,

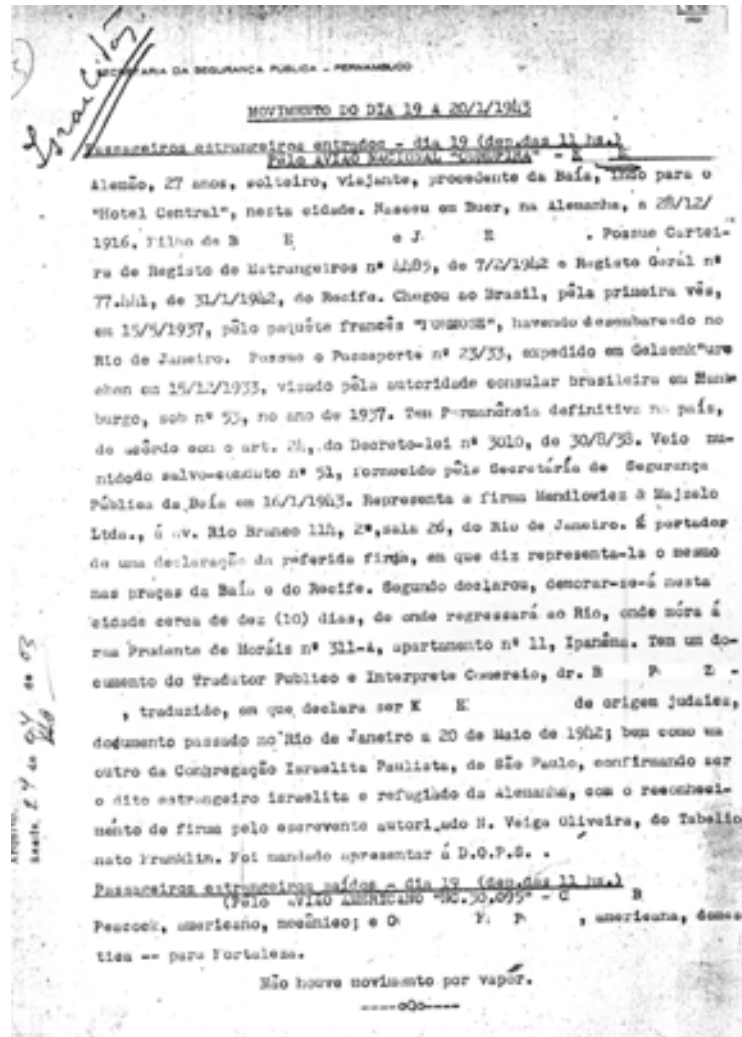
independente de sua nacionalidade era prática recorrente dos investigadores da DOPS de Pernambuco, que utilizavam ainda expressões como apátrida, expatriado, desapatriado, não tem pátria, sem nacionalidade. Para Hannah Arendt (1989:323): “a noção de que o problema do apátrida era primariamente judeu foi um pretexto usado por todos os governos que tentaram resolver o problema ignorando-o”.

Pelo avião Nacional America Central- *20*  
D. P., apátrida. 40 anos, casado, comerciante; procedente do Rio de Janeiro, indo para a rua Amazonas n. 276 - Pina. Nasceu no dia 11.9.1903 em Lanjan (Rússia), e é filho de M. P. e A. P. Carteira de Registro de Estrangeiros n. 97. 784 de 1.7.940, emitida no Rio. Registro Geral n. 426.154 de 27.6.940, ambas do Rio de Janeiro. É representante no Brasil das "Pílulas Foster". Estrangeiro radicado em Pernambuco, a respeito de quem se tem enviado várias notas à D.O.P.S.; e R., russo naturalizado brasileiro, 43 anos, casado, comércio; procedente do Rio de Janeiro, indo para o "Grande Hotel". Possui Carteira de Identidade n. 484.530, de 13.8.940 emitida no Rio de Janeiro. Natural da Bessarabie (Rússia), onde nasceu em 4.3.1895. Filho de P. R. e R. R. Estrangeiro radicado em Pernambuco, a respeito de quem a Polícia Marítima tem enviado várias notas à D.O.P.S.

Documento 5: “Apátrida”. [19--]. Prontuário nº 7.212 – APEJE-DOPS/PE.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - PERNAMBUCO  
*[Handwritten signature]*  
MOVIMENTO DO DIA 17 a 18/4/43.  
Pelo Avião Nacional "PP.PEN" - 41 I, alemão, (judeu), 48 anos, casado, comércio, procedente do Rio de Janeiro, havendo dado como residência a rua Vigerio Barreto n. 51. Nasceu em Nuttrienan, na Alemanha, a 23/9/1894, filho de A. I. e J. I. Tem Perm. manancia definitiva, de acordo com o decreto 3010, de 20/8/1938. Possui Carteira de Registro de Estrangeiros n. 3613, expedida em 10 de março de 1941, no Recife, e Registro Geral n. 51.271. É portador de passaporte n. 12, expedido em Jöhnenburg, em 20/5/1951, visado pela autoridade consular Brasileira em Berlin, sob o n. 420, no ano de 1951. É sócio da "Ótica Moderna", casa situada à rua Nova, n. 175. A. chegou-se ausente há 8 dias, em virtude de ter ido ao Rio de Janeiro efetuar compras para a sua casa comercial. Disse, na Polícia Marítima que no Rio, uma tarde, teve um epocentro na rua com o alemão P. M., a quem recusou entender a mão e com quem declarou que não queria conversar.

Documento 6: “Alemão (judeu)”. [Entre 17 e 18/04/1943]. Prontuário nº 7.212 – APEJE-DOPS/PE.



Documento 7: "Origem judaica". [Entre 19 a 20/01/1943]. Prontuário nº 7.212 – APEJE-DOPS/PE.

## 7.2. O mito dos "Protocolos dos Sábios de Sião"

No final do século XIX e início do XX, os judeus foram apontados como um grupo que pretendia dominar o mundo, através de uma organização secreta que visava controlar a imprensa, o governo e as finanças internacionais. Essa idéia publicada na obra "Os Protocolos dos Sábios de Sião" contribuiu ainda mais para aumentar os estigmas que são associados à imagem do judeu. Para Tucci Carneiro (1996 *apud* NOVINSKY e KUPERMAN, 1996:487), "Os Protocolos" mesmo sendo considerado como uma das maiores

falsificações do século, até hoje cumpre um de seus objetivos: o de criar dúvidas sobre a comunidade judaica onde quer que ela exista.

“*Os Protocolos*” constam de um conjunto de 24 conferências cuja autoria é falsamente atribuída a pretensos antigos judeus – os “*Sábios de Sião*” -, mas na verdade essa obra nada mais é do que uma falsificação escrita por um funcionário da Rússia czarista, Sergey Nilus, no final do Século XIX, tomando como base uma obra publicada em Bruxelas em 1864, de autoria de Maurice Joly, intitulada: “*Dialogue aux Enfers entre Maquiavel et Montesquieu*” ou “*La Politique de Machiavel au XIX Siècle, par un Contemporain*”. Esta, tratava-se, de um diálogo entre Maquiavel e Montesquieu no inferno que apresentava Napoleão III, imperador da França, como um homem cínico, ambicioso, sem escrúpulos e aventureiro, cuja pretensão era tomar o poder ampliando as conquistas de seu tio Napoleão I.

Descoberta a farsa, começou uma discussão em torno da autenticidade dos “*Protocolos*”, mas, nesse momento sua repercussão já era mundial com traduções em diversas línguas, e sendo adicionado novos trechos ao original. Existe uma tradução feita pelo alemão Gottfried Zur Beck, que intercalou trechos sobre a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, a derrota germânica e a deposição do Kaiser, elaborando um texto de forma a levar o leitor a concluir que todas as derrotas e crises vivenciadas pela Alemanha haviam sido planejadas pelos judeus que desde 1897 estavam tramando um plano para dominar o mundo.

No Brasil, a obra foi traduzida em 1933, por Gustavo Barroso, o único teórico de uma corrente anti-semita radical presente no movimento integralista (TRINDADE, 1974:252). Barroso (1937:21), considerava que tanto o capitalismo como o comunismo eram iguais, pois ambos faziam parte de uma conspiração judaica para dominar o mundo. Em 1937, ele

escreveu um panfleto intitulado “*O Fascismo no Canadá*”, comparando os judeus à “*piolheira do Bezerro de Ouro*”, afirmando que no Canadá:

“*só o movimento fascista o libertará do jugo da finança judaica [...] Os aventureiros das finanças internacional que controlam a indústria e comércio, sugando o trabalhador e o camponês canadense [...]. Os israelitas controlam os telefones, as modas, os cinemas, os teatros, os botequins [...] A raça invasora, usando todos os meios desonestos ao seu alcance tomou conta de 87% do comércio [...] de 75% da imprensa, de 45% das casas e apartamentos, das diversões, dos foros, da joalheria, dos empréstimos e penhores, mesmo do ensino privado e público!*”. (Prontuário nº 6002 – APEJE-DOPS/PE)

A insistência da propaganda integralista em difundir a imagem do judaísmo como dominador da finança internacional fez-se também presente em um panfleto dedicado aos Pernambucanos.



Documento 8: “*Pernambucanos*”. [19--]. Prontuário nº 1.066 – APEJE-DOPS/PE.

A influência de “*Os Protocolos dos Sábios de Sião*” foi uma constante no discurso da polícia política pernambucana, ao ponto de, em 02 de fevereiro de 1943, ter sido realizado um

levantamento sobre os judeus alemães representantes de fábricas e filmes cinematográficos que encontravam-se em Recife.

### 7.3. Um duplo estigma: judeu-comunista

Após 1935, com a insurreição comunista em vários Estados brasileiros, e depois de 1937, com a descoberta do “Plano Cohen”<sup>19</sup>, os judeus passaram a ser tratados como um “perigo semita” a partir do surgimento do mito do complô judaico-comunista.

Tanto os políticos quanto os intelectuais e a imprensa brasileira, ressaltavam supostos laços entre os judeus e os comunistas. O movimento integralista em Pernambuco, por exemplo, trazia em seu discurso uma constante associação entre judaísmo e comunismo. Em um panfleto intitulado “*Ação Integralista Brasileira*”, estimulava os homens a meditar sobre os dois rumos: o do comunismo e o do integralismo. O comunismo foi apontado como:

*“[...] destruidor das Religiões, ficando assim o homem subordinado aos seus instintos. Perde a sua liberdade moral e torna-se um autômato, subordinado ao ateísmo do Estado, que é o mais intolerante dos fanatismos [...]. O comunismo pretende acabar com as Pátrias. Em última análise, transforma todos os países em colônias subordinadas aos interesses de uma minoria de especialistas financeiros. Será o domínio dos judeus como já está sendo na Rússia [...]”* (Grifos nossos)

Outro panfleto integralista intitulado: “*O QUE É COMUNISMO EM FACE DO INTEGRALISMO*”, tinha a intenção de mostrar aos operários brasileiros as “desvantagens” do regime comunista apresentando-o como sendo – “*o regime da escravidão do operário*”, enfatizando ainda ser os – “*quase todos Judeus os verdadeiros senhores da Rússia*”.

---

<sup>19</sup> - No final de setembro de 1937, foi “descoberto” o Plano Cohen, uma farsa integralista que afirmava a existência de planos para uma derrubada do governo pelos comunistas. Sobre este assunto ver: SILVA, Hélio. (1980). *A ameaça Vermelha. O Plano Cohen*. São Paulo, LP&M.





Havia uma associação do judaísmo com comunismo pois a maioria dos imigrantes que chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do século XX eram de origem *ashkenazitas*, proveniente do Leste Europeu, local onde a maioria dos intelectuais judeus optaram por uma utopia romântica anticapitalista internacionalista: o anarquismo, o anarco-sindicalismo, ou uma interpretação romântica e libertária do marxismo, na qual as desigualdades sociais e nacionais seriam radicalmente abolidas. Nessa região, existia uma atração entre o messianismo judaico e as utopias revolucionárias. (LÖWY, 1989)

Em Pernambuco alguns judeus atraídos por essas utopias libertárias, envolveram-se em atividades comunistas, como foi o caso de G.W., um imigrante russo, nascido em 1916.

De acordo com as anotações da polícia pernambucana, no dia 1 de maio de 1935 G.W. foi detido quando distribuía “boletins subversivos” em frente à Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, após os investigadores realizarem uma busca em sua residência, apreenderam documentos que

*“esclarecem perfeitamente as suas atividades extremistas, tais como, um boletim verberando contra a Lei de Segurança Nacional, bilhetes de rifa cujos benefícios eram revertidos para o Socorro Vermelho, etc.”* (Prontuário nº 1067 – APEJE-DOPS/PE)

Um desses documentos que, de acordo com a polícia, esclarecia sua relação com atividades comunistas, foi o panfleto intitulado “*Jovens explorados e oprimidos*”, cujo conteúdo solicitava aos trabalhadores à aderirem uma greve geral em protesto contra a Lei de Segurança Nacional, promulgada em 04 de abril de 1935:

**“JOVENS EXPLORADOS E OPRIMIDOS!**  
***Alerta! Contra a Lei Monstro!***  
***Realizemos greves, comícios, manifestações de protesto!***  
*Cada dia a situação precária aumenta para as massas laboriosas em geral e para os jovens em particular. E ainda mais, a infame burguesia prepara os golpes militares que cada dia embriagam maior número de jovens trabalhadores, arrastando-os nos golpes dos feudais-burgueses no Uruguai, sob o pretexto de garantir as fronteiras, mas o único fim de melhorar a política dos exploradores nacionais e estrangeiros, enquanto a massa oprimida da cidade e do campo morre a fome, sem pão, sem trabalho, sem sossego. E, agora os grupos feudais-burgueses do Brasil, em combinação com os seus amos imperialistas, pretendem dar um novo golpe contra a população laboriosa, votando a Lei Monstro. É neste momento que nós, jovens*

*comunistas, convidamos a todos os jovens explorados e oprimidos a lutarem em frente única, defendendo os nossos interesses, e os de todas as vítimas da reação policial, por exigirem aumento de salário, abolição do serviço noturno, tão prejudicial a nossos jovens, e por outras reivindicações. A burguesia ainda não satisfeita com os assassinatos e espancamentos dos militantes revolucionários, quer agora realizar os seus crimes, sob o pretexto de Segurança Nacional, visando com isso massacrar todas as lutas das massas populares, e nos arrancar as pouquíssimas liberdade de que ainda dispomos.*

*A Federação da Juventude Comunista chama a todos os jovens operários, operárias, camponeses, soldados, marinheiros, estudantes, jornalistas e intelectuais a apoiarem e aderirem a greve declarada pela União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco para o dia 11 deste mês, segunda-feira, greve de 24 horas para expressarmos desta forma o nosso grande protesto contra a Lei Monstro que visa massacrar a todos os que lutam por um pedaço de pão, seguindo assim o heróico exemplo do povo laborioso de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, etc. que em ampla frente-única popular protesta contra essa Lei infame, com greves, manifestações, etc.”* (Prontuário nº 1067 – APEJE-DOPS/PE)

Novamente em 14 de novembro de 1935 G.W. foi preso e solto no mesmo dia. Em 13 de janeiro de 1936 retornou a prisão após a apreensão em sua residência dos livros “*Em caminho de Alosção*”, “*Colônia de Banqueiros do Brasil*” e do livro de autoria russa: “*Sete enforcados*”, além de várias cartas escritas em *ídishe*, traduzidas pela polícia.

O teor das correspondências eram estritamente particular, dirigidas à uma senhora judia solicitando uma “carta de chamada” para outra judia proveniente de Sukurene. A apreensão e a tradução dessas correspondências revelam os mecanismos de penetração do espaço privado utilizados pelos órgãos governamentais. Segundo Wiazovski (2001:26), “*os documentos em ídiche eram sempre uma incógnita, prestando-se para classificar os judeus entre os grupos idiomáticos que pertenciam ao P.C.B.*”. Temendo a infiltração do comunismo no país, a polícia pernambucana penetrava no espaço privado com a finalidade de torná-lo público.

Em 16 de maio de 1936 G.W. foi preso novamente e posto em liberdade somente no dia 30 de junho. O motivo da prisão estava relacionado à uma investigação na residência de um encarregado das finanças do Conselho Regional da Federação da Juventude Comunista,

onde foi encontrado um documento dizendo ter sido entregue a G.W. bilhetes de uma rifa revertida ao Socorro Vermelho. No dia 29 de maio de 1936, realizou-se um inquérito contra a Federação provando que G. era: “*um elemento de destaque no seio dessa organização comunista*”. Em novembro de 1936 foi novamente preso e “*dias depois foi posto em liberdade*”.

Era verdade que alguns imigrantes judeus no Brasil eram comunistas, mas muitos nos circuitos intelectuais e político faziam uso de idéias anti-semitas ao suporem que todos os judeus estavam engajados em atividades comunistas. O que tornava as declarações perniciosas era a generalização do particular de que uma minoria considerável no Leste Europeu era socialista ou sindicalista para o grupo, de que todos os judeus eram inclinados a desestabilizar o *status quo*. O que esses intelectuais e políticos sugeriam não era que muitos comunistas eram por acaso judeus, mas que todos os judeus eram comunistas, e, portanto, perigosos. (LESSER, 1995:107)

#### **7.4. Judeu-alemão e a acusação da infiltração nazista em Pernambuco**

Depois de 1942 novos estigmas foram associados à imagem dos judeus, tudo isso porque, nesse período, o Brasil acrescentou mais um elemento em sua lista de indesejáveis: os nazistas. Com isso, os judeus alemães foram amplamente vigiados sob ameaça de infiltração do nazismo no país.

De acordo com a polícia, em 16 de maio de 1944, desembarcou em Recife o “*judeu de nascimento*” e “*apátrida israelita*”, F.S., 32 anos, procedente da Bahia, que no mesmo dia compareceu à Polícia Marítima de Pernambuco para explicar o motivo de sua chegada e

hospedagem no Grande Hotel em Recife, declarando que era formado em química por uma Universidade Suíça em 1934, chegou ao Brasil em 17 de setembro de 1936 fundando o Laboratório Simon em São Paulo e a Sociedade Química Mercur, com filial também no Rio de Janeiro. Sendo responsável pela seção de explosivos, ácidos e corrosivos do Laboratório, veio para o Recife a fim de organizar vendas para sua fábrica. O que chamava atenção dos investigadores da DOPS/PE era o fato do judeu ser também alemão.



Documento 11: “Movimento do dia 16 a 17/05/1944”. [Entre 16 e 17/12/1944]. Prontuário nº 7.212 – APEJE-DOPS/PE.

## 7.5. O estigma de ser mulher e judia

Seguindo as afirmações de Wiazovski (2001:59), as mulheres judias eram triplamente perseguidas, primeiro por ser mulher, segundo por ser judia, terceiro pela suspeição existente em torno de suas atividades políticas:

*“A mulher era ‘perigosa’, pois, além de reunir características que a colocavam sob suspeita (como o fato de ser comunista, judia e inteligente), possuía a fascinação de ‘ser mulher’ e, como tal, poderia utilizar-se de seus atributos femininos para ‘enganar’ e alcançar seus objetivos”. (WIAZOVSKI,2001:65)*

A lógica da suspeição existente sobre a mulher judia fez com que P.R., polonesa, 42 anos, viúva, que chegou ao Recife pelo avião nacional “PP.NAM” procedente do Rio de Janeiro, fosse intimada a deixar a cidade do Recife mesmo tendo permanência definitiva no país nos termos do Decreto nº 3.010 e apresentando atestado de bons antecedentes emitido pela Polícia Civil do Distrito Federal no dia 25 de março de 1943 e válido por 90 dias. (Prontuário nº 30275 – APEJE-DOPS/PE)

No dia 02 de março de 1944, foi realizado uma investigação em torno de H.B., 37 anos, nascida na Palestina, chegou ao Brasil em 15 de fevereiro de 1927, casada e mãe de duas filhas brasileiras, residente no Rio Grande do Norte, estava hospedada no Hotel Central pelo mesmo motivo que a fez, no ano anterior, em 19 de novembro de 1943, hospedar-se no Hotel do Parque, assistir a um recital no qual participava uma de suas filhas e que seria realizado no Teatro Santa Isabel. Realizada a investigação em torno da “suspeita”, o investigador concluiu que:

*“Tanto no Hotel do Parque, quanto no Central, tem a sindicada demonstrado bom comportamento, nada constando que venha desabonar sua conduta, nunca tendo revelado idéias políticas contrárias ao nosso regime”.*

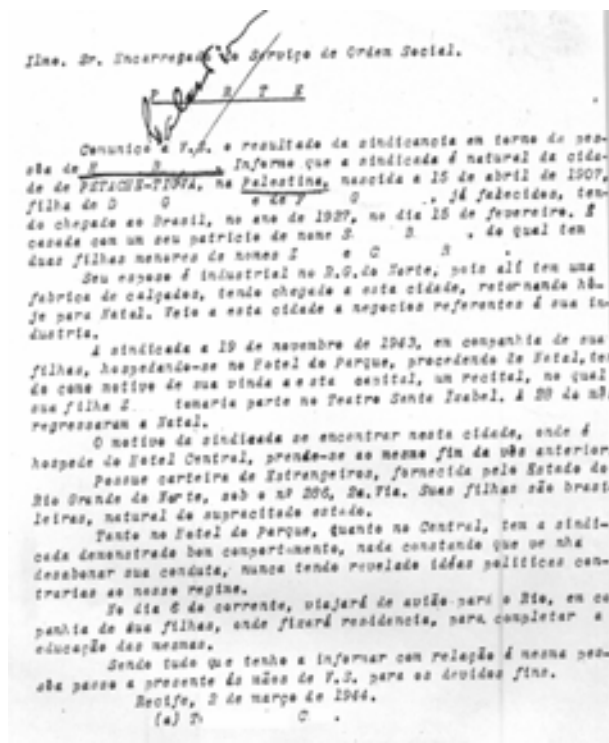
O estereótipo mulher/judia/comunista pairava inclusive sobre o “Relief”, uma instituição internacional de assistência mútua, que em Recife era composta por senhoras judias que mantinham a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas de Pernambuco. No dia 06 de março de 1936 esta Sociedade promoveu uma festa comemorativa ao *Purim*<sup>20</sup>, o

---

<sup>20</sup> - *Purim* significa Sorte, nesta festa comemora-se a salvação dos judeus da Pérsia pela Rainha Esther. Sobre a festa do Purim ver pág. 110.

investigador que estava presente e atento à festa expõe num relatório os fins desta Sociedade, demonstrando a influência da retórica da internacionalização presente no discurso policial :

*“[...] A sociedade acima citada é exclusivamente composta por senhoras, sem nenhuma legislação que possa servir de base para uma boa organização social e garantia dos associados. As contribuições são feitas por meio de quotas, tantas vezes quanto achar conveniente a sua diretoria e a importância arrecadada é convertida em benefício dos paupérrimos da colônia. Residentes nesta capital e bem assim de outros em trânsito e que já venham amparados por outras sociedades, porque a que fundaram não é local e sim uma organização universal, as quais mantêm assídua correspondência por meio de um comitê, e a parte talvez mais interessante seja estas pessoas que vem de outros Estados, e Capitais, como também em o comitê ir sempre a bordo dos navios ao encontro dos que pretendem beneficiar.”* (Prontuário nº 357 – APEJE-DOPS/PE, grifos nossos)



Documento 12: “Sindicância de H.B.”. [02/03/1944]. Prontuário nº 30.277 – APEJE-DOPS/PE.

O estigma de comunista não era o único associado à mulher judia, existia ainda a associação de mulher-judia-polaca-prostituta. Segundo Jeffrey Lesser (1995:71), desde o fim do século XIX a prostituição estrangeira havia sido introduzida em larga escala no Brasil. A prostituição de mulheres judias era controlada por uma organização criminosa multinacional,

a *Zwi Mignal*, fundada na Polônia, transferida em 1904 para Buenos Aires. Sua rede, contudo, estendia-se por toda a Europa e América.

Entretanto, mesmo no auge da prostituição estrangeira no Brasil, o número de prostitutas imigrantes judias era reduzido. Mas, isso não impediu que se constituísse uma imagem que associava a imigração judaica, ao anti-semitismo e prostituição. No final do século XIX, a palavra “polaca” virou sinônimo de prostituta judia .

Mesmo com uma grande rejeição evidenciada pela comunidade judaica que considerava as prostitutas como *t'mein* (impuras), criando inclusive organizações para impedir o agenciamento de mulheres e utilizando-se de leis judaicas para combater a prostituição e sua existência; surgiu uma imagem temida pelos líderes da comunidade: a utilização da prostituição pelos anti-semitas como munição para promover idéias sobre a imoralidade judaica.

Se as mulheres judias já eram passíveis de vigilância, as prostitutas judias eram consideradas como indesejáveis, a exemplo do que aconteceu com S.P.G., polonesa, viúva, nascida em 10 de fevereiro de 1896 que emigrou para a Argentina em 1922, desembarcando no Brasil em 1930 pelo porto de Santos e chegando ao Recife em 09 de maio de 1943 para residir numa pensão localizada na Av. Marquês de Olinda nº 174. Intimada, nesta mesma data, a prestar depoimento à polícia pernambucana, declarou que veio para Pernambuco “*fazer a vida*”, pois desde que chegou ao Brasil, com 34 anos, “*tem vivido da prostituição*”, com isso, foi intimada pela polícia a

*“deixar esta capital, o que será feito de acordo com determinação da Delegacia de Ordem Política e Social, para o vizinho Estado de Alagoas, por não ter recursos que a permita seguir para um Estado mais distante”*. (Prontuário nº 30275 – APEJE-DOPS/PE)





Documento 13: “Sindicância de S.P.G.”. [Entre 9 e 10/05/1943]. Prontuário nº 30.275 – APEJE-DOPS/PE.

Para os anti-semistas, esta situação era suficiente para associar prostituta à polaca, e, implicitamente à mulher judia. Nesse contexto, o simples fato de existir uma mulher judia, polonesa e prostituta, era suficiente para associar às mulheres judias à prostituição.

## 8. Restrição, controle, censura, vigilância e repressão a serviço do Estado

As imagens criadas sobre a “ameaça judaica” contribuíram para que o governo brasileiro adotasse uma série de medidas de restrição, controle, censura e vigilância aos judeus, implementadas através dos Decretos-lei e Circulares Secretas impedindo a entrada desses imigrantes no país; da campanha de nacionalização e da vigilância exercida pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco.

## 8.1. Elaborando políticas migratórias restritivas: os Decretos-lei e as Circulares Secretas

Embora existisse, desde 1930, um conjunto de leis e decretos contrários à imigração estrangeira no país<sup>21</sup>, não se tinha até então, indícios de política de imigração voltada unicamente para os judeus. Contudo, muitos depoimentos dos imigrantes judeus fazem referências às restrições negativas do governo Vargas para atender aos pedidos encaminhados por familiares já estabelecidos em Pernambuco, com a finalidade de trazer parentes das regiões dominadas pelo nazismo e fascismo:

*“Meu pai e meu tio, que já tinham conseguido sair da Alemanha em 1936, e já estavam estabelecidos com domicílio e emprego, tentaram trazer os pais e uma irmã que foram impedidos antes de viajar. Conseguiram trazer os pais, e quando era para a irmã vir, o governo não aceitou o pedido. Ela morreu num campo de concentração, na Alemanha.”* (Depoimento de T.K., filha de imigrantes judeus)

Para Tucci Carneiro (1995:129), a partir de 1937 teve-se a confirmação da adoção de uma política migratória restritiva aos judeus, com a promulgação das “Circulares Secretas” que, apoiadas nos princípios anti-semitas, discriminavam textualmente os judeus.

A Circular Secreta nº 1.127 de 07/07/1937, proibiu a concessão de vistos a pessoas de origem semítica. Para Lesser (1995:171), o termo semita sugere que os judeus constituíam uma raça e não uma religião. As intenções anti-semitas estavam concentradas no item “C”:

*“fica recusado visto no passaporte a toda pessoa de que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem étnica semítica. No caso de haver apenas suspeitas, recomenda-se às autoridades retardar a concessão do visto, até que, pelos meios de investigação eficientes [...] consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final.”* (CARNEIRO, 1995:168)

---

<sup>21</sup> - Para identificar a política de imigração judaica devem ser analisados os memorandos, as resoluções, as correspondências políticas, as obras produzidas durante o século XIX e XX e os Decretos-lei que circularam no Brasil durante as décadas de 1930/40. Nesse sentido, os estudos de LESSER, Jeffrey, (1995) op. cit. e CARNEIRO, (1995), op. cit., merecem devida atenção por trazerem à tona essas discussões, ambos mostram também que para entender a “questão judaica” faz-se importante uma análise sobre as políticas gerais de

De acordo com as disposições desta Circular, não foi recusado vistos aos “semitas” já radicados no país desde que fossem casados com brasileiras, possuíssem filhos brasileiros ou bens imóveis no país. Mas o memorando de 13 de dezembro de 1937 esclareceu que os residentes eram apenas aqueles que vivessem no país por pelo menos cinco anos.

É interessante observar que esta Circular entrou em vigor justamente no momento em que a imigração de áreas ocupadas pelos nazistas atingia seu auge, o governo brasileiro agora tinha mecanismos legais para impedir a entrada dos imigrantes judeus. Com isso, a polícia marítima recebeu, em dezembro de 1937, ordens de fazer cumprir esta Circular de tal forma que nenhum judeu fosse autorizado a entrar no Brasil por qualquer motivo.

Em 1938, a Circular Secreta nº 1.249, revogou a anterior objetivando regulamentar a entrada de estrangeiros de origem “semita” no território nacional. Ainda neste ano, foi emitida a Circular Secreta nº 1.261 em 14 de novembro, no texto falava-se da necessidade de selecionar os imigrantes, função delegada ao Conselho de Imigração e Colonização – CIC. A seleção dos imigrantes acompanhava-se de critérios para identificar os “bons” e os “maus” elementos estrangeiros, na categoria de “mau elemento” estava o judeu, considerado, assim como o leproso, o anarquista, o comunista e o vagabundo, como um perigo, e como tal, indesejável. (CARNEIRO, 1995:184)

Para se reduzir ainda mais a entrada de imigrantes judeus refugiados para o Brasil, diversas novas leis imigratórias entraram em vigor em 1940 e 1941. As Circulares Secretas nº 1.498 e nº 1.499, suspenderam totalmente a concessão de vistos temporários e permanentes a israelitas e seus descendentes. A partir de abril de 1941, as leis imigratórias endureceram ainda mais com o Decreto-lei nº 3.175.

De acordo com o artigo 1º deste Decreto, ficou suspenso a concessão de vistos

---

imigração.

temporários para entrada de estrangeiros no Brasil, exceto nacionais de Estados americanos e estrangeiros de outras nacionalidades, desde que possuíssem meios de subsistência para se fixar no país. O artigo 4º regulamentava que o estrangeiro deveria voltar ao Estado de onde o visto fora concedido dentro do prazo de dois anos, mas de acordo com o parágrafo 4º, quando se tratasse de judeus, as autorizações não deveriam ser abertas sem consulta prévia na forma do artigo 9º, este, regulamentava que:

*“a consulta prévia será feita pela autoridade consular por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. Para esse fim, a autoridade consular, depois de entrar em contato com o interessado a concluir que ele reúne os requisitos físicos e morais exigidos pela legislação em vigor, tem aptidão para os trabalhos a que se propõe e condições de assimilação ao meio brasileiro, encaminhará o pedido ao Ministério das Relações Exteriores com suas observações sobre o estrangeiro e a declaração de que este apresentou os documentos exigidos pelo art. 30 do Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois de examinar o pedido e ouvir, se julgar conveniente, outros órgãos do Governo, concederá, ou não, a autorização para o visto, a qual será comunicada à autoridade consular pelo Ministério das Relações Exteriores.”* (Prontuário nº 29695 – APEJE-DOPS/PE)

Com relação aos vistos permanentes, o artigo 2º suspendeu a concessão exceto para portugueses ou nacionais do Estado americano, estrangeiros casados com brasileiras ou que possuíssem filhos nascidos no Brasil, agricultores ou técnicos rurais, estrangeiros que provassem a transferência para o país da quantia de no mínimo quatrocentos contos de reis, técnicos especializados para trabalhar nas indústrias brasileiras, estrangeiros úteis ao país, portadores de licença de retorno e estrangeiros em missão oficial. Mas o artigo 7º regulamentou que no caso de judeus a concessão do visto permanente somente se faria mediante consulta prévia do artigo 9º.

Um ofício remetido pelo Delegado de Estrangeiros do Rio de Janeiro, informando ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, sobre as normas para a execução deste decreto, deixava claro que:

*“as pessoas pertencentes a categorias sujeitas a autorização prévia, deverão ser impedidas a bordo, sempre que se verificar a inexistência dessa autorização (cf. judeus, missionários, etc.) [...]”* (Prontuário nº 29695 – APEJE-DOPS/PE)

Na concepção de Lesser (1995:242), essa lei imigratória que entrava em vigor foi eficaz para afastar os judeus, pois a recusa à entrada de judeus estava institucionalizada, baseada na legislação e não mais em Circulares Secretas. O governo, amparado legalmente, poderia recusar a entrada de indivíduos judeus ou até mesmo de grupos de judeus refugiados.

Mesmo sendo oficial ou “extra-oficial”, as restrições à entrada de imigrantes judeus no país era sentida por grande parte dos que já estavam estabelecidos. I.S., filho de imigrantes russos, ao lembrar sobre as dificuldades para entrada de judeus no Brasil, diz que:

*“Eu sei que era muito difícil. Eu sei que durante algum tempo havia protocolos confidenciais. Então não se dizia que havia algum obstáculo para entrada de judeus, mas se sabia que havia. Se sentia na época mesmo. Porque as pessoas tinham muita dificuldade de mandar buscar algum parente. Justamente, porque era a época mais necessária de trazer. Era a época dos campos de concentração. Uma hora alegavam que era porque eram intelectuais e não agricultores. Estava sobrando intelectual no Brasil. Outra hora alegavam que eles não trariam progresso ao país. Então nunca se dizia que judeu não entra. Todos sabiam que havia dificuldades para trazer pessoas para o Brasil. Isso era comentado na comunidade. Na minha casa se falava sobre isso.”* (Entrevista realizada em 14/02/1998 – AHJPE)

Mas, mesmo com todas as restrições, os judeus sempre encontravam possibilidades de conseguir trazer algum parente ou amigo, seja através de “*gordas gratificações*” como lembra J.G., filho de imigrantes austríacos que chegou no Brasil em abril de 1922; seja através de influência ou conhecimento político, como lembra J.B. que através de um pedido ao Prefeito Pereira Borges, conseguiu uma carta de chamada para o seu cunhado, um refugiado nazista que vivia na Bélgica, pois, nessa época: “*o Brasil não aceitava nenhum imigrante judeu*” (Entrevista realizada em 13/03/1995 – AHJPE).

Lesser (1995:218-263), explica que mesmo os Decretos-lei e as Circulares Secretas tentando impedir a entrada de judeus no país, esse grupo, diferentemente de outros grupos

imigrados, contava com ajuda de organizações internacionais de assistência<sup>22</sup> e de líderes judeus dispostos a negociarem com políticos brasileiros e quase sempre conseguindo com que o governo criasse exceções nas leis.

Além disso, existiam também as pressões internacionais exercidas por países que já haviam inserido em suas legislações restrições para entrada de imigrantes judeus – Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Argentina –. Estes países, esperando que o Brasil pudesse aceitar os refugiados, preocuparam-se ao saber do impedimento da entrada desse grupo justamente no momento em que o nazismo começava a tomar conta da Europa, expulsando-os. A pressão internacional e o medo de romper relações diplomáticas fez com que o governo brasileiro reavaliasse sua política de restrição.

Assim, entre 1881 a 1945 entraram no país cerca de 68.836 judeus. Durante a década de 1920 emigraram para o Brasil aproximadamente 30.000, provenientes da Polônia, Alemanha, Rússia, Lituânia e Romênia. Os principais portos de entrada eram os Portos de Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, este, entre 1828 e 1930, recebeu cerca de 134 judeus. Entre os anos de 1937 a 1945, o Brasil tornou-se o terceiro país a receber mais judeus, seguido de Estados Unidos e Argentina (LESSER, 1995:315-322).

## **8.2. Campanha de Nacionalização no cotidiano do grupo**

---

<sup>22</sup> - A Jewish Colonization Association – ICA (em Idiche, Yidishe Kolonizatsye Gezelshart) e a Heberw Immigrant Aid Society (HIAS) eram exemplos dessas organizações que ofereciam passagens gratuitas ou pagas a longo prazo e cuidavam de conseguir ocupação para os judeus que não possuíam nenhum recurso pessoal.

Durante a década de 1930, iniciou, no Brasil, um projeto político que objetivava homogeneizar a população brasileira através de uma ideologia que privilegiava a assimilação e a mestiçagem de todos os imigrantes. Após 1937, com a instalação do Estado Novo no Brasil e a construção de um homem novo brasileiro, o “outro” deixou de ser respeitado em sua pluralidade<sup>23</sup>.

A campanha nacionalista implementada durante a Era Vargas previa a assimilação forçada dos imigrantes, foi concebida pelo governo como uma guerra para erradicação de idéias alienígenas - categoria que englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como não-assimilados e portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. Em nome da unidade nacional, visava ao caldeamento (mestiçagem) de todos os “alienígenas”

O objetivo da Campanha era impor o espírito nacional aos imigrantes que formavam quistos étnicos tolerados durante a República Velha, acreditava-se que essa tolerância permitiu que os estrangeiros formassem núcleos isolados imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira.

O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino em língua estrangeira. A nova legislação obrigou as chamadas escolas estrangeiras a modificar seus currículos e dispensar os professores desnacionalizados. As que não conseguiram ou não quiseram cumprir a lei foram fechadas. O Colégio *Ídishe* Brasileiro, precisou expor suas finalidades para demonstrar que estava adequando-se ao projeto político nacionalista

---

<sup>23</sup> - Sobre o Estado Novo e Homem Novo ver: CARONE, Edgar. (1977) *O Estado Novo(1937-1945)*. São Paulo, DIFERL; LEVINE, Roberto (1980). *O Regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; GOMES, Ângela de Castro. (1998). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ, PANDOLFI, Dulce (1999). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

*“O Colégio Idich Brasileiro, tem por fim primordial a educação das crianças descendentes de israelitas, no conhecimento perfeito da língua e história brasileira, ensinando-as o respeito a guarda dos feriados e dias santificados nacionais, incentivando-as no amor á pátria e nacionalidade brasileira [...] o corpo docente acima, aquém está confiado a fiel observância do programa do ensino, é constituído de professores brasileiros, achando-se todos devidamente registrados no Ministério do Trabalho e demais repartições, de conformidade com as leis em vigor”.* (Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)

De acordo com os atos implementados durante o projeto nacionalizador, a língua portuguesa aparecia como critério fundamental da nacionalidade, justificando a proibição da utilização e circulação do uso da língua estrangeira, como aconteceu em 22 de fevereiro de 1938 durante uma conferência sobre os últimos acontecimentos na Palestina patrocinada pelo Círculo Israelita de Pernambuco realizada desde que *“proferida em português e assistida pela polícia”*. (Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)

Durante a atuação da campanha nacionalista, as associações estrangeiras foram fechadas por serem consideradas como locais perigosos, pois, a prática esportiva e o lazer poderiam servir como aglutinadoras para as doutrinas alienígenas. As associações que não se adequaram a nova ordem tenderam a desaparecer. Em 25 de abril de 1940, o Centro Israelita de Pernambuco teve que requerer licença para continuar funcionando, esta, foi concedida pela Comissão de Censura das Casas de Diversões Públicas tendo em vista que o C.I.P. satisfizes todas as exigências regulamentadas. O mesmo aconteceu com a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas em 25 de outubro de 1942, quando requereu licença para continuar atuando como uma entidade de ajuda mútua.

### **8.3. A Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco - DOPS/PE e os judeus**

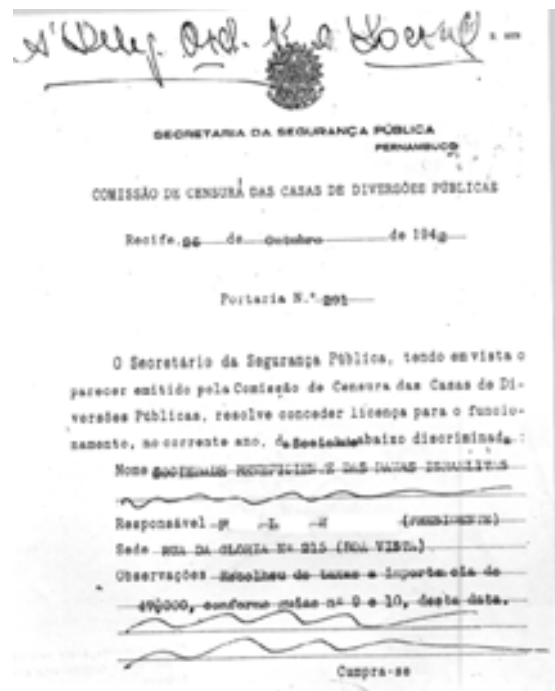
A Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS criada em 23 de dezembro de 1935 pela Lei nº 71 e extinta em 13 de março de 1991, teve o objetivo de *“controlar os indivíduos*



coibindo suas ações a fim de garantir a ordem social” (PEREIRA, 1996:23). A DOPS de Pernambuco atuava através da investigação, da censura, da repressão e de vários mecanismos de penetração no espaço privado para coibir a desordem social “protegendo” a sociedade dos inimigos do regime. (SILVA, 1997:77-88)



Documento 14: “Portaria 338” [25/04/1940].  
Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE



Documento 15: “Portaria 291”. [26/10/1942]  
Prontuário nº 357 – APEJE-DOPS/PE

Esse órgão exerceu um papel preponderante durante a atuação da campanha nacionalista, colocando em prática todos os atos implementados, controlando inclusive a entrada de estrangeiros no país e vigiando as organizações estrangeiras existentes.

Ao apresentar as associações judaicas, os investigadores tinham o cuidado em ressaltar que eram “exclusivamente judaicas”, objetivando, assim, reificar o imaginário do enquistamento, da não-assimilação e de propagadores de idéias exóticas que existiam sobre os grupos de judeus no Brasil.

**RELACIONIA DE ONDAS POLITICA E SOCIAL**  
 Recife, 15 de maio de 1945.  
 C. S. P. J. A.

**S. S. P. - SECRETARIA DE POLICIA MARITIMA E AEREA - PASSAPASSOS -**  
**PRONTUARIO DO DIA 11 e 12/10/1944 - Passageiros estrangeiros entrados - dia 11 (dep. dia 11) - Porto Nacional PP-PPF ..... 4**

**S. S. P. J. A.**, francês, 42 anos, solteiro, professor, ar. residente de Rio de Janeiro, indo para o Grande Hotel. Carteira de Registro de Estrangeiros nº 208.197, de 20.7.1944, emitida no Rio de Janeiro, Registro Geral nº 704.025, de 23.11.1940, tendo de Rio, nascido no dia 21.7.1902, em Paris, França. Filho de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A. Tem permanência definitiva nos termos do art. 11, do dec. 408 e do art. 2º § unico do dec. 1520/39 e art. 1º letra D, Portaria nº 2076/39. Chegou ao Brasil no dia 4.9.1944, pelo vapor Anjoia, desembarcando no porto de Rio de Janeiro no passageiro nº 208194, expedido em Porto em 2.9.1944 e cidade pela autoridade consular brasileira em Lisboa, sob o nº 1164, no ano de 1940. Fez o Registro, a pedido de sua filha, estudante de Grammaire, filha de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A. nascido, 45 anos, casado, comerciante, residente de Salvador, indo para a rua de Alegria nº 134, nesta cidade. Carteira de Registro de Estrangeiros nº 20 (Livre 2º), emitida em João Pessoa, no dia 20.8.1940. Registro Geral de nome dele e local nº 104. Nascido no dia 13.9.1895, no Ceará (Santana) Filho de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A. Tem permanência definitiva nos termos do art. 2º, do dec. nº 3102, de 20.8.1939. Chegou ao Brasil no dia 20/8 1944, pelo paquete Alamosa, desembarcando no Porto de Salvador, Bahia, com o passaporte nº 2094, expedido em Caracas em 20/7/1944 e cidade pela autoridade consular brasileira em Caracas, sob o nº 1304, no ano de 1940. É radicado nesta cidade.

**S. S. P. J. A.**, francês, 45 anos, casado, comerciante português de Salvador, indo para a rua de Alegria, nº 134, nesta cidade. Carteira de Registro de Estrangeiros nº 20 (Livre 2º) emitida em João Pessoa, no dia 20.8.1940. Registro Geral nº 105, de nome dele e local. Nascido no dia 15.7.1897, no Ceará (Santana). Filho de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A. Tem permanência definitiva nos termos do art. 2º do dec. nº 3010, de 20.8.1939. Chegou ao Brasil em 26.8.1944, pelo paquete Alamosa, desembarcando no Porto de Salvador, Bahia. É esposa de S. S. P. J. A. e é radicado nesta cidade.

**S. S. P. J. A.**, polonês, 49 anos, casado, comerciante português de Salvador, indo para a rua de Alegria, nº 134, nesta cidade. Carteira de Registro de Estrangeiros nº 14.917, emitida no Rio de Janeiro, no dia 14.8.1943. Registro Geral nº 208.194 de 20/7/1943, tendo de Rio, nascido no dia 4.4.1895 no Polônia. Filho de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A. Tem permanência definitiva nos termos do art. 2º do dec. nº 150 § 2º, de dec. nº 20.8.1939. Está acompanhado de sua filha S. S. P. J. A., que contratou papel na praça romana, nesta cidade, com o filho de S. S. P. J. A. em cujo nome se acha hospedado, juntamente com a sua filha S. S. P. J. A. no dia de Alegria, nº 134, nesta cidade.

47

  
**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PERNAMBUCO**

**PRONTUARIO DO DIA 6 e 7/7/1945.**

**Passageiros estrangeiros entrados - dia 6 (dep. dia 6).**

Pelo visto nacional PP-PPF - L. S. G. polonês, 59 anos casado, comerciante, procedente do Rio de Janeiro, carteira de Registro de Estrangeiros nº 21, de 4/2/1939, do Recife e Registro Geral nº 49.224, de 11/2/1939, do Recife, nasceu em 19/4/1886 em Boleslawo, na Polónia. É filho de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A. radicado nesta capital, onde exerce a função de vendedor ambulante, residência a rua da Imperatriz nº 115; e S. S. P. J. A., sulço, 53 anos, solteiro, industrial; procedente do Rio de Janeiro. Possui a Carteira de Registro de Estrangeiros nº 20.390, de 21/9/1939, do Rio de Janeiro e Registro Geral nº 208.081, de 13/9/1939, tendo do Rio de Janeiro, filho de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A., nasceu no Sulço no dia 25/1/1892. É um dos sócios do "Cortina Carioca" e vem ao Brasil tratar de negócios de mesmo. Está hospedado no "Cragle Hotel". Possui neste capital em nome de L. S. G. uma hospedagem no "Cragle Hotel". Nota sobre o mesmo.

**Passageiros estrangeiros entrados - dia 7 (até às 11 hs.)**

Pelo visto nacional IT-4042 - L. S. G. polonês, 37 anos, casado, comerciante procedente do Rio de Janeiro, indo para a rua do Progresso, nº 136, nesta cidade, juntamente com o seu esposo, ar. S. S. P. J. A., brasileiro. Portadora da Carteira de Registro de Estrangeiros nº 7790 de 4/3/1944, do Recife e Registro Geral nº 21.070, de 30/1/1941, do Recife, nasceu em Lodz (Polónia) no dia 25/12/1907. Filho de S. S. P. J. A. e de S. S. P. J. A. É radicado nesta cidade, residindo no endereço acima.

Recife, 7 de julho de 1945.

Documento 16: "Entrada de Passageiros Estrangeiros" [26/10/1942] Prontuário nº 30.275 – APEJE-DOPS/PE

Documento 17: "Movimento de 6 a 7/07/1945" [6 a 7/07/1945]. Prontuário nº 30.275 – APEJE-DOPS/PE

FERNANDO BRITISH CLUB - Rua Dom João n° 144 - 2° andar  
 Neste local realizam-se reuniões, cocktails, conferências e palestras. Sua diretoria é composta de Ingleses e Brasileiros.

BRITISH COUNTRY CLUB - Avenida Rosa e Silva n°  
 Associação de Ingleses e Brasileiros, com o fim de praticar esportes, sendo o principal o Tennis. Sua diretoria é composta de Ingleses e Brasileiros.

GOLF CLUB - Avenida Camarão -  
 Associação de Ingleses e Brasileiros, de caráter esportivo, tendo como finalidade a pratica do Golf.

Sociedade CULTURAL FRANCO BRASILEIRA - Avenida Visconde de Suassua  
 na - Sua finalidade é o desenvolvimento do intercambio cultural entre a França e o Brasil. É composta de Francesas e Brasileiros.

Sociedade CULTURAL FRANCO BRASILEIRA

Sociedade CULTURAL BRASIL ESTADOS UNIDOS - Rua da União n° 245  
 Com a finalidade de desenvolvimento da lingua Inglesa, promove reuniões, palestras e danças, entre as associações que são na maior via Ingleses, Americanos e Brasileiros.

CLUB PORTUGUESA - Avenida Rosa e Silva  
 Composta na maioria de Portugueses e Brasileiros. Sua principal finalidade é promover a realização de Bailes.

Centro ISRAELITA - Rua da Glória n° 215  
 Associação cultural e diversional, composta exclusivamente de Judeus.

Sociedade BENEFICIENTE DAS SENHAS DEBES ISRAELITAS - Rua da Glória n° 215 - Sua finalidade é a beneficência, e é composta de mulheres Judias.

SINAGOGA ABRAÃO SCHERWACH - Rua da Glória n° 215  
 Igreja Judia, para realização de seus rituais. Qualquer socio pode ser o celebrante, desde que comece as orações. Composta exclusivamente de Judios.

SINAGOGA DA AVENIDA MARTINS JUNIOR - Avenida Martins Junior.  
 Tem a mesma finalidade da supra citada. É tambem composta exclusivamente de Judios.

SINAGOGA GUIDALDO RAY - Rua da Mangueira n° 206 (Ponto)  
 Com a mesma finalidade da supra citada. Nesta Igreja os rituais são celebrados por Guidalio Ray, dos descendentes de Função de Rabá, na vista da comunidade Israelita na Farnadouro, não possuir Rabá. Como todas organizações Judias, só admittu socios Judios.

COOPERATIVA DO BANCO POPULAR ISRAELITA - Beco do Veras n° 05  
 Tem a mesma finalidade e outras Cooperativas Beneficías, porém como todas associações Israelitas, só admittu socios da comunidade.

Documento 18: “Instituições Estrangeiras” [19--] Prontuário n° 413 – APEJE-DOPS/PE

Exercendo o papel de ordenadora da sociedade, a DOPS/PE apreendeu as publicações em *ídishe* da Organização Sionista Unificada do Brasil, pois, de acordo com os atos da campanha nacionalista, o pressuposto da unidade nacional exigia a eliminação das línguas e tradições culturais “alienígenas”. Além disso, as publicações estrangeiras traziam o medo da influência de idéias “alienígenas” na sociedade brasileira, no caso da imprensa étnica judaica pairava o medo da introdução de utopias libertárias – anarquismo, comunismo – tendo em vista a relação existente entre judaísmo e comunismo.



Documento 19: “Panfleto da Wizo” [1945]. Prontuário nº 4.206 – APEJE-DOPS/PE

Em todas as reuniões e conferências realizadas pelos judeus, os investigadores da DOPS/PE faziam-se presente. Segundo Wiazovski (2001:31-32), as reuniões do grupo eram interpretadas pela política oficial como uma forma de fortalecimento dos judeus que, unidos, poderiam estar articulando um plano de domínio do mundo.

Desta forma, todos os passos da comunidade judaica foram vigiados e controlados pela polícia política pernambucana, conforme consta na solicitação enviada pelo presidente do Centro Cultural Israelita de Pernambuco ao Delegado de Ordem Política e Social no dia 25 de outubro de 1945:

*“O Centro Cultural Israelita de Pernambuco, pretendendo realizar um pic-nic no próximo dia 4 na praia de Gaibu, vem pedir a V.S. a devida permissão para a realização do referido pic-nic.  
Esperando o beneplácito de V.S., prezo-me da oportunidade para enviar a V.S., os profundos agradecimentos da Diretoria do Centro Cultural Israelita de Pernambuco, terminando, subscrevo-me cordial e respeitosamente com as minhas saudações.”*  
(Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)



Fotografia 13: “Pic-nic”. [19--]. 1 fotografia, mono. 17,5 cm x 13,5 cm. Acervo Iconográfico do AHJPE.

## 9. Um ambiente judaico em Pernambuco

Em Pernambuco, embora existisse todo um estigma criado sobre os imigrantes judeus, o sentimento antijudaico não foi um fenômeno de massa à exemplo das manifestações anti-semitas ocorridas na Alemanha hitlerista.

A maioria dos imigrantes judeus consideram o governo de Agamenon como um bom governo, muitos chegam, inclusive, a acusar a política internacional, o nazismo por exemplo, como a principal causa para as infiltrações anti-semitas no Brasil e em Pernambuco. A figura de Agamenon e até mesmo de Getúlio Vargas, muitas vezes é apresentada como “vítimas” de uma política internacional. Vejamos o que D.B. fala sobre as perseguições aos judeus no tempo de Agamenon:

*“Não, não havia perseguições a judeus. Agamenon foi um bom governo. Agora a policia internacional é que tinha influência. Não havia Câmara de Deputados nem de Vereadores. Ele era interventor. Não havia gente para reclamar e era ele e acabou-se...Agora, ele não perseguia.”* (Entrevista realizada em 07/02/1998 – AHJPE)

I.S., filhos de imigrantes russos criou uma revista judaica, a Revista Aurora, com publicação semanal, era impressa na redação do jornal Folha da Manhã, o jornal de Agamenon Magalhães. Para ele, o interventor de Pernambuco “*nunca se mostrou anti-semita*”, pois além de abrir as portas do jornal para imprimir a Revista, ele ajudava-o: “*quando eu não tinha o dinheiro todo ele tinha dado ordem ao gerente que se chamava D. e que me recebia maravilhosamente bem*”. (Entrevista realizada em 14/02/1998 – AHJPE)

Segundo Marcos Maio (1999 *apud* PANDOLFI, 1999:239), no Brasil mesmo que a elite política pregasse discursos anti-semitas, estes não se traduziram em práticas que possam ser associadas à um movimento de massa.

Essa diferença existente entre retórica e *práxis* deve ser entendida a partir da diferença entre o estudo do panorama político e o estudo do panorama social. Bernard Sorj (1997 *apud* SORJ, Bila, 1997) deixa claro que o processo de integração dos judeus no Brasil deve ser analisado não só pelo âmbito político, mas pelo âmbito da sociabilidade brasileira para se entender porque o Brasil é uma sociedade com baixos níveis de práticas anti-semitas que não chegam a afetar a qualidade de vida, a convivência, a mobilidade social e econômica dos judeus.

Para Naura Reis (1970:20), as manifestações antijudaicas no Brasil nunca ultrapassaram a profanação de túmulos ou cemitérios israelitas, inscrições de suástica e frases ofensivas em muros e paredes de entidades judaicas.

De fato, em Pernambuco, existiram expressões de antijudaísmo por parte do movimento integralista como lembra I.S.:

*“ouvíamos muita coisa desagradável, observações desairosas. Eu freqüentava o Colégio Carneiro Leão e vez por outra tinha alunos integralistas. Alunos cujas famílias eram integralistas. Não perdiam oportunidade de denegrir [nós] os judeus.”*  
(Entrevista realizada em 14/02/1998 – AHJPE)

D.B, ao lembrar sobre o movimento integralista em Pernambuco diz que:

*“Como o nazismo e o fascismo estavam progredindo eles queriam fazer aqui o integralismo. Plínio Salgado, camisa verde, sabe como é, para imitar os nazistas. O dogma deles era anti-semitismo.*

*A Rua da Imperatriz era toda de loja de judeus. Eles melavam, sacudiam pedra e rapazes filhos deles, que hoje são procuradores do Estado e eu não posso dar o nome, diziam: ‘Você é judeu, quando a gente dominar botamos vocês todos para fora’.*

*Eram estudantes no Carneiro Leão. Dos 200 rapazes, cinco ou seis vinham com a camisa verde integralista, eram bandidos. Era o nazismo implantado no Brasil. Isso foi em 1937 e 38. Estava no apogeu.*

*Na praça Maciel Pinheiro eles escolhambavam tudinho porque ali se reuniam os judeus. Os judeus que moravam e trabalhavam por ali ficavam sentados na praça. Porque naquelas ruas todinhas, tudo era judeu. Rua Velha, Travessa do Veras, Rua da Matriz, Rua da Glória, Rua da Conceição.*

*Então tinha duas ou três famílias. Uma na Barão de São Borja e outra ali na Manoel Borba. Eles iam lá para ofender os judeus. Se o integralismo tivesse ganho, o Brasil era o nazismo.*

*Tinha que haver intervenção aqui.*

*De anti-semitismo eu só lembro do integralismo. Do comunista nunca. Quem apontava que eu era judeu eram os integralistas. Os comunistas, não. De anti-semitismo o que eu me lembro foi só dos integralistas. Dos comunistas, nunca.*

*Integralismo era fascismo, era nazismo, era banditismo. Era cópia do nazismo. Integralismo foi o pior. O comunismo não.”*

Quando interrogado sobre as perseguições sofridas pelos judeus nesse período ele afirma:

*“ Era só na imprensa que tinha perseguições. Agora em 1938 e 1939, no tempo do integralismo, sim. Era bandido mesmo. Eu morava na Rua Velha e via quando eles passavam. Eles menosprezavam. Eles passavam fardados, com uma blusa verde com um emblema. Eles copiavam do nazismo.*

*E desfilavam na Rua do Hospício na Praça Maciel Pinheiro. Uns 30 ou 40 bestas, lá. Tudo marchando. Aí eu achava bonito. Mas eu não sabia de que se tratava. Os judeus entendiam. Achavam que eles iam dominar e botar pra fora, feito na Alemanha. O integralismo foi a coisa mais besta [...]. Apanharam, foram fuzilados. Felizmente eles fizeram uma revolução de bestas. Fizeram uma Revolução com uns dez soldados ou vinte. Uns bestas mesmo.” (Entrevista realizada em 07/02/1998 – AHJPE)*



Fotografia 14: “Comício Integralista em frente a Igreja



Fotografia 15: “Desfile Integralista [Rua da

[de Santa Cruz, Recife ?]”. [19--]. 1 fotografia, mono. 15 cm x 10 cm. Acervo Iconográfico de Lidiane Silva.

*Imperatriz, Recife?*]. [19--]. 1 fotografia, mono. 15 cm x10 cm. Acervo Iconográfico de Lidiane Silva.



Fotografia 16: “Passeio dos Integrantes da AIB [Rua da Cidade do Recife ?]”. [19--]. 1 fotografia, mono. 15 cm x 10 cm. Acervo Iconográfico de Lidiane Silva.

Mas, o fato é que estas poucas expressões, eram fenômenos isolados que não chegaram a promover situações de tensões étnicas ou conflitos reais que alterassem o cotidiano da comunidade judaica em Pernambuco. E isto se explica, entre outros fatores, através do relato da mitologia nacional brasileira em que a sociedade brasileira é orientada para o futuro, e com isso, aprecia o novo e não tem medo da inovação, permitindo assim, que o imigrante seja valorizado enquanto construtor da nacionalidade (SORJ, Bernardo, 1997 *apud* SORJ, Bila, 1997:15-16).

Para Kaufman (2000:35), o fato do anti-semitismo não haver funcionado como elemento de marginalização social rígida para os judeus em Pernambuco, explica-se através da existência de uma “atmosfera judaica” cristalizada no Nordeste. Foi isso que permitiu uma boa relação entre a sociedade pernambucana com os imigrantes judeus, estes, ao recordarem sobre essa relação lembram-se sempre de que, em geral foram bem aceitos.





## Parte IV

### A Interação

Os próximos capítulos examinam como os judeus, diante da atuação das políticas implementadas pelo Estado varguista, garantiram tanto a continuidade de sua integração na sociedade pernambucana como a manutenção de suas fronteiras identitárias.

O capítulo seguinte analisa o impacto da restrição, do controle, da censura e da vigilância no conjunto do comportamento dos imigrantes judeus, para refletir sobre a utilização das estratégias organizadas pelo grupo, tais como: a mudança de comportamento político-cultural, a manipulação da estigmatização e as manifestações de protesto.

O processo de adequação do comportamento dos judeus, examinado no capítulo 11, é identificado como garantia para a continuidade da integração do grupo na sociedade receptora.

O capítulo 12, mostra como os judeus manipulavam a estigmatização atribuída ao grupo, com o objetivo de demonstrar que não representavam um perigo à sociedade.

O capítulo 13 expõe as raras manifestações de protesto organizadas pelos judeus como forma de resistência aos acontecimentos políticos da época. Procurando analisar também a influência destas estratégias para o novo dimensionamento da identidade judaica em Pernambuco.

O último capítulo, relata o desenvolvimento de algumas “construções simbólicas”, que atuaram como verdadeiros “símbolos de pertença”, possibilitando que o grupo sobrevivesse na própria mudança, através da construção de uma identidade estruturada tanto a partir da absorção de elementos da sociedade de acolhimento quanto da manutenção de uma identidade judaica, fatores que proporcionaram a construção do brasileiro-judeu.

## **10. Impacto dos fatores políticos para o grupo**

As medidas implementadas no cenário brasileiro durante os anos de 1930 e 1940 influenciaram diretamente no conjunto do comportamento do imigrante judeu, pois todo o cotidiano da comunidade foi alterado.

A partir da atuação da campanha nacionalista com a proibição do uso da língua estrangeira, todas as conferências e reuniões patrocinadas pelas associações judaicas

realizaram-se mediante a pronúncia em português. Caso não pudessem ser proferidas em português, ficava sempre a suspeita de que existia uma intenção de introduzir idéias contrárias ao projeto político da Era Vargas.

Em 26 de abril de 1936 o Centro Israelita de Pernambuco recebeu um professor, designado para fazer uma conferência sobre a História da Palestina, entretanto, o conferencista alegou que tinha dificuldades em expressar-se na língua portuguesa e que não querendo ir de encontro às ordens policiais, não realizou a conferência. O investigador interpretou tal ato como uma demonstração de que

*“o conferencista tinha o intuito de trazer ao conhecimento daquele Centro assuntos reservados que a política não tivesse conhecimento e não fatos antigos da história da Palestina.”* (Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)

Durante a Era Vargas, toda a vida privada dos judeus tornou-se pública. As investigações no espaço privado faziam-se na intenção de encontrar provas que comprovasse a “ameaça judaica”, como destaca I.S., filho de imigrantes russos:

*“os policiais que tinham um nível muito baixo na época chegaram nas bibliotecas dos judeus e tiraram todos os livros que lhes pareciam comunistas. Livro como por exemplo, eu lembro de uma biblioteca de um amigo meu, ‘O Corsário Vermelho’, que era um livro de aventura. A censura. As pessoas que censuravam não tinham gabarito para censurar. Eu sei que entraram num Clube de Jovens Universitários Judeus que era na Praça Maciel Pinheiro e tiraram livros que não tinham nada de comunista. As reuniões no Centro eram livres.”* (Entrevista realizada em 14/02/1998 – AHJPE)

CASAL ZRUBIN - Z T

Z T - Polonês, 47 anos, casado, artista. Nasceu na Polónia em 4/11/1896. Entrou no Brasil em 18/6/1941, pela fronteira do Rio Grande do Sul, procedente da Argentina, com o passaporte nº T 373/1/37, expedido em Riça, em 2/11/1937, vindo pelo Consol do Brasil em Buenos Aires sob nº 2130, em Junho de 1941. Chegou ao Recife, pela primeira vez em 2/11/1941, pelo "Itaipubê", indo para o "Palace Hotel". Saía para a Baía pelo "Itaipubê", em 12/12/1941, e regressou em 20/7/1942, pelo vapor "Itaipubê", tendo lá morado no "Hotel Sifria" e depois na rua Conde da Boa Vista nº 193, onde estava agora. Tem a Carteira de Negociante de Estrangeiros (Temperária) nº 129.858, emitida no Rio em 12/10/1941. É israelita e vive sempre aqui nos meios judaicos. Artista teatral e encenador, tomou parte em várias espetáculos da estalagem israelita do Recife. Ultimamente seu encenador do Teatro de Amadurecimento de Vinçosa a Pernambuco e Baía fêz-se acompanhar de Z T, da quem se diz casado. Z T nasceu na Polónia em 6/6/1921, tendo lá sido apenas. Viajou para o Brasil, da Argentina, com o mesmo passaporte de Z T, nº T 373/1/37, expedido em Riça em 2/11/1937. Tem a Carteira nº 119.850 (Temperária), emitida no Rio em 12/10/1941.

..... X .....

O casal Z T - Z T extraiu salvo-conduto na Polícia Marítima em 20/7/1944 para viajar para o Rio de Janeiro pelo "Itaipubê".

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - PERNAMBUCO

MOVIMENTO DE EMIGRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO em 7/9/1944 33

Passageiros estrangeiros entrados - dia 6 (6 de) de Setembro de 1944 - Pelo AVIÃO AEROMARÍTIMO "COLOMBIA" - Z T

Z T - polonês, 29 anos, estado, industrial, procedente de Ialá de caré, indo para o "Grande Hotel", nesta cidade. Nasceu em Varsóvia a 12/11/1914. Filho de A A e de M A - Chegou ao Brasil em 22/2/1933, baseado de embarcamento no porto de Santos. Tê-lo com o passaporte nº 274.700, expedido em Varsóvia a 27/1/33, vindo pela anterioridade consular brasileira em Varsóvia, sob nº 132, no ano de 1932. Trouxe Carteira de Registro de Estrangeiros nº 74078, emitida pelo Serviço de Estrangeiros em São Paulo em 2/8/1940, e Registro Geral nº 357.721, de 12/2/40, também de São Paulo. - Compareceu à Polícia Marítima e declarou: que é a primeira vez que vem ao Recife; que chegou ao Brasil pelo vapor francês "LIDIAN", procedente do porto de La Havre, na França; que veio para a companhia de seu pai que já possuía no Brasil indústria de celulose, indo com ele trabalhar; que, depois do falecimento do seu pai, em dezembro de 1942, assumiu ele a direção de duas indústrias - fábrica de chapéus-de-cadela e de ferramentas agrícolas, ambas funcionando em São Paulo; que regressou agora de América Central, Colômbia, Venezuela e Perú, até onde foi a negócios de suas indústrias; que estará apenas um dia em Pernambuco, a tratar de suas fábricas, representando neste Estado pelo sr. M. A. Cavadinha, com escritório à rua Estreita de Duarte nº 140, que amanhã prosseguirá viagem, ao avião do "Tanala", com destino à sede das suas negócios; que se está hospedado no "Grande Hotel", nesta cidade.

Documento 20: "O Casal Z-R.T." [30/07/1944].  
Prontuário nº 30.275 – APEJE-DOPS/PE

Documento 21: "Sindicância aos judeus". [Entre 6 e 7/09/1944]. Prontuário nº 30.275 – APEJE-DOPS/PE

Durante as décadas de 1930/40, todas as atividades patrocinadas pelas associações judaicas só puderam ser realizadas mediante a presença de investigadores, que detalhavam minuciosamente, em relatórios enviados à DOPS/PE, todos os passos da presença judaica em Pernambuco. Todas essas investigações se faziam na intenção de encontrar provas que comprovassem que os judeus representavam uma ameaça.

Os judeus percebiam que existia uma restrição, um controle e uma vigilância exercida pela política pernambucana. Segundo D.B., filhos de imigrantes russos, a comunidade judaica pernambucana "silenciava" diante deste cenário político:

*"A comunidade não reagia porque não podia prestar queixas a ninguém. Não tinha com quem falar. A Secretaria era dominada por eles. Se for [fosse] falar, apanhava. A sociedade israelita sabia mas ficava calada. Não comentavam nada. Diziam para ficar calado para não complicar. Tinham medo de serem expulsos um dia. Todos diziam isso.*

*Ninguém comprava nada. Nenhum judeu tinha uma fazenda. Nenhum tinha engenho [...]*

*Eu queria ser militar. Meu pai não deixou. Ele tinha medo que eu fosse expulso. [...]*

*Ele sentia que tinha um clima anti-semita durante o Estado-Novo. Em 1937, 1938, 1940, ninguém fazia nada aqui. Você ia se queixar a quem? Se a Secretaria era deles. Você é um judeu safado. O patrão dizia. Na Rua da Imperatriz eram todos comerciantes judeus. Tudo humilde. Calados. Eles se reuniam na Rua da Glória. O dono da Malharia Imperatriz, o senhor M.C., era o líder, falava que a gente tomasse cuidado, que cumprisse a lei, que pagasse os impostos. Não fale nada, não diga nada. Não se comentava nada. [...] Se você falasse era preso.” (Entrevista realizada em 07/02/1998 – AHJPE)*

Mas este “silêncio” não significa um amorfismo, uma alienação ou aceitação do *status quo* por parte da comunidade judaica.

Chauí (2000), ao discutir a relação entre a cultura dominante e a cultura dominada, nos mostra que toda cultura é de resistência. Partindo desse pressuposto, as idéias longe de serem impostas por um grupo hegemônico a toda uma coletividade, são, na verdade, resignificadas pelos dominados que apropriam-se das mensagens dos dominantes, atribuindo-lhes novos significados.

Nesse sentido, é importante também considerar as palavras de Ferreira (1997:28), de que:

*“é preciso evitar a abordagem de que o projeto político-ideológico varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos”.*

Sendo assim, pode-se afirmar que diante de todo o controle, censura e vigilância exercida pelo Estado varguista, a comunidade judaica conseguiu desenvolver algumas estratégias de negociação de identidade, com a finalidade de garantir tanto a continuidade de sua integração na sociedade pernambucana quanto a manutenção de sua identidade étnica judaica.

Dentre estas estratégias destaca-se a mudança de comportamento político cultural dos judeus, a manipulação da estigmatização e as manifestações de protesto organizadas pela comunidade.

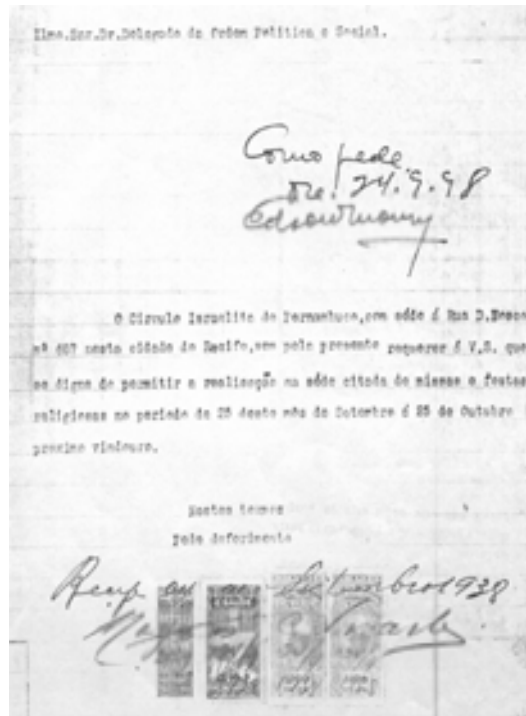
## **11. Adequando comportamento: garantia da integração**

Diante de um cenário político marcado por restrições, controle, censura e vigilância, não restava outra alternativa aos imigrantes judeus a não ser adequar-se aos padrões de comportamento político cultural da época.

Para o imigrante judeu o que estava em jogo era a continuidade de sua integração na sociedade pernambucana, bem como a permanência de sua identidade étnica judaica. Assim, mudar seu comportamento e se adequar politicamente à sociedade foi uma das estratégias encontradas para consolidar a integração e a continuidade de sua identidade.

De acordo com as exigências políticas da época, as instituições estrangeiras deveriam solicitar à DOPS/PE, permissão para realização de suas atividades. Assim, no dia 24 de Setembro de 1938, o presidente do Círculo Israelita de Pernambuco, enviou um ofício para que a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco concedesse a realização de missas e festas religiosas no período de 25 de setembro à 25 de outubro.

Todas as instituições judaicas relatavam suas funções ao Delegado de Ordem Política e Social de Pernambuco. Embora esta fosse uma exigência política, nas entrelinhas dos discursos, essas solicitações expressam que a imagem que os judeus tentavam passar para os órgãos públicos e conseqüentemente para a sociedade pernambucana, era de que estavam contribuindo com o projeto político do governo, na medida em que se agia de acordo com a Lei.



Documento 22: “Solicitação do Círculo Israelita de Pernambuco”. [24/09/1944]. Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE

Nas solicitações enviadas pela Cooperativa do Banco Popular Israelita de Pernambuco, nos dias 9 de março de 1936 e 23 de fevereiro de 1943. Ambas, comunicavam à DOPS/PE a realização de assembléias, procurando sempre mencionar que agindo assim estavam “*de acordo com o que determina a Legislação vigente*”.

Em 26 de Janeiro de 1942, por exemplo, o presidente do Centro Cultural Israelita de Pernambuco expôs o funcionamento da instituição em um ofício enviado ao Delegado de Ordem Política e Social, Fábio Correia:

“Atendendo ao pedido de informação de V.S. relativamente ao funcionamento desta Sociedade, passamos a declarar o seguinte:

*A nossa sede funcionava, diariamente, entre 14 e 17 horas, para realização de ginástica ou jogos esportivos, e a noite, de 18.30 às 23 horas, com exceção dos dias em que se realizam bailes ou recreios, quando é prolongado o referido horário.*

*As sessões da Diretoria são realizadas todas as Segundas Feiras, das 20.30 às 22 horas, e no caso de não haver sessão, esta será adiada para a Segunda Feira seguinte.*

*Havendo necessidade de se fazer assembléia ou sessão extraordinária, comunicaremos antecipadamente a esta Delegacia.*

*Outrossim, comunicamos que, todos os Sábados, realiza-se um recreio dançante, entre 20 e 23 horas. Em caso de baile ou festa, a Diretoria comunicará, devidamente, a Ordem Social.*



Sem outro assunto para o momento, aguardamos as prezadas ordens de V.S. assim como toda e qualquer nova determinação.

Somos, atenciosamente, de V.S. amigo e obrigado.

CENTRO CULTURAL ISRAELITA DE PERNAMBUCO' (Prontuário nº 447 - APEJE-DOPS/PE - grifos nossos)



Documento 23: “Solicitação para Assembléia - I”. [09/03/1936]. Prontuário nº 27.687 – APEJE-DOPS/PE



Documento 24: “Solicitação para Assembléia - 2”. [23/02/1943]. Prontuário nº 27.687 – APEJE-DOPS/PE

Assim, pode-se afirmar que o novo cenário político do Brasil trouxe uma conseqüência direta na construção da identidade judaica em Pernambuco, pois os judeus que já se encontravam relativamente estabelecidos através de toda uma organização social e econômica que institucionalizava a permanência de uma vida judaica em Pernambuco, tiveram que adequar seu comportamento a todas as exigências políticas da época, a fim de garantir tanto a continuidade de sua integração na sociedade pernambucana como a manutenção de sua identidade.

## **12. Manipulando a estigmatização**

Durante as décadas de 1930/40, os judeus encontravam-se profundamente estigmatizados pelos intelectuais e elites políticas, através de atributos indesejáveis e depreciativos. Sendo assim, eles procuravam eliminar todos os signos que os faziam ser categorizados como símbolos de estigmas, pois, de acordo com Goffman (1988:51):

*“uma possibilidade fundamental na vida da pessoa estigmatizada é a colaboração que presta aos normais no sentido de atuar como se a sua qualidade diferencial manifesta não tivesse a importância nem merecesse atenção”.*

Partindo desse pressuposto, os judeus de Pernambuco, considerados como “indesejáveis”, tinham que demonstrar que eram “bons elementos” e como tais não representavam perigo à sociedade brasileira.

Sendo assim, uma das formas encontradas para minimizar a estigmatização foi através da apresentação de bons antecedentes, ou da declaração de estarem dispostos à contribuir com o projeto político do país, a exemplo do que aconteceu com I.R., um imigrante russo, nascido

em 1903, que chegou ao Brasil em novembro de 1920 e foi detido em 15 de julho de 1943 para averiguações policiais, pela apreensão em sua residência os livros “*Hitler, defesa ou invasão da Europa*” e “*Guerra aos judeus*”. Nos autos de declaração, I.R. confirma que:

*“adquiriu esses mesmos livros por compra em uma das livrarias desta cidade, os quais não tinham outra finalidade do que a de combate ao regime alemão, do qual sempre foi inimigo; que hoje como brasileiro naturalizado e pai de filhos brasileiros, outro dever não poderá ser o seu do que desejar a vitória do Brasil e seus aliados na guerra atual contra os países totalitários, especialmente da Alemanha, de quem sempre se considerou inimigo; que está pronto a cooperar em prol do Brasil e desejoso mesmo de ajudar este país sobre todo e qualquer ponto de vista, até com sacrifício de sua própria vida se isto se tornar necessário, tanto assim que é reservista do Exército nacional.”* (Prontuário nº 3786 – APEJE-DOPS/PE)

Rotulados e estigmatizados, indivíduos e instituições tinham que declarar sua apolitização para diminuir a categorização existente sobre a propagação de idéias exóticas. Em 29 de agosto de 1942, H.R., compareceu à DOPS/PE para comunicar que tinha em seu poder uma coleção de livros de romance, dramas, contos, poesia, etc. escritos em língua alemã, que trouxe para o Brasil em 1933 quando entrou no território nacional, os quais eram “*de uso particular e que nenhum tinha caráter político ou nocivo aos interesses do Estado Brasileiro*”. (Prontuário 10.249 – APEJE-DOPS/PE)

No dia 10 de dezembro de 1942, O.G. foi detido para prestar declaração à DOPS/PE, pois no mês de setembro de 1940, tinha sido preso na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, sob acusação de ter utilizado o idioma alemão em conversas com seus amigos, quando, na verdade expressava-se em ídishe. Em sua declaração, O.G. informa ainda que: “*dada a perseguição movida pela Alemanha com o povo israelita, se considerava anti-nazista*”, mas, após mencionar sua nacionalidade russa, teve também que declarar:

*“não pertencer a nenhum partido político, o que era terminantemente proibido por sua religião, sendo também contrário ao regime comunista implantado na Rússia, esperando que após a guerra fosse implantado um regime democrático na Rússia.”* (Prontuário nº 14559 – APEJE-DOPS/PE)

O Centro Cultural Israelita de Pernambuco, por exemplo, mesmo tendo deixado claro em abril de 1932 que era uma sociedade que não pertencia a nenhum partido político, não foi suficiente para que em 1942 promulgasse um novo Estatuto apresentando-se como uma sociedade civil, cujas finalidades eram recreativa, desportiva e cultural. O artigo 2º deste novo estatuto reafirmava sua posição partidária:

*“Art. 2º - o Centro é absolutamente neutral em matéria política e religiosa, cujas discussões são formal e terminantemente proibidas dentro de sua sede...”* (Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE)

Conforme se observa, os judeus em Pernambuco eram como atores, no sentido goffmaniano, desempenhando papéis e esperando que seus observadores – os investigadores – levassem a sério a impressão sustentada perante eles. Nesse sentido, embora sabendo que seus passos eram vigiados e controlados pela polícia, os líderes das instituições judaicas enviavam à DOPS/PE solicitações para que seus observadores acreditassem que a comunidade não representava nenhum perigo, tendo em vista que qualquer nota em falso poderia então quebrar a harmonia da representação inteira. (GOFFMAN, 1985:55)

Assim, no dia 17 de agosto de 1944, o presidente do Centro Cultural Israelita de Pernambuco enviou um ofício a DOPS/PE pedindo permissão para uma conferência proferida pelo Delegado da Universidade Hebraica de Jerusalém. Esta, foi acompanhada detalhadamente pelo investigador nº 27, *“sem qualquer anormalidade”*.

A Cooperativa do Banco Popular Israelita de Pernambuco, por exemplo, enviava ofícios para que a DOPS/PE tomasse ciência de suas atividades. Em 02 de setembro de 1942, informou ao Delegado de Ordem Social o horário de suas atividades, no dia 09 de março de 1936 pediu autorização para realização de uma assembléia geral para apresentação de contas do exercício de 1935 e eleições para renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal, que foi realizada no dia 19 de março de 1936 sob a presença do investigador nº 34.

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ceden Política e Social  
P. E. S. S.

*Prontuário nº 413*

Comunicando as vossas Intermediações, assistí, ontem, às 10 horas, na sede do Centro Israelita de Pernambuco, à sua da Glória, nº. 113, a conferência do Sr. L. I. . . delegado do Comitê Central de Socorro às Vítimas da Guerra. Apresentando o conferencista, usaram da palavra, os Sr. Solva Junior, representante, neste Estado da Cruz Vermelha Brasileira e J. B. . . presidente do Centro Cultural Israelita, nesta Capital.

A conferência foi realizada em língua Espanhola, sob o tema: Estado da Vítimas da Guerra. O orador descreveu os horrores da guerra atual, da necessidade de socorro às suas vítimas, sem distinção e da situação de desajuro em que se encontram os milhares de Judeus, espalhados pelos países já ocupados. Mostrou que os mesmos, em grande parte, sofrem, na Polónia, atualmente diversas perseguições, sendo preciso que todos os Judeus se congreguem, no momento, para auxiliá-los. Citou que esse movimento de cortejamento vem sendo feito em todas as partes das Américas.

Referindo-se ao Brasil, disse que aqui encontram hospitalidade e garantias, graças a ação política do governo brasileiro. Condenou a política Nazista e Fascista, dizendo que 21, para infelicidade do mundo, a Alemanha triunfou, todas as nações sentiram o má reflexo da sua política e os Judeus, em particular, desamparados da face da terra.

Sem qualquer parcialidade, o conferencista encerrou o seu trabalho às 12,30.

Recife, 17 de Janeiro de 1941.

*José de Sá Barboza*  
Inv. nº. 27.

Documento 25: "Relatório sobre conferência no Centro Israelita". [17/01/1941] Prontuário nº 413 – APEJE-DOPS/PE

*Prontuário*

Ilmo. Sr. Comissário da Delegacia de Ceden Política e Social

Parte

Comunico a V. S., para as devidas fins, que tendo sido designado pelo Investigador Barboza, ajudante desta Delegacia, afim de assistir a sessão de Assembleia Geral do Banco Popular Israelita de Pernambuco, cumpro-me informar o seguinte: Que às 10 horas de ontem, dirigi-me a Praça Maciel Pinheiro número 48 1º andar, sede do já citado banco, e às 11 horas, que foi dado início aos trabalhos, os quais foram dirigidos pelo sr. M. V. . . que após declarar os fins da assembleia convidou os socios G. C. I. L. O. E.

afim de cooperar à mesa. Primeira parte, leitura do balanço do 5º exercício social do anno de 1935, o qual foi aprovado sem nenhuma debate. Segunda parte eleição da nova directoria de 1936 a 1937, a qual ficou assim constituída: Presidente, B. H. . . Thezoureiro, G. C. . . Secretario, E. P. . . Comissão fiscal, primeiros suplentes, M. M. I. G. J. K. . . segundos suplentes, L. L. I. J. . . Sendo os trabalhos encerrados às 12 horas sem nenhuma alteração.

Recife, 20 de Março de 1936.

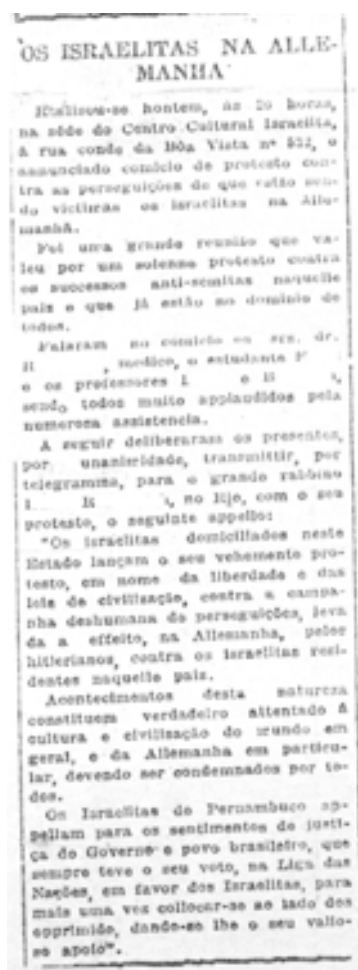
*Investigador 34*

Documento 26: "Relatório sobre assembleia do Banco Israelita". [20/03/1936] Prontuário nº 27.687 – APEJE-DOPS/PE

### 13. Manifestando protestos

A ambivalência entre ser parte integrante de uma sociedade adotiva e continuar pertencendo a um grupo étnico, levou o grupo a organizar algumas manifestações de protesto. Embora essas manifestações fossem, em geral, raras, elas eram organizadas como forma de demonstrar uma resistência aos acontecimentos políticos da época.

Em 31 de março de 1933, o Centro Cultural Israelita promoveu uma reunião em sua sede, em sinal de protesto contra o anti-semitismo na Europa.





Fotografia 17: “Evento Comemorativo do Levante do Gueto de Varsóvia”. [1942?] 1 fotografia, mono. 23 cm x 15 cm. Acervo Iconográfico AHJPE.



Documento 28: “Campanha contra os judeus”. [1948?] Prontuário nº 7.212 – APEJE-DOPS/PE

Todas as estratégias organizadas pela comunidade judaica pernambucana, seja através de negociações com o poder público, de mudança de comportamento, de manipulação da estigmatização ou de manifestações de protesto, foram importantes para a construção da identidade judaica, pois contribuíram para o novo dimensionamento da identidade dos judeus em Pernambuco.

A vigilância e o controle exercido pelo Estado varguista fazia com que os judeus encontrassem no campo da cultura, estratégias para articular seus processos de resistência. Cada vez mais, o grupo voltava-se para o judaísmo cultural para garantir a manutenção uma identidade étnica.

Os elementos que possibilitaram identificar a persistência das fronteiras identitárias podem ser observados através das próprias solicitações que as instituições judaicas enviavam a DOPS/PE. Eram pedidos de concessões para realização de festas, bailes, conferências e reuniões.

A comunidade judaica de Pernambuco mesmo negociando identidades procurava manter as práticas dos rituais, das comemorações das festividades cíclicas, da culinária e da criação de instituições.

## **14. Cultura e a articulação dos processos de resistência: tornando-se um brasileiro-judeu**

Ao reivindicar uma identidade, os indivíduos freqüentemente buscam sua autenticação na história comum do grupo, reconstruindo um passado com objetivo de garantir a



legitimação de suas fronteiras identitárias, mesmo que este passado esteja sendo incessantemente inventado. Segundo Woodward (2000 *apud* SILVA, 2000:23-25):

*“para lidar com a fragmentação do presente, algumas comunidades buscam retornar a um passado perdido [...] mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza”*

Com os judeus de Pernambuco, a garantia de continuar pertencendo a um grupo étnico, foi consolidada através as práticas dos rituais, das comemorações das festividades cíclicas e da criação de instituições. O desenvolvimento desses “símbolos de pertença”, possibilitava a continuidade mesmo na mudança.

A *B'rit'mila*<sup>24</sup>, é o ritual da circuncisão. De acordo com a tradição judaica, Abraão se autocircuncidou aos 99 anos de idade, marcando fisicamente a aceitação na crença em um só Deus, único e indivisível, representando, assim, o princípio básico do Monoteísmo.

Este ritual realiza-se no oitavo dia do nascimento do menino judeu, simbolizando a reafirmação do “Pacto da Aliança” entre Deus e Abraão. Até a década de 1950, a circuncisão era feita nas residências, por um *mohel*<sup>25</sup>. A cerimônia iniciava-se pela *kvotern*<sup>26</sup> que entregava a criança ao *sândak*<sup>27</sup> para colocá-lo, por alguns instantes numa cadeira, a “cadeira de Elias”, que simbolicamente é destinada ao profeta Elias considerado o “Mensageiro da Aliança”. Depois o menino passava ao colo do *sândak* que segurava-o durante a prática da circuncisão.

O ritual é completado com a cerimônia de “dar o nome” a criança. A prática de se dar a criança judia um nome judeu (geralmente hebraico), além e acima do nome secular, é ainda

<sup>24</sup> - *B'rit'mila* significa “aliança da circuncisão”.

<sup>25</sup> - *Mohel* ou circuncisador, é uma pessoa especialmente treinada para fazer a circuncisão.

<sup>26</sup> - *Kvotern*, palavra em ídishe que significa madrinha.

<sup>27</sup> - *Sândak*, palavra grega que significa padrinho.

comumente observada, os judeus *ashkenazitas* geralmente dão à criança o nome de um parente falecido; os *sefaraditas*, o de um ainda vivo.

O ritual do *Bat e Bar Mitzva*, assinalam a maioridade religiosa do jovem judeu. *Bat Mitzva* significa “filha do mandamento”, e refere-se à maioridade religiosa da menina, que ocorre a partir dos doze anos de idade. A preparação da jovem para sua maioridade compreende adquirir conhecimentos básicos do judaísmo e aprender as *brachot*<sup>28</sup> que terá de proferir ao assumir as funções destinadas à mulher judia, que incluem a responsabilidade pela organização da casa, a criação, educação (social e religiosa) dos filhos e a continuidade aos costumes e tradições judaicas.

O *Bar Mitzva*, significa “filho do mandamento”, refere-se à maioridade do menino, comemorada quando ele completa treze anos. Em decorrência, ele passa a ser obrigado a conhecer e praticar as *mitzvot*<sup>29</sup>, que, segundo a tradição judaica, são em número de 613, sendo 248 referindo-se ao que se deve fazer e 365 ao que não se deve fazer. A preparação para o *bar mitzva* inclui o aprendizado das *brachot*, dos costumes e tradições judaicas que envolvem o uso do *talid*<sup>30</sup> e dos *teflim*<sup>31</sup>. A partir de então o *barmitzvando* está apto a integrar o *miniam*<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> - *Brachot* palavra em hebraico que significa bênçãos ou orações, pronunciadas em quase todos os rituais judaicos.

<sup>29</sup> - *Mitzvot* plural de *mitzva*, palavra em hebraico que significa mandamento.

<sup>30</sup> - *Talid* palavra em hebraico que significa manto. Consiste de um xale retangular em cujas quatro pontas são colocadas franjas especiais denominadas *tzitzit*, que se destinam a lembrar os mandamentos.

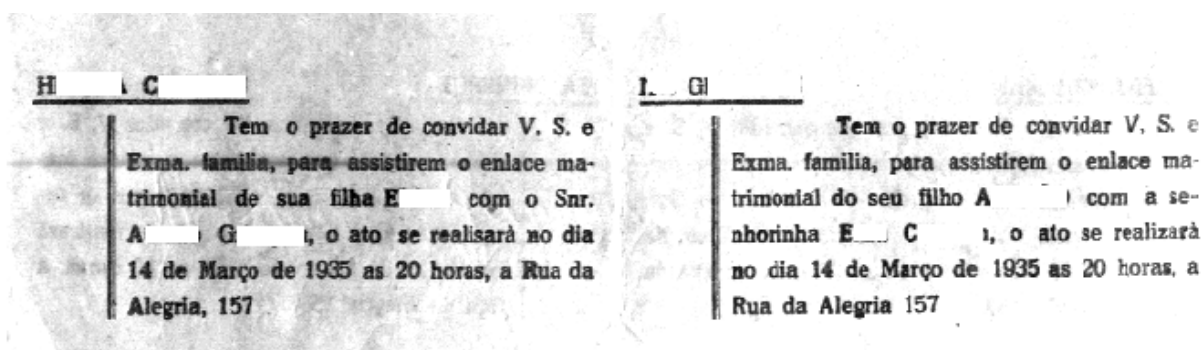
<sup>31</sup> - *Teflim* palavra em hebraico e aramaico, referem-se aos acessórios de oração – duas caixinhas cúbicas de couro preto com tiras presas contendo quatro passagens bíblicas, uma delas chamada de *teflim shel rosh* destina-se ao uso na testa, com suas duas tiras enlaçadas acima da nuca e caindo sobre os ombros, e a outra chamada de *teflim shel iad* deve ser atada na parte superior do braço esquerdo, sua tira dá sete voltas sobre o antebraço, uma volta sobre o dedo médio e sobre a palma da mão.

<sup>32</sup> - *Miniam*, no plural *minianim*, palavra em hebraico que significa quórum. Refere-se a um *quórum* de dez homens maiores de treze anos, necessário para realização de qualquer culto oficial judaico.



Fotografia 18: “Bar Mitzva”. [1934?] 1 fotografia, mono. 17,5 cm x 12,5 cm. Acervo Iconográfico AHJPE.

O *Chatuná*<sup>33</sup> ou *Chássene*<sup>34</sup> é o ritual do casamento judaico. Na tradição judaica, o casamento representa uma grande *mitzva*. Parte-se do princípio bíblico do qual um homem solteiro é considerado uma pessoa incompleta, somente através do casamento ele atinge os objetivos básicos do judaísmo: o companheirismo, a propagação da espécie e a formação da família como unidade social básica.



Documento 29: “Convite de Casamento”. [14/03/1935]. Acervo do AHJPE

<sup>33</sup> - *Chatuná*, palavra hebraica que significa casamento.

<sup>34</sup> - *Chássene*, palavra ídishe que significa casamento.

O casamento endogâmico era uma das formas de garantir a continuidade do judaísmo.

M.L., filha de imigrantes poloneses, lembra que seus pais não eram muito religiosos, mas:

*“a minha mãe fez questão de me ensinar sobre o judaísmo as coisas, o que deveria ser e o que devia fazer, e fez muita questão que eu só me desse com judeus e conseguisse casar com judeu, o que para ela foi a maior alegria, apesar de não serem religiosos [seus pais]”* (Entrevista realizada em 03/01/1996 - AHJPE)

Através dos casamentos endogâmicos tinha-se a certeza de continuidade do povo judeu, coisa que não existia nos casamentos exogâmicos, salvo se o cônjuge, sobretudo a mulher, optasse pela conversão religiosa, tendo em vista que, de acordo com a tradição judaica, a descendência é transmitida matrilinearmente.

Bila Sorj (1997:76), em estudo sobre as conversões e casamentos mistos de judeus no Brasil, diz que a conversão do cônjuge ao judaísmo e a conseqüente integração à sociabilidade judaica significa a continuidade do judaísmo nas futuras gerações, visto que, *“a preocupação em preservar a descendência judaica está sempre na ordem do dia neste tipo de casamento”*.

Para a autora, os casamentos mistos apresentam-se, atualmente, como um fato normal na vida familiar dos judeus, sobretudo

*“num contexto de profundas alterações nos estilos identitários, quando o habitus judaico se tornou menos fixo e rígido, o peso dos casamentos mistos pouco comprometem sua performance. Pelo contrário, abre-se a possibilidade de que a oferta de experiência simbólicas judaicas estejam cada vez mais acessíveis a um público que dela deseja participar”* (SORJ, BILA, 1997:86)

Mas, no início do estabelecimento da comunidade judaica em Pernambuco, este tipo de casamento era combatido. I.A. conta que seu pai, um imigrante russo que chegou ao Brasil por volta de 1911/12, casou-se em 25 de agosto de 1918 com uma não-judia, nascida no Estado de Alagoas:

*“Eles se conheceram lá [em Alagoas] e começaram a se gostar e casaram lá no civil. Mas papai já tinha explicado a mamãe sobre a questão da conversão, os irmãos combateram muito o casamento inicialmente não queriam, ele casou fugido, fugiu de trem, foi para Alagoas e lá casou e trouxe mamãe para cá e aqui foi feita a conversão de mamãe [...] Eles se casaram em 25 de Agosto de 1918, deve ter feito essa conversão no princípio de 1919”* (25/08/1996 - AHJPE)

A conversão religiosa desempenha um papel importante para aqueles que pretendem vincular-se à vida institucional organizada da comunidade judaica. A preparação implica basicamente na aquisição de conhecimentos judaicos, tais como: cursos de história, tradições, cultura e língua hebraica, identificar certas manifestações coletivas da etnicidade judaica, como as festividades, alguns rituais religiosos, a questão histórica do anti-semitismo, tradições culinárias, a importância do Estado de Israel para os judeus, etc. No caso do pretendente ser do sexo masculino, também deverá submeter-se à prática da circuncisão.

Consumada a conversão, o convertido torna-se um judeu. Segundo I.A., após a conversão sua mãe “*passou a pertencer realmente à comunidade*” que:

*“inicialmente não a recebem bem, mas depois foram vendo quem ela era e realmente ela foi aceita de uma maneira que não tinha nada que a constrangesse.... Mamãe passou a aceitar tudo que dizia respeito a papai , primeiro porque ela não era uma católica fervorosa, ela tinha nascido na religião católica, mas não era católica fervorosa e aceitou tudo dentro da nossa religião com o maior empenho possível. [...] Não chegou a trabalhar porque naquela época dona de casa era dona de casa e dos filhos e ela era mais dona de casa do que tudo, agora sobre fazer todas as nossas comidas e preceitos por exemplo "pessach" quando chegava a época, ela queimava aquela louça toda com pedras, como papai dizia a ela, ela pegava e queimava tudo com pedras, como papai dizia a ela pegava e queimava tudo com pedras em pessach e a nossa casa sempre houve "seder" e ela sempre fez a "brachá" das velas e tudo, tudo, tudo.”*

A morte e o luto também fazem parte dos rituais judaicos. De acordo com a tradição, quando uma pessoa morre, deve-se fechar seus olhos, colocá-la no chão com os braços estirados ao longo do corpo, cobri-la com um lençol branco, acender uma vela próximo à cabeça e deixá-la guardada com um *wacher*<sup>35</sup> ou *shomer*<sup>36</sup> até a hora do funeral.

A preparação do corpo para o funeral consiste primeiro no ritual da *tahará*<sup>37</sup>, que é a lavagem do corpo, depois enrola-o no *tachrichim*<sup>38</sup>, e só então coloca-o num caixão simples,

<sup>35</sup> - *Wacher*, palavra em ídiche usada para se referir a pessoa que irá guardar o corpo.

<sup>36</sup> - *Shomer*, palavra em hebraico usada para se referir a pessoa que irá guardar o corpo.

<sup>37</sup> - *Tahará* significa purificação.

<sup>38</sup> - *Tachrichim*, significa mortalha.

sem ornamentos, contendo apenas uma *Maguen Davi*<sup>39</sup> e as iniciais do falecido, que se for homem, normalmente é sepultado envolto em seu *talid* por cima da mortalha, simbolizando a continuidade e fidelidade ao judaísmo.

Antes do funeral é hábito que os parentes mais próximos façam um pequeno corte em suas roupas como marca da dor, esse ritual chama-se *keriá*<sup>40</sup>. No cortejo fúnebre costuma-se fazer algumas paradas representando simbolicamente a relutância dos familiares com relação à separação física definitiva. No ato do sepultamento, os parentes jogam os primeiros punhados de terra sobre o caixão, demonstrando, simbolicamente, a sua conformação com o fato ocorrido. Os filhos homens devem recitar o *kadish*<sup>41</sup>, durante o enterro e também nos períodos de luto.

O luto é considerado uma obrigação religiosa se o falecido for um parente próximo – pais, irmãos, esposo(a) e filhos – e consiste em vários estágios. No período entre a morte e o enterro, o enlutado, chamado de *onem*<sup>42</sup> é eximido dos preceitos religiosos. Depois do enterro, o enlutado, agora chamado de *avel*<sup>43</sup>, entra numa fase intensa de luto que dura sete dias a partir da data do funeral, durante este período, conhecido por *shivá*<sup>44</sup>, os enlutados devem ficar em casa, sentar-se em bancos baixos e abster-se de calçar sapatos com sola de couro, tudo isso, para que fiquem em contato direto com a terra. No *shloshim*<sup>45</sup>, trigésimo dia do funeral, o enlutado volta a se integrar na sociedade e reassume a sua vida cotidiana. Nesse dia tem-se a cerimônia de *kaskará*<sup>46</sup>, e os filhos homens devem recitar o *kadish* em casa ou na sinagoga, com a presença de um *miniam*.

---

<sup>39</sup> - *Maguen Davi*, significa Estrela de Davi, um dos símbolos do judaísmo.

<sup>40</sup> - *Keriá*, significa rasgar.

<sup>41</sup> - *Kadish*, é uma prece de louvor a Deus através da qual se suplica por um mundo de paz.

<sup>42</sup> - *Onem* é uma palavra usada para se referir ao enlutado somente durante o período compreendido entre a morte e enterro.

<sup>43</sup> - *Avel* é uma palavra usada para se referir ao enlutado somente depois do enterro.

<sup>44</sup> - *Shivá*, palavra em hebraico que significa sete

<sup>45</sup> - *Shloshim*, palavra em hebraico que significa trinta.

<sup>46</sup> - *Kaskará*, palavra em hebraico que significa recordação.

O aniversário de morte de um dos pais é conhecido como *iartzeit*. Neste dia, os filhos acendem uma vela em memória, visitam o túmulo, inauguram uma *matzeivá*<sup>47</sup> e os filhos homens recitam o *kadish* na presença de um *miniam*.

Um dos rituais de significativa importância para os judeus é o *Shabat*<sup>48</sup>, que representa o dia de descanso judaico, e inicia-se a partir do surgimento da primeira estrela no céu da sexta-feira terminando ao entardecer do sábado. Segundo a tradição judaica, o *shabat* representa a separação entre o profano e o sagrado, entre o trabalho e o lazer, entre a agitação do cotidiano e o repouso para a reflexão. Neste dia é proibido, entre outras coisas, tarefas agrícolas, cozinhar, costurar, cortar, confeccionar roupas, desenhar, escrever, rasgar, atar, desatar, caçar, construir, mudar objetos, vender, comprar, viajar, acender e/ou apagar fogo.

Os procedimentos característicos do *Shabat*, iniciam-se com o *hadlakat hanerot*<sup>49</sup>, onde deve ser acesas no mínimo duas velas que referem-se a *zachor*<sup>50</sup> e a *shamor*<sup>51</sup>. Tradicionalmente, o serviço religioso do *érev shabat*<sup>52</sup> começa na sinagoga e contém uma liturgia específica conhecida por *cabalat shabat*<sup>53</sup>, que inclui vários salmos e hinos que ressaltam o poder de Deus sobre a natureza.

Com o passar dos anos a prática do *shabat* têm sofrido alterações referente a seu cumprimento, sobretudo, com relação às proibições destinadas à este dia. Entretanto, a importância do *shabat* para a continuidade do judaísmo, é reconhecida mesmo por aqueles judeus que não costumam praticá-lo.

---

<sup>47</sup> - *Matzeivá*, significa lápide.

<sup>48</sup> - *Shabat* significa sábado.

<sup>49</sup> - *Hadlakat hanerot*, refere-se ao ritual de acendimento das velas.

<sup>50</sup> - *Zachor*, significa guarda.

<sup>51</sup> - *Shamor*, significa santificação.

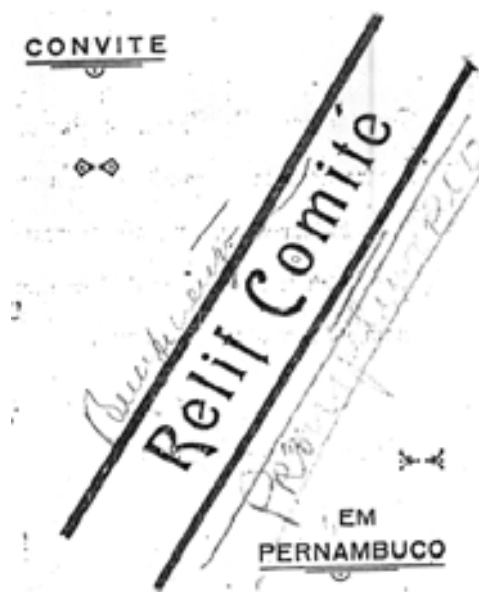
<sup>52</sup> - *Érev shabat*, significa véspera do *shabat*.

<sup>53</sup> - *Cabalat shabat*, significa recebimento do *shabat*.

Outra forma dos judeus manterem uma espécie de vínculo com o passado e com a tradição judaica é instituída através das comemorações das festividades cíclicas: *Purim*, *Pessach*, *Shavuot*, *Rosh Hashaná*, *Yom Kipur*, *Sukot*, *Chanuka* e outras.

A festa de *Purim*<sup>54</sup> acontece normalmente no mês de março e comemora a salvação do extermínio dos judeus da Pérsia pela Rainha Esther. Goldberg e Rayner (1989:403), sintetizam bem a comemoração da festa de *Purim*:

*“A principal observância da festividade é a leitura do livro de Esther do rolo de pergaminho comumente referido como meguilá (rolo). Isso é feito com toques de frivolidade, mantendo-se a linguagem de humor do livro, e com bater de pés e agitar de chocalhos a cada menção do nome de Haman. Outros costumes incluem festas a fantasias para crianças, montagens de peças de humor especialmente escritas (Purimspiel, no singular), e refeições alegres, com doces de três pontas recheados com sementes de papoula chamados hamantaschen ou ‘orelhas de Haman’, e bebidas alcoólicas, que são permitidas além do limite normal”*



---

<sup>54</sup> - *Purim*, palavra em hebraico significa sorte.



Convidamos V. Excia. e Exma.  
 Família para assistir o grandioso "Purim  
 festival" a realizar-se no dia 6 de mar-  
 ço de 1936, na sede do Centro Israelita  
 de Pernambuco, a Rua da Gloria.

*Tocará um excelente Jazz.*

Será eleita

Rainha Ester.

Documentos 30: "Relief Comité – Convite para o Purim". [1936] Prontuário nº 357 – APEJE-DOPS/PE

A festa de *Pessah*<sup>55</sup>, também conhecida como *Chag há-Matzot*<sup>56</sup>, ocorre normalmente no mês de abril, dura oito dias e celebra a passagem e o Êxodo dos judeus no deserto. De acordo com a Bíblia (ÊXODO 19-20), no terceiro mês do percurso dos judeus no Êxodo, quando saíram do Egito, Moisés recebeu, no Monte Sinai, as Tábuas da Lei entregues por Deus. Este fato marcou o início da história dos judeus como um povo livre e com uma religião própria.

A comemoração de *Pessah*, inicia-se pelo *Seder de Hagadá*<sup>57</sup>. Durante os oito dias de *Pessah* é proibido comer pão e qualquer alimento *chametz*<sup>58</sup>. A celebração inicia-se com uma refeição que acontece nas residências na véspera do primeiro dia. Essa refeição é chamada de *Seder* e consta de comidas típicas judaicas, feitas à base de *matzá*<sup>59</sup>.

<sup>55</sup> - *Pessah*, palavra em hebraico significa passar (por cima de). Refere-se a páscoa judaica.

<sup>56</sup> - *Chag há-Matzot*, significa festa do pão ázimo.

<sup>57</sup> - *Seder de Hagadá*, significa ordem de narração.

<sup>58</sup> - *Chametz*, refere-se a alimentos que contém fermento.

<sup>59</sup> - *Matzá* significa pão ázimo, uma espécie de pão sem fermento.



Fotografia 19: “Comemoração do Seder de Pessah no Centro Cultural Israelita de Pernambuco”. [19--]  
1 fotografia, mono. 23,5 cm x 16,5 cm. Acervo Iconográfico AHJPE.

A festa de *Shavuot*<sup>60</sup>, também conhecida como *chag hakatsir*<sup>61</sup>, *chag habikurim*<sup>62</sup> e *zman matan torateinu*<sup>63</sup>, juntamente com a festa de *Pessah* e *Sukot*<sup>64</sup>, são consideradas as Três Festas da Peregrinação.

Existem dois significados para a festa de *Shavuot*: em tempos bíblicos tinha um sentido puramente agrícola, marcava o fim da colheita da cevada e o início da colheita do trigo; no período pós-bíblico, adquire um sentido histórico que se superpôs ao sentido agrícola, e marca a entrada dos judeus no deserto do Sinai três meses após sua saída do Egito. Costuma-se então, decorar a Sinagoga com flores e plantas, incluindo a leitura pública do Decálogo, como lembrança e reatamento da Revelação do Sinai.

<sup>60</sup> - *Shavout* plural de *shavua*, significa semanas.

<sup>61</sup> - *Chag hakatsir*, significa Festa da Colheita.

<sup>62</sup> - *Chag habikurim*, significa Festa das Primícias

<sup>63</sup> - *Zman matan torateinu*, significa época da entrega da *Torá*, que significa lei, ensinamento.

<sup>64</sup> - *Sukot*, significa tabernáculos.

*Rosh Hashaná*<sup>65</sup> é uma festa que dura dois dias, significa um novo ano que se inicia onde se comemora o início da criação do mundo. De acordo com a tradição judaica, nesse período, o Senhor do Universo julga cada ser humano a fim de decretar o seu destino para o novo ano, portanto, ao iniciar um novo ano, cada indivíduo judeu deve fazer uma reflexão, olhando para dentro de si mesmo, procurando lembrar-se de todos os atos praticados no ano anterior. O tema predominante nas orações do *Rosh Hashaná* é a vida, por isso todas as orações pronunciadas fazem um apelo para melhorar a qualidade de vida. O período que se segue a *Rosh Hashaná*, por dez dias é o *yamim noraim*<sup>66</sup>, nesse período os judeus devem praticar *tzedaká*<sup>67</sup>.

O *Yom Kipur*<sup>68</sup> encerra a jornada espiritual começada em *Rosh Hashaná*, sua característica mais marcante é a observância das vinte e cinco horas de orações, ou seja, deve-se jejuar à comida, bebida, banho, relações sexuais e se abster de qualquer vício ou dependência que causem prazer. Neste dia os judeus praticam o *teshuvá*<sup>69</sup>. O dia do perdão – *Yom Kipur* – é tão importante aos judeus quanto o *Shabat*.

A festa de *Sukot*, acontece logo após o encerramento do *Yom Kipur* e começa pela construção de uma cabana provisória com telhados de folhagens, a *suká*<sup>70</sup>. Sua origem é completamente agrícola, sendo também considerada como um das Festas da Peregrinação. É uma festividade que dura sete dias, imediatamente seguida pelo *shemini atzeret*<sup>71</sup>, representando a conclusão da festa.

---

<sup>65</sup> - *Rosh Hashaná*, palavra em hebraico significa cabeça de ano.

<sup>66</sup> - *Yamim noraim*, significa dias de penitência.

<sup>67</sup> - *Tzedaká*, refere-se a justiça ou correção. No judaísmo praticar a *tzedaká*, consiste em atribuir assistência aos mais pobres.

<sup>68</sup> - *Yom Kipur* palavra em hebraico que significa dia do julgamento ou dia do perdão.

<sup>69</sup> - *Teshuvá*, significa arrependimento.

<sup>70</sup> - *Suká*, significa cabana.

<sup>71</sup> - *Shemini atzeret*, significa oitavo dia de reunião.

Durante o feriado de *sukot*, o judeu deve passar da introspecção penitencial (iniciada no *Rosh Hashaná*) para o mundo natural, trazendo a natureza para as residências e sinagogas de duas formas: primeiro, através do costume de “morar nas cabanas”, simbolizando a experiência do deserto e recordando a dependência do homem à natureza e a Deus; segundo, pelo uso ritual de quatro espécies de plantas que representam simbolicamente quatro tipos de seres humanos: a *etrog*<sup>72</sup>, representando o estudioso da Torá, um ramo de *lulav*<sup>73</sup>, representando aquele que conhece as leis mas não pratica, três ramos de *hadas*<sup>74</sup>, representa aquele que cumpre a lei mas não estuda-a e dois ramos de *arava*<sup>75</sup> representando o homem que nem conhece os mandamentos nem pratica-os.

A festa de *Chanuká*<sup>76</sup>, reporta-se ao acontecimento histórico de reconsagração do culto judaico no Templo de Jerusalém em dezembro do ano de 164 antes da Era Cristã (164 a.C.). A comemoração de *chanuká* refere-se ao acendimento de oito velas de uma *chanukiá*<sup>77</sup>, realizado tanto nas sinagogas como nas residências.

As instituições judaicas são também alguns dos símbolos que conferem para os judeus a certeza de continuidade. A criação e importância dessas instituições é destacada por J.G., um imigrante polonês que chegou em Pernambuco em abril de 1922 quando estava apenas com três meses de idade:

*“Foi muito importante a contribuição dos antigos dirigentes das instituições judaicas, para fortalecer os laços da colônia procurando evitar a assimilação, trazendo conferencistas, etc., os dirigentes posteriores dentro do possível procuraram manter estes elos, apesar da onda de assimilação que se alastrou pelo Brasil e pelo mundo.”*

---

<sup>72</sup> - *Etróg*, refere-se a cidra.

<sup>73</sup> - *Lulav*, refere-se a uma espécie de palmeira da tamareira.

<sup>74</sup> - *Hadas*, refere-se a mirto.

<sup>75</sup> - *Arava*, refere-se a salgueiro.

<sup>76</sup> - *Chanuká*, significa consagração

<sup>77</sup> - *Chanukia*, refere-se a um candelabro com oito braços.

O Colégio Israelita por exemplo é uma das instituições que, ainda hoje, atua como mecanismo de continuidade da identidade judaica. Para S.J.:

*“é preciso despertar na comunidade que embora o seu filho não está no colégio, mas é o colégio que organiza as festas em conjunto com outros, é o colégio que cumpre a tradição judaica, que venera e estimula você nesses eventos que você vem e inicia a freqüentar, então você tem que ser responsável pelo funcionamento destas organizações [...] agora o essencial, a mola mestra da comunidade continua sendo o Colégio Israelita.”*

J.B. ao lembrar da educação no Colégio Israelita diz que:

*“Desde criança, no colégio hebraico, eles procuravam manter a lembrança do que era os costumes e tradições da vida judaica, relembando todas aquelas festas do Purim, festa de Pessah, então eles mantinham sempre aquilo dentro do Colégio. Lembravam e treinavam o aluno inclusive para o Pessah e enfim, sempre tinha aquelas festas, tinha o Carnaval, eles mantinham por exemplo o Chanká, aí eles faziam um teatro, eu olhava. A vida cultural judaica era espetacular naquela época eu me lembro. Sader Gusk, era fotógrafo, era violinista, era teatrólogo, era não sei o que mais, então tinha o teatro, que coisa linda o teatro, praticamente toda semana você tinha uma peça judaica aqui dentro, dos maiores artistas, inclusive aqueles que foram treinados, que se fizeram artistas aqui dentro, eu me lembro perfeitamente destas festividades que eles faziam aqui dentro.”* (Entrevista realizada em 13/03/1995 - AHJPE)



Fotografia 20: “Colégio Hebreu Ídish Brasileiro”. [1935] 1 fotografia, mono. 17,5 cm x 12,5 cm. Acervo Iconográfico AHJPE.

A prática dos rituais, as comemorações das festividades, a importância das instituições e os movimentos culturais judaicos, representam, para os judeus, um vínculo com sua identidade étnica, pois é por meio destas “construções simbólicas” que os indivíduos produzem significados para que o grupo se identifique enquanto judeus, pois segundo Hobsbawm (1997:9)

*“a prática de natureza ritual ou simbólica visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado”.*

Portanto, quando os judeus, ao praticarem seus rituais e ao comemorarem suas festividades, estão re-construindo um *continuum* com um vínculo étnico, mesmo que inseridos num ambiente que proporciona uma ruptura com essa tradição, tendo em vista que tanto a absorção de valores da sociedade de acolhimento, resultantes da dinâmica que acompanha o processo imigratório, como a adaptação as exigências políticas das décadas de 1930 e 1940, provocaram uma mudança na continuidade.

Essa ambivalência entre pertencer a um grupo étnico – tradição – e ser parte integrante de uma sociedade adotiva – ruptura -, trouxe como consequência a formação de uma identidade hifenizada em que se deixa de ser simplesmente “judeu”, ou “judeu-brasileiro”, para transformar-se em brasileiro-judeu, indivíduos que se identificam com a sociedade brasileira, mas também mantêm sua judeidade, são considerados tanto como brasileiros quanto judeus.

Segundo Kaufman, os judeus, antes de imigrarem para o Brasil eram considerados “judeus antes de tudo”, quando chegaram, perceberam que não era difícil essa complementaridade: ser judeu e ao mesmo tempo brasileiro, não eram categorias excludentes.

Uma das formas encontradas pelos imigrantes judeus para consolidar essa identidade hifenizada foi através da naturalização, que na esfera política possibilitou a garantia à

cidadania, podendo usufruir os direitos civis, judiciais e políticos, ou seja, da possibilidade de ter uma identidade nacional e social.

Na esfera cultural, essa identidade foi consolidada a partir da identificação com elementos tanto da cultura brasileira como da cultura judaica. F.B., filha de imigrantes russos, nascida em Pernambuco no ano de 1924, ao relembrar da vida judaica relata que:

*“Eu sempre adorei, sempre fui às festas, sempre a todas, todas as conferências, as reuniões. Mesmo pequena, mamãe levava a gente, naquele tempo era diferente. Tinha acontecimentos, tinha mais, as reuniões, as pessoas, sempre estavam juntas”.*

Quando interrogada sobre se havia uma integração, diz que:

*“Com certeza. Olhando aquele tempo era lindo, fazia-se festa. A gente não festejava somente as festas judaicas, além das festas judaicas, festejava as festas do Brasil, quer dizer de onde a gente vivia. Por isso é muito importante, você pode está em festa, em reuniões, onde você se encontra.”* (Entrevista realizada em 01/02/2001- AHJPE)

Essa identidade hifenizada não é contraditória, nem conflituosa, ela é plural, pois, o hífen que torna o indivíduo um brasileiro-judeu, não o transforma em meio brasileiro, nem meio judeu, mas representa a própria essência do judaísmo no Brasil. Um judaísmo que não é o mesmo da Europa, nem de Israel, segundo I.P., imigrante ucraniano que chegou ao Brasil em 1920:

*“Aqui a gente nunca podia levar a mesma vida de judaísmo que na Europa. Na Europa, na sexta-feira de tarde, é como hoje, em Tel-Aviv, o comércio começa a parar. [...] Há 30, 25 anos passados quando chegava em Israel na sexta-feira, raramente via uma pessoa ir para casa sem buquê de rosas. Na Europa, erev shabat apagava tudo.”*

Apesar dessa diferença, o judaísmo no Brasil não é menos ou mais autêntico, aurático e original que o judaísmo europeu ou israelense, ele é apenas diferente. Diferença que marca a identidade judaica brasileira, uma identidade que dialoga com elementos de tradição e de

ruptura, este diálogo faz com que o grupo sobreviva na própria mudança, num movimento que explica sua continuidade pela renovação (Kaufman, 2000:195). Esses elementos de tradição e ruptura, contidos na dinâmica da construção de toda identidade, marcaram também a construção da identidade do imigrante judeu em Pernambuco, visto que os elementos de mudança não negaram a manutenção das diferenças identitárias, isto porque, toda a tradição precisa da ruptura para se manter viva (Bornheim, 1997:15).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo que houve um re-dimensionamento da identidade judaica, acentuadamente, nas décadas de 1930 e 1940, buscou-se compreender nesse processo a natureza dos fatores responsáveis pelas mudanças.

Embora não se tenha a pretensão de esgotar o tema, tendo em vista que vários são os fatores que contribuem para o processo de construção de uma identidade, esta pesquisa desvendou alguns fatos que permitem estabelecer relações entre o cenário político brasileiro das décadas de 1930 e 1940 e o processo de re-significação da identidade judaica pernambucana.

A pesquisa empírica revelou que, nesse período, as imagens criadas sobre a imigração judaica fizeram com que o grupo se tornasse estigmatizado como uma ameaça, resultando, assim, em medidas de controle, restrição e vigilância utilizadas pelo governo brasileiro à esse grupo.

Buscando identificar como os fatores políticos, decorrentes desse cenário exerceram uma influência para a consolidação de uma vida judaica em Pernambuco, constatou-se que os atos implementados durante a Campanha de Nacionalização, trouxeram conseqüências para a imprensa e educação judaica e para o uso da língua - o *ídish* - em público. Já as Circulares Secretas promulgadas após 1937 confirmaram a adoção de uma política imigratória e restritiva aos judeus. A vigilância institucionalizada pela Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS/PE, atingiu diretamente no cotidiano desse grupo, fazendo com que a vida dos judeus e instituições judaicas se tornassem públicas.

Observou-se então que todas essas medidas implementadas pelo governo brasileiro trouxeram um impacto para o cotidiano do grupo que já se encontrava com uma vida judaica

relativamente institucionalizada em Pernambuco. Isso fez com que os judeus procurassem desenvolver algumas estratégias de negociação de identidade.

Procurando identificar como os judeus reagiram diante da atuação do Estado Vargasista que controlava, vigiava, restringia e censurava esse grupo, constatou-se que, tanto os judeus quando as instituições judaicas tiveram que adequar seu comportamento à todas as exigências políticas da época, procurando, a todo o momento, passar uma imagem que estavam colaborando com o projeto político. Esta estratégia de manipulação da estigmatização objetivava eliminar todos os símbolos utilizados pelo Estado para categorizá-los enquanto uma ameaça.

Para o imigrante judeu o que estava em jogo era a continuidade de sua integração na sociedade pernambucana, bem como a permanência de sua identidade étnica judaica. Assim, mudar seu comportamento, adequar-se politicamente à sociedade e manipular a estigmatização, foram estratégias encontradas pelo grupo para garantir a integração e a continuidade de sua identidade.

Os dados comprovaram que a utilização dessas estratégias possibilitaram também a manutenção das fronteiras identitárias, na medida em que não houve uma assimilação à sociedade de acolhimento, pois, quando as instituições judaicas - mesmo que obrigadas - solicitavam à DOPS/PE concessões para realização de reuniões, conferências, festas, etc. e os indivíduos judeus declaravam estar contribuindo com o projeto político, passava-se uma imagem de que o grupo não era uma ameaça, esperado-se, desta forma, que o Estado levasse a sério essa impressão. Por outro lado, garantia-se também a continuidade de uma vida judaica em Pernambuco

Objetivando identificar a natureza das estratégias de negociação das identidades, percebeu-se que, quando negociavam identidades, os judeus, cada vez mais, encontravam no

campo da cultura uma forma de resistência, fazendo com que, até hoje, os judeus de Pernambuco se identifiquem mais com o aspecto étnico-cultural do judaísmo.

Esse novo dimensionamento da identidade judaica permitiu também a criação de uma identidade hifenizada: a do brasileiro-judeu uma nova categorização que envolveu a interação social dos imigrantes na sociedade e a manutenção de sua identidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que existem relações entre os fatores políticos ocorridos no período Vargas e o novo dimensionamento da identidade judaica em Pernambuco, pois se constatou que as medidas implementadas pelo governo brasileiro influenciaram diretamente o conjunto do comportamento dos judeus, a partir da adequação à todas as exigências políticas da época.

Mas, essa mudança de comportamento verificada não implicou na dissolução dos traços culturais, pelo contrário, permitiu o enquadramento na sociedade pernambucana, ao mesmo tempo em que garantiu a manutenção da identidade judaica. Todavia, para que isso acontecesse foi necessário estabelecer algumas estratégias de negociação de identidade.

Entretanto, sabe-se que são inúmeros os processos que estão envolvidos em qualquer construção identitária. Os fatores políticos, econômicos, culturais, psicológicos, etc. devem ser levados em consideração quando se pretende compreender a temática da identidade judaica.

Esta pesquisa destacou apenas alguns dos fatores políticos que exerceram uma influência para a re-significação da identidade do judeu em Pernambuco, pois a pretensão não é concluir o assunto, mas, levantar questionamentos e hipóteses para se pensar sobre a temática da identidade judaica.

## REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. (2001) Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização. *MANA*. (2001) Outubro, vol. 7, nº 2, p. 7-33.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. (2001). *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo, Humanitas / FFLCH / USP.
- \_\_\_\_\_. (1998). O Discurso da Igreja na Era Vargas, no Brasil, construindo o mito do imigrante indesejável: o judeu. In: LISOCKA-JAEGERMANN, Bogumila. (1998) *Dicionário Analítico el Espacio en la Cultura Latinoamericana*. Varsóvia, CESLA/Universidad de Varsóvia.
- \_\_\_\_\_. (1996). Imprensa Anti-semita no Rio de Janeiro e Recife, século. XX. In. NOVINSKY, Anita; KUPERMAN, Diane. (orgs.) (1996) *Ibéria Judaica: os Roteiros da Memória*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo, EDUSP.
- ARENDT, Hannah. (1989). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1978). *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Dom Quixote..
- AUGÉ, Marc. (1994). *Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Campinas, Papirus.
- BACZKO, Bronislaw. (1985) Imaginação Social. In. *Enciclopédia Einandi*. Portugal, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BALANDIER, George (1999). Os Caminhos Embaralhados. In. *O Dédalo Para Finalizar o Século XX*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 41-77.
- \_\_\_\_\_. (1997). Segunda Parte – Desordem na Tradição. In. *A Desordem – Elogio do Movimento*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. p. 91-152.
- BARON, Salo W. (1974). *História e Historiografia do Povo Judeu*. São Paulo, Perspectiva.
- BARROSO, Gustavo. (1937). *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro, ABC.
- BARTH, Fredrik. (1969) Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. (1998). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.
- BERGSON, Henri. (1999). *Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo, Martins Fontes.
- BOHANNAN, Paul; GLAZER, Mark. (1993) *Antropologia: Lecturas*. Espanha, Mc Graw-Hill/Interamericana de Espana S.A.
- BORNHEIM, Gerd A. (1997). O Conceito de Tradição. In. BORNHEIM, G; BOSI, A. et. al. (1997). *Cultura Brasileira – Tradição/Contradição*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. p. 13-29.
- BOSI, Eclea. (1979). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1986). *Identidade & Etnia: Construção da Pessoa e Resistência Cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- BURITY, Joanildo A. (org.). (2002). *Cultura e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro, DP&A.
- BURKE, Peter. (1997). *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.
- \_\_\_\_\_. (1992). *A Escrita da História: novas perspectiva*. São Paulo, UNESP.
- CABREIRA, Márcia Maria. (2001). Cultura e Identidade em São Paulo: A Imigração Síria Libanesa. *ECOS – Revista Científica*, (Junho/2001). São Paulo, vol. 3, n. 1, p. 93-103.
- CANCELLI, Elizabeth. (1994). *O Mundo da Violência - A Polícia na Era Vargas*. Brasília, UNB.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (1996) A Trajetória de um Mito no Brasil: Os Protocolos dos Sábios de Sião. In. NOVINSKY, Anita; KUPERMAN, Diane. (orgs.) (1996) *Ibéria Judaica: os Roteiros da Memória*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo, EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1995). *O Anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração: 1930-1940*. São Paulo, Brasiliense.
- CARONE, Edgar. (1977) *O Estado Novo(1937-1945)*. São Paulo, DIFERL.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982). *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHAUÍ, Marilena. (2000). Cultura do Povo e Autoritarismo das Elites. In. *Cultura e Democracia*. 8ª Ed., São Paulo, Cortez. p. 39-60.
- CHIAVENATO, Júlio José. (1985). *O Inimigo Eleito: os Judeus, o Poder e o Anti-Semitismo*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- CLIFFORD, James (1998). *A Experiência Etnográfica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- CÔELHO, Elizabeth Maria Beserra. (1981). *O Estudo das Relações Interétnicas: a Contribuição Brasileira*. Trabalho apresentado ao concurso para o ingresso na carreira do Magistério no campo de Antropologia Geral, Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão.
- COLOMBO, Eduardo. (1993) *El Imaginario Social*. 3ª Ed., Montevideo, Editorial Altamira.
- CUCHE, Denys. (1999) *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, EDUSC.
- DA MATTA, Roberto. (1985). *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1981) *Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes.
- DARNTON, Robert. (1993) . *O Beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1986). *O Grande Massacre dos Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro, Graal.

- DECOL, René Daniel. (2001). Judeus no Brasil: Explorando os Dados Censitários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. (Junho/2001). vol. 16, nº 46. p. 147-161.
- DOFMAN, Júlia Calvo. (1998). Imigrantes Judeus no Brasil da Década de 30. *Revista de Estudos Judaicos*. (1998), Belo Horizonte, ano I, nº 1. p. 9-12.
- DOSSE, François. (1992). *A História em Migalhas: dos “Annales” à Nova História*. São Paulo, Ensaio/ Unicamp.
- DURHAM, Eunice R. et. al. (org.). (1986). *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro, paz e Terra.
- ENNES, Marcelo Alario. (2001). *A Construção de uma Identidade Inacabada: Nipo-brasileiros no Interior do Estado de São Paulo*. São Paulo, UNESP.
- FERREIRA, Jorge Luiz. (1997). *Trabalhadores do Brasil: O Imaginário do Povo*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.
- FOUCAULT, Michel. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.
- FREYRE, Gilberto. (1992). *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 28ª Ed. Rio de Janeiro, Record.
- GARCIA, Néelson J. (1990). *Sadismo, Sedução e Silêncio, Propaganda e Controle Ideológico no Brasil – 1964-1980*. São Paulo, Loyola.
- GEERTZ, Clifford. (1989) *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- GENEPP, Van. (1977) *Ritos de Passagem*. Petrópolis, Vozes.
- GINZBURG, Carlo. (1987). *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GIRARDET, Raoul. (1987). *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GOFFMAN, Erving. (1988). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª Ed.. Rio de Janeiro, LTC.
- \_\_\_\_\_. (1985) *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GOLDBERG, David J.; RAYNER, John D. (1989). *Os Judeus e o Judaísmo*. Rio de Janeiro, Xenon Editora.
- GOLDMAN, Márcio. (1999). Lévi-Strauss e os Sentidos da História. In. *Revista de Antropologia*. v. 42, n. 1-2, São Paulo, pp. 223-238.
- GOMES, Ângela de Castro. (1998). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- GOULART, Silvana. (1990). *Sob a Verdade Oficial: Ideologia, Propaganda e Censura no Estado Novo*. São Paulo, Marco Zero.
- HALBWACHS, Maurice. (1990). *Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice.
- HALL, Stuart. (2000). *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 7ª Ed. Rio de Janeiro, DP&A.

- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (1997). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KACELNIK, Zilda. (1985) A Circuncisão numa Família Judia: Um Estudo de Desvio Social. In. VELHO, Gilberto (org.). (1985). *Desvio e Divergência: uma Crítica da Patologia Social*. 5ª Ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. p. 99-115.
- KAUFMAN, Tânia Neumann. (2000). *Passos Perdidos - História Recuperada: A Presença Judaica em Pernambuco*. Recife, Edição do Autor.
- \_\_\_\_\_. (1999). A Cultura Judaica no Tempo e no Espaço. Acertos para a Integração em Pernambuco. In. *Revista Antropológicas*. Série: Etnicidade, ano IV, vol. 10, p. 11-26.
- KOSSOY, Bóris (1999). *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial.
- KOWARICK, Lúcio. (1979). *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LE GOFF, Jacques (org.). (1998). *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.) (1976). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- LEITE, Dante Moreira. (1976). *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. São Paulo, Pioneira.
- LENHARO, Alcir. (1986). *A Sacralização da Política*. Campinas, Unicamp, Papirus.
- LESSER, Jeffrey. (2001). *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo, UNESP.
- \_\_\_\_\_. (1995). *O Brasil e a Questão Judaica: Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro, Imago Ed.
- LEVINE, Roberto (1980). *O Regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LEVI-STRAUSS, Claude. (1967). *Antropologia Estrutural*. Editora Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1952). *Raça e História*. Lisboa, Editorial Presença, UNESCO.
- LEWIN, Helena; KUPERMAN, Diane. (1997). *Judaísmo, Memória e Identidade*. Rio de Janeiro, UERJ.
- LEWIS, Susan. (1997). *O Anti-semitismo em Pernambuco no Estado Novo: 1937-1945*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- LÖWY, Michael. (1989). *Redenção e Utopia: O Judaísmo Libertário na Europa Central: Um Estudo de Afinidade Eletiva*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MARRE, Jacques Léon. (1991). História de Vida e Método Biográfico. In. *Cadernos de Sociologia*. (Jan/jul. 1991) Porto Alegre, vol. 3, nº 3, p. 89-141.
- MONTENEGRO, Antônio Torres (2001). Padres e Artesãos: Narradores Intinerantes. In. *Revista de História Oral*. (2001). n. 4, São Paulo, ABHO.

- NEHER, André. (1975) Visão do Tempo e da História na Cultura Judaica. In. RICOEUR. P. (1975). *As Culturas e o Tempo: Estudos Reunidos pela UNESCO*. Petrópolis, Vozes, São Paulo, Editora da USP. p. 176-196.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. (1993). *Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de Si Através dos Outros*. São Paulo, Editora da USP.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (2001). *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. et. al. (1982). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: FGV/FNL/MEC.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (2000). *O Trabalho do Antropólogo*. 2ª Ed. Brasília, Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- \_\_\_\_\_. (2000). Os (Des)Caminhos da Identidade. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. (Fevereiro/2000), vol. 15, nº 42, p. 07-21.
- \_\_\_\_\_. (1976). *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Livraria Pioneira.
- ORLANDI, Eni P. (1999) *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo, Ed. Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1997). *As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos*. São Paulo, Ed. UNICAMP.
- ORTIZ, Renato. (1985). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.
- OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO. (2001). São Paulo, Centauro Editora.
- PANDOLFI, Dulce. (org.). (1999). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- PEREIRA, Márcia G. et. al. (1993). *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. (1998). *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo, Editora da UNESP.
- PÓVOA, Carlos Alberto. (2001) A Identidade e a Ambivalência dos Judeus da Região do Triângulo Mineiro. In. V CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 2001, Ouro Preto. *Anais eletrônico*. (2001) Ouro Preto, CONIFES. Disponível em: [www.ufop.br/ichs/conifes/anais/CMS/cms1006.htm](http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/CMS/cms1006.htm)
- PRIORI, Ângelo. (1998). DOPS, Repressão, Violência e Controle Social. *Revista da ADUEM*. (Jul/Dez. 1998). Maringá 1(1). Disponível em: [www.aduem.org.br/revista](http://www.aduem.org.br/revista).
- RATTNER, Henrique. (1977). *Tradição e Mudança: A Comunidade Judaica em São Paulo*. São Paulo, Ática.
- REIS, José Carlos. (2000). *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo, Paz e Terra.
- REIS, Naura de Freitas (1970). *Alguns Aspectos da Comunidade Judaica do Recife*. Monografia (Curso de Sociologia e Política) – Instituto de Ciências Políticas e Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- RIBEIRO, Darcy. (1993). *Os Brasileiros: teorias do Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes.



- ROWLAND, Robert. (1997). *Antropologia, História e Diferença: Alguns Aspectos*. Coleção Histórias e Idéias. Edições Afrontamento.
- SAHLINS, Marshall. (1987). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. (1993). *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870 – 1930*. São Paulo, Companhia da Letras.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; GOMES, Nilma Lino. (orgs.). (2000). *Antropologia e História – Debate em Região de Fronteira*. Belo Horizonte, Autêntica.
- SCOTT, Parry; ZARUR, George. (2003) *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife, Ed. Universitária da UFPE.
- SEYFERTH, Giralda. (1999). Etnicidade, Política e Ascensão Social: um exemplo teuto-brasileiro. *MANA*. (Outubro, 1999), vol. 5, nº 2, p. 61-88.
- \_\_\_\_\_. (1997). A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional. *MANA*. (Abril, 1997), vol. 3, nº 1, p. 95-131.
- SHELDRAKE, Rupert. (1995). Os Hábitos da Natureza; Eternidade e Evolução. In. *A Ressonância Mórfica & A Presença do Passado – Os Hábitos da Natureza*. p. 13-20;349-369
- SILVA, Hélio. (1980). *A ameaça Vermelha. O Plano Cohen*. São Paulo, LP&M.
- SILVA, Marcília G. (1997). O Acervo DOPS: Da Administração à História. In. *Revista do Arquivo Público*. (Dezembro 1997), Pernambuco, vol. 42, nº 47, p. 77-88.
- \_\_\_\_\_. (1996). *DOPS e o Estado Novo : Os bastidores da Repressão em Pernambuco, 1935-45*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- SORJ, Bila. (org). (1997). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Imago.
- TOFEL, Marta. (2001). Os Espaços de Re-etnização Religiosa e a Construção de uma Nova Identidade: o Baal Teshuvá Paulistano. *ILHA* (Novembro/2001), Florianópolis, vol. 3, nº 1. p. 35-49.
- TRINDADE, Hélgio. (1994). *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo, DIFEL.
- VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) (1997). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus.
- VELHO, Otávio Guilherme (org.) (1987). *O Fenômeno Urbano*. 4ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- WIAZOVSKI, Taciana. (2001). *Bolchevismo e Judaísmo: A Comunidade Judaica Sob o Olhar do DOPS*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial.
- WOODWARD, Kathryn. (2000). Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). (2000). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ, Vozes.

## GLOSSÁRIO

**Ashkenazi** ou **Ashkenazitas**: Judeus provenientes da Europa Oriental e do Leste Europeu, diferentes dos *sefaraditas*, judeus provenientes da região ibérica, de onde vieram a maior parte dos judeus no período colonial.

**Aravá**: Refere-se ao salgueiro, uma das quatro espécies de plantas utilizadas durante o feriado de *Sukot*.

**Avel**: Palavra utilizada para se referir ao enlutado somente depois do enterro.

**B'rit'mila**: Significa “aliança da circuncisão”. É o ritual da circuncisão realizado no oitavo dia do nascimento do menino judeu.

**Bar Mitzva**: Significa “filho do mandamento”. Refere-se à maioridade do menino judeu quando ele completa treze anos de idade.

**Barmitzvando**: Expressão usada para designar o menino durante a cerimônia do *Bar Mitzva*.

**Bat Mitzva**: Significa “filha do mandamento”. Refere-se à maioridade religiosa da menina, que ocorre a partir dos doze anos de idade

**Beith Chabad**: Refere-se a um dos segmentos ortodoxos do judaísmo.

**Brachot** ou **Brachá**: Palavra em hebraico que significa bênçãos ou orações, pronunciadas em quase todos os rituais judaicos.

**Cabalat Shabat**: Significa recebimento do *Shabat* (sábado). É uma liturgia específica conhecida, que inclui vários salmos e hinos que ressaltam o poder de Deus sobre a natureza.

**Chag habikurim**: Significa festa das primícias. É conhecida também por festa de *Shavuot*.

**Chag hakatsir**: Significa festa da Colheita. É conhecida também por festa de *Shavuot*.

**Chag há-matzot**: Significa festa do pão ázimo. É conhecida também por festa de *Pessah*.

**Chametz**: Significa fermento.

**Chanuká**: Significa sagração. É uma festa comemorativa da rededicação do Templo pelos Macabeus.

**Chanukiá**: Refere-se a um candelabro com oito braços acendido durante a festa de *Chanuká*.

**Chássene**: Significa casamento em *ídishe*.

**Chatuná**: Significa casamento em hebraico.

**Erev Shabat**: Significa véspera do *Shabat* (sábado).

**Etrog**: Refere-se a cidra, espécie de fruta cítrica. É uma das quatro espécies de plantas utilizadas durante o feriado de *Sukot*.

**Goim:** Expressão usada para designar os não-judeus.

**Guemilut Chassadim:** Refere-se a prática da solidariedade ou caridade. Um dos preceitos do judaísmo.

**Hadas:** Refere-se a mirto. É uma das quatro espécies de plantas utilizadas durante o feriado de *Sukot*.

**Hadlakat hanerot:** É o ritual de acendimento das velas durante o *Shabat*.

**Iartzeit:** Refere-se ao aniversário de morte de um dos pais do enlutado.

**Ídiche Schul:** Nome da primeira escola judaica em Pernambuco.

**Ídishe** ou **Ídiche:** Língua falada pela maioria dos judeus *ashkenazitas*.

**Kadish:** Prece de louvor a Deus através da qual se suplica por um mundo de paz. Recitada pelos filhos homens durante o enterro e nos períodos de luto.

**Kahal Zur Israel:** Significa rochedo de Israel. É o nome da primeira Sinagoga da América.

**Kaskará:** Significa recordação. É uma cerimônia realizada no trigésimo dia do funeral.

**Keriá:** Significa rasgar. É o ritual em que os parentes mais próximos do falecido fazem um pequeno corte em suas roupas como marca da dor.

**Kestlech:** Significa caixa.

**Klientelshik:** Refere-se ao mascate ou vendedor ambulante. Era a modalidade de comércio adotada pelos imigrantes. Consistia na oferta de mercadorias de porta em porta, mediante o pagamento de parcelas semanais, quinzenais ou mensais.

**Kvotern:** Significa madrinha. É o nome que se dá a madrinha do menino judeu durante o ritual da circuncisão.

**Laispar Kasses:** Nome que se dava as empresas de crédito fornecedoras de recursos iniciais para que os imigrantes judeus pudessem comprar mercadorias ou abrir uma pequena loja ou fábrica.

**Lulav:** Refere-se a uma espécie de palmeira da tamareira. É uma das quatro espécies de plantas utilizadas durante o feriado de *Sukot*.

**Maguen Davi:** Significa estrela de Davi. É um dos símbolos do judaísmo.

**Matzá:** Significa pão ázimo. É uma espécie de pão sem fermento, comido durante o *Seder de Pessah*.

**Matzeivá:** Significa lápide. É inaugurada durante o aniversário de morte de um ano do falecido

**Miniam:** Significa quórum. Refere-se a um *quórum* de dez homens maiores de treze anos, necessário para realização de qualquer culto oficial judaico.

**Mitzvot** (plural) ou **Mitzva** (singular): Significa mandamento.

**Mohel**: Refere-se ao circuncisador. É uma pessoa especialmente treinada para proceder o ritual da *B'rit'mila*.

**Onem**: Expressão usada para designar o enlutado somente durante o período compreendido entre a morte e enterro.

**Pessah**: Significa passar (por cima de). Refere-se a páscoa judaica. Festa judaica que celebra a passagem e o Êxodo dos judeus no deserto.

**Pogroms**: Massacre organizados na Rússia, com o apoio do governo czarista, contra judeus, bairros judeus ou cidades e aldeias. Visavam forçar os judeus das pequenas cidades a emigrarem, transformando-os em bodes expiatórios face à insatisfação com a situação política e econômica na Rússia. Esses movimentos foram inspirados por sentimentos anti-judaicos de origem econômica e pelo anti-semitismo cristão.

**Purim**: Significa Sorte. Festa judaica que comemora a salvação dos judeus da Pérsia pela Rainha Esther.

**Rekrutchina**: Tipo de recrutamento forçado implantado na Rússia czarista, que obrigava crianças judias a servirem no serviço militar, com o propósito de fragmentar os vínculos familiares e comunitários. Muitos judeus jovens fugiram da Rússia para não se incorporarem à esses serviços.

**Relief**: Nome de uma instituição internacional de assistência mútua.

**Rev**: Mais conhecido como *Rabino*. A palavra *Rev* ou *Rabino*, é utilizada para designar a pessoa que recebe ordenação formal para atuar nas questões do ritual judaico, é também um especialista nas questões de leis religiosas judaicas.

**Rosh Hashaná**: Significa “Cabeça do Ano”. É o período em que os judeus comemoram o ano-novo

**Sândak**: Significa padrinho. É o nome que se dá ao padrinho do menino judeu durante o ritual da circuncisão.

**Seder de Hagadá**: Significa ordem de narração. É a partir do *Seder de Hagadá* que se inicia a festa de *Pessah*.

**Shabat**: Significa sábado. Representa o dia de descanso judaico. Inicia-se a partir do surgimento da primeira estrela no céu da sexta-feira terminando ao entardecer do sábado

**Shamor**: Significa santificação.

**Shavuot** (plural) **Shavua** (singular): Significa semanas. Festa judaica que comemora a entrada dos judeus no deserto do Sinai três meses após sua saída do Egito

**Shemini atzeret**: Significa oitavo dia de reunião. Representa a conclusão da festa de *Sukot*.

**Shill Chaim Leib:** Nome de uma sinagoga situada no Recife, na Rua Leão Coroado, cujas atividades foi entre 1940 e 1965.

**Shill Scholem Fainbaum** ou **Shill Scholem Oknitzer:** Nome de uma sinagoga situada no Recife, na Rua Martins Júnior n. 29, que iniciou suas atividades em torno de 1906. Atualmente chama-se Sinagoga Israelita do Recife.

**Shivá:** Significa sete. Refere-se ao período de intenso luto que dura sete dias a partir da data do funeral.

**Shomer** ou **Wacher:** Pessoa designada para guardar o corpo do falecido até a hora do funeral.

**Shloshim:** Significa trinta. Refere-se ao trigésimo dia do funeral.

**Shtetelech** (plural) **Shtetel** (singular): Pequenas cidades na Europa Oriental com ambiente tipicamente judaico.

**Suká:** Significa cabana. Refere-se a uma cabana provisória com telhados de folhagens construída para celebração da festa de *Sukot*.

**Sukot:** Significa tabernáculos. Festa judaica que simboliza a experiência dos judeus no deserto e recorda a dependência do homem á natureza e a Deus

**T'mein:** Significa impureza.

**Tachrichim:** Significa mortalha.

**Tahará:** Significa purificação. Consiste no ritual de lavagem do corpo do falecido para o enterro.

**Talid:** Significa manto. Consiste de um xale retangular em cujas quatro pontas são colocadas franjas especiais denominadas *tzitzit*, que se destinam a lembrar os mandamentos.

**Teflim shel iad:** Acessório utilizado pelos homens durante as orações, para ser atado na parte superior do braço esquerdo, sua tira dá sete voltas sobre o antebraço, uma volta sobre o dedo médio e sobre a palma da mão.

**Teflim shel rosh:** Acessório utilizado pelos homens durante as orações usado na testa, com suas duas tiras enlaçadas acima da nuca e caindo sobre os ombros,

**Teflim:** Refere-se aos acessórios utilizados pelos homens durante as orações, consiste em duas caixinhas cúbicas de couro preto com tiras presas contendo quatro passagens bíblicas

**Teshuvá:** Significa arrependimento. É um ritual realizado durante o dia de *Yom Kipur*.

**Tzedaká:** Significa justiça ou correção. No judaísmo praticar a tzedaká, consiste em atribuir assistência aos mais pobres.

**Tzitzit:** Espécies de franjas especiais do *talid*, que se destinam a lembrar os mandamentos.

**Wacher** ou **Shomer:** Pessoa designada para guardar o corpo do falecido até a hora do funeral.

**Yamim noraim:** Significa penitência. É o período que se segue a *Rosh Hashaná*, por dez dias.

**Yom Kipur:** Significa dia do julgamento ou dia do perdão.

**Zachor:** Significa guarda.

**Zman matan torateinu:** significa época da entrega da *Torá*. É conhecida também por festa de *Shavuot*.